

PAULA CHAGAS FRANCIS LEAL

**O PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DOS TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT) NO VALE DO RIBEIRA (PR)**

**Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em
Geografia, Curso de Pós-Graduação em
Geografia, Setor de Ciências da Terra,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Drº. Luis Lopes Diniz Filho

CURITIBA

2010

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dedicar essa dissertação a pessoas especiais, sem as quais não seria possível a elaboração desse trabalho. Primeiramente aos meus pais; Erick e Vera, que sempre me demonstraram a grande importância dos estudos, hoje percebo o quão importante foi e ainda é a educação que recebi. Ao meu esposo, Marcelo, que em momentos difíceis sempre esteve presente, principalmente quando minha concentração se dispersava, dando grande apoio e incentivo.

Ao grupo PET-Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o qual estive durante a minha graduação. Obrigada pela oportunidade. Esse grupo me possibilitou ter hoje grande parcela de meu conhecimento, essencial para conseguir ingressar, num curto prazo de tempo, no Mestrado de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Dedico essa pesquisa da mesma forma a dois importantes professores da Universidade Federal do Paraná. Ao meu orientador, Prof^o Dr. Luis Lopes Diniz Filho, que esteve sempre nessa trajetória, esclarecendo minhas dúvidas e indicando os caminhos a serem percorridos. Desejo também agradecer ao Prof^o Dr. Jorge R. Montenegro Gómez, cuja disciplina ministrada foi essencial para a escolha dessa pesquisa. Foi através dessa disciplina que obtive os primeiros contatos com o Território Rural do Vale do Ribeira (PR), um momento marcado por inquietudes em meu pensamento, resultando nos frutos da construção dessa dissertação. Obrigada.

Aos meus amigos, professores da UFPR e da UEL, que me ensinaram que a Geografia além de ser uma disciplina, trata-se também de uma área do conhecimento científico que permite compreender as mazelas pela qual toda a população brasileira tem se deparado em meio às disparidades deste país. Obrigada pelos ensinamentos.

Por fim, gostaria de agradecer duplamente ao articulador do Vale do Ribeira (PR), Joaquim Rausis. Primeiro pelos materiais fornecidos, que foram essenciais na elaboração dessa pesquisa; e segundo, por me demonstrar que através do trabalho, do esforço e da dedicação podemos caminhar para um futuro de maior justiça social. Muito obrigada.

RESUMO

Essa pesquisa aborda o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), instituído pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2003, com o intuito de dotar os Territórios Rurais homologados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) de melhores infra-estruturas e serviços. A análise do programa torna-se fundamental para verificar qual é o tipo de território que vem sendo criado por essa política pública estabelecida pela secretaria. Há tempos os municípios rurais têm recebido incentivos por parte do governo, entretanto ainda prevalecem relações pautadas num desenvolvimento com vistas ao controle social. O recorte espacial da pesquisa faz referência aos municípios rurais que integram o atual Vale do Ribeira (PR), que desde o ano de 2003 até aos dias de hoje desenvolvem projetos territoriais na busca por uma melhor inserção econômica e social dentro do Estado.

Palavras-chave: PRONAT. Vale do Ribeira (PR). Território rural. Desenvolvimento rural. Projetos Territoriais.

ABSTRACT

This research approaches a Brazilian territorial project named *Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais* (National Program of Sustainable Development of Rural Territories) that was brought up in 2003 by the Government of president Luiz Inácio Lula da Silva. The Program's main goal is to provide better infrastructure and services to the Rural Territories homologated by the *Secretaria de Desenvolvimento Territorial* (Territorial Development Office). It is fundamental that an analysis of the program be done in order to verify what sort of territory has been crafted by this public policy established by the following Office. It has been a while since some rural municipalities have been granted with government incentive in order to develop, however development relations based on social control still remain present. The spatial range of this research englobes the rural municipalities within *Vale do Ribeira* (Ribeira Valley), in Paraná State. Such towns develop territorial projects in order to achieve a better economical insertion in and out of the State since 2003.

Key-words: PRONAT. Vale do Ribeira (Paraná). Rural Territory. Rural Development. Territorial Projetscs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	- Síntese das concepções de território.....	21
ORGANOGRAMA 1	- Atuações no Vale do Ribeira (PR)	22
QUADRO 2	- Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	53
MAPA 1	- Localização da área de estudo	67
GRÁFICO 1	- IDH Médio e IDH Renda Municipais	74
GRÁFICO 2	- Utilização das terras 1995/96	77
GRÁFICO 3	- Estabelecimentos rurais por grupos de áreas (1995/96)	81
QUADRO 3	- Instituições que atuam de forma direta	85
QUADRO 4	- Instituições que atuam indiretamente	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA – 2000	71
TABELA 2- VARIAÇÃO POPULACIONAL DO VALE DO RIBEIRA (PR)	72
TABELA 3– DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 2009	73
TABELA 4 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 2000	74
TABELA 5 - DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA.....	75
TABELA 6 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS 1996.....	78
TABELA 7 – EFETIVOS DE PRODUÇÃO DE PECUÁRIA E AVES - 2008	79
TABELA 8 – EMPREGOS ORIGINADOS POR SETOR DA ECONOMIA - 2008	80
TABELA 9 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) - 2000	81
TABELA 10 – BENEFICIÁRIOS PREVISTOS.....	100

LISTA DE SIGLAS

- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- AOPA - Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
- BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAIXA - Caixa Econômica Federal
- CEASA - Central de Abastecimento do Paraná
- CEDRAF - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
- CEDR - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural
- CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CEFURIA - Centro de Formação Urbana Rural Irmã Araújo
- CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- COHAB - Companhia de Habitação Popular
- CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar
- COPEL - Companhia Paranaense de Energia
- CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária da Agricultura Familiar.
- DESER - Departamento de Estudos Sócios-Econômicos Rurais
- EMATER - Empresa de Extensão e Assistência Técnica do Estado do Paraná
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENGA	- Encontro Nacional de Geografia Agrária
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
IAPAR	- Instituto Agrônômico do Paraná
IBASE	- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESC	- Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICA	- Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	- Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
NESUR	- Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
OCDE	- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
ONGs	- Organizações não governamentais
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDM	- Plano de Desenvolvimento Municipal
PDR	- Plano de Desenvolvimento Rural
PLANAF	- Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PMDR	- Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	- Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

- PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
- PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
- PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
- SAF - Secretaria da Agricultura Familiar
- SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
- SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
- SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
- SEBRAE - Serviço de Apoio a pequenas Empresas
- SIT - Sistema de Informações Territoriais
- SNIU - Sistema Nacional de Indicadores Urbanos
- SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
- UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DISTINTAS ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO	15
3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS FORMULADAS PARA O CAMPO BRASILEIRO. ...	31
3.1 A PROPOSTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	39
3.2 A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	46
3.3 A ELABORAÇÃO DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	54
4. O TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO RIBEIRA (PR)	66
4.1 BREVE HISTÓRICO	68
4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA	71
5. O PRONAT NO VALE DO RIBEIRA (PR)	83
5.1 O PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E OS PROJETOS TERRITORIAIS	88
5.2 OS DESAFIOS PARA EFETIVAR O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL....	101
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112
DOCUMENTOS CONSULTADOS	120
APÊNDICES.....	121

1. INTRODUÇÃO

Há tempos existem políticas públicas que visam desenvolver os municípios rurais brasileiros. Na atualidade, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva afirma dar prioridade à abordagem territorial, e um dos resultados dessa opção foi que a antiga linha do PRONAF – Infra-Estrutura e Serviços Municipais – que esteve em operacionalização de 1997 a 2002, sob responsabilidade da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) –, passou no ano seguinte a ser gerenciada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), recebendo a denominação de Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

O PRONAT é instituído pelo governo para ofertar recursos a esses municípios rurais que se caracterizam por apresentarem baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), tendo o intuito de dotar essas localidades de melhores infra-estruturas e serviços. Para avaliar os possíveis resultados da implantação do programa, o recorte espacial desta pesquisa faz referência à porção do Vale do Ribeira pertencente ao Estado do Paraná, que mesmo integrada à Região Metropolitana de Curitiba (PR), apresenta uma população com problemas econômicos e sociais que se destacam no Sul do Brasil.

Assim, a dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos, o primeiro traz uma discussão teórico-conceitual do uso do conceito de território, com a finalidade de compreender como o mesmo vem sendo trabalhado tanto no âmbito acadêmico, bem como por uma série de documentos institucionais elaborados pelo governo. A análise do território é considerada fundamental nos estudos contemporâneos sobre o rural, sendo que o PRONAT surge como uma política pública que visa substituir o tradicional enfoque setorial por ações centradas no desenvolvimento dos Territórios Rurais.

O segundo capítulo aborda a temática do desenvolvimento rural, a qual vem sendo trabalhada pelos discursos oficiais desde o início do processo de modernização da agricultura brasileira. Nesse sentido, é feita uma análise do programa PRONAT desde a sua criação até o momento da elaboração de planos territoriais pautados na concepção de desenvolvimento rural sustentável.

O penúltimo capítulo traz um diagnóstico do Território Rural do Vale do Ribeira (PR), tendo por base uma caracterização social e econômica de seus municípios. Por fim, o último capítulo avalia como vem se dando o uso dos recursos do PRONAT através da análise dos projetos territoriais elaborados para o Território Rural desde 2003 até os dias de hoje.

A pesquisa propõe principalmente estabelecer uma reflexão acerca da operacionalização do PRONAT, para verificar que tipo de espaço vem sendo definido como “território” no âmbito desse programa e quais os seus possíveis resultados em termos de melhoria das condições de vida das populações rurais de municípios pobres.

Nesse sentido, foram analisados os documentos publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e SDT que definem conceitos tais como o de “Território Rural” e de “desenvolvimento territorial rural”. Além disso, verifica-se também se os processos de desenvolvimento territoriais rurais propostos para o Vale do Ribeira (PR) são coerentes com as múltiplas dimensionalidades do rural estabelecidas pelo MDA/SDT.

De início, foi feita uma revisão teórico-conceitual da temática abordada para avaliar o programa PRONAT em seus elementos conceituais, a qual serve de base para a posterior avaliação dos projetos executados na área de estudo sob esse programa. Nesse contexto, os trabalhos de pesquisa se dividiram em três momentos distintos, a saber:

Pesquisa bibliográfica Nessa fase inicial foi realizada uma revisão teórica pertinente sobre os conceitos de território, Território Rural e desenvolvimento territorial rural. O objetivo foi elaborar um referencial teórico desses conceitos baseado em trabalhos já elaborados sobre a temática.

Levantamento de dados Nesse segundo momento priorizou-se o acesso às informações secundárias. Para tanto foram consultadas fontes de divulgação de sites oficiais tais como: MDA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Sistema de informações territoriais (SIT). Do mesmo modo, foram consultadas outras fontes oficiais, como exemplo do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Para compreender as diretrizes do programa, analisaram-se os documentos institucionais oficiais do MDA/SDT, divulgados por meio eletrônico.

Foram coletadas também informações com base em documentos adquiridos pela pesquisadora através de duas visitas à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), que disponibilizou a relação de projetos elaborados para o Vale do Ribeira (PR) remetidos ao MDA/SDT do período de 2003 a 2008 e o Plano de Desenvolvimento Rural do Território Rural atualizado.

Foi possível estabelecer, no decorrer da dissertação, contato com o articulador do Território Rural, que disponibilizou o acesso aos documentos: Diagnóstico do Vale do Ribeira de 2006 e também outro denominado de “Visão de Futuro” (s.d).

Pesquisa de campo: Nessa fase, o intuito foi obter informações empíricas primárias *in loco*. Num primeiro momento, realizou-se entrevista com o articulador do Vale do Ribeira (PR), com base em um questionário com questões subjetivas. A finalidade foi obter informações sobre os municípios do Território Rural e compreender como se encontra a demanda dos recursos públicos ofertados ao local pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Também foram feitas duas entrevistas na SEAB de Curitiba (PR), a primeira com o secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (entrevistado A) e a segunda com o chefe da divisão de desenvolvimento rural (entrevistado B), o objetivo nessas foi compreender as ações do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) no Vale do Ribeira (PR), em meio à nova política pública proposta pelo referido governo. Do mesmo modo, com outro questionário norteador foi feita uma entrevista *in loco* na Empresa de Extensão e Assistência Técnica do Estado do Paraná (EMATER) central de Curitiba (PR), com a Gerente Territorial do Vale do Ribeira (PR). Os objetivos desse questionário foram obter informações referentes aos municípios integrantes do Território Rural, verificar as atribuições dessa instituição e diagnosticar os resultados da aplicação dos recursos do PRONAT nos dias de hoje.

Para analisar como o programa vem sendo conduzido no Território em foco, a pesquisadora participou do “Encontro do Conselho Gestor do Fórum Territorial Vale do Ribeira Paraná” de 2009, no qual foi possível coletar informações de assuntos relacionados ao desenvolvimento do Território, através da tomada de opiniões com os representantes do Fórum Territorial e atores sociais envolvidos na elaboração dos projetos; tais como membros da SEAB, da EMATER, da Cooperativa

de Crédito Rural com Interação Solidária da Agricultura Familiar (CRESOL), o próprio articulador e agricultores familiares residentes nos municípios.

Sendo o campo brasileiro palco de disparidades regionais, torna-se de suma importância a análise do PRONAT para verificar se, o programa possibilita de fato o desenvolvimento dos municípios rurais. O intuito é confeccionar um estudo que sirva para o debate acadêmico e auxilie na busca de soluções aos entraves vivenciados por Territórios como esse.

2. DISTINTAS ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Desde 2003, o MDA, através da SDT, tem estabelecido a organização dos Territórios Rurais brasileiros; a partir desse ano, o conceito de território passa a ser adotado pelo governo federal como diretriz de políticas públicas, possibilitando que municípios rurais disponham de recursos financeiros para investir em melhores infra-estruturas e serviços.

Pretende-se nesse trabalho estabelecer as bases teóricas que permitam uma reflexão de como o discurso de instâncias governamentais vem se estabelecendo na prática. Dessa forma, de início será feita uma análise dos documentos institucionais elaborados pelo MDA/SDT para compreender como o conceito de território é utilizado pelo governo. Foram também selecionados pesquisadores que trabalham com esse conceito, visando compreender como este vem sendo pensado no meio acadêmico. Ao final, busca-se trazer o conceito com todos os seus atributos para a realidade dos Territórios Rurais.

É fato que a proposta do PRONAT adota a abordagem territorial com uma conotação claramente normativa, utilizando o termo território para realizar a gestão de planejamentos institucionais. Entretanto, é preciso considerar que tal conceito vai além desse cunho normativo, pois o território é resultante de disputas e relações sociais que se configuram pelo espaço.

Observa-se que esse tipo de abordagem está em pauta numa série de documentos institucionais elaborados pelo MDA/SDT. Pelo “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável” (MDA, 2005b) é possível extrair qual o conceito de território adotado pela secretaria:

O território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados. O território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, mas só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais (BUARQUE¹, *apud* MDA, 2005b, p. 11).

¹ BUARQUE, Sérgio C. Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Regional. In: **Cadernos de Ciências Sociais**- Editora Massangana, Recife, Vol.2, N°2. Jul/Dez., 1986.

O território é ainda compreendido pelo documento “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil” (MDA, 2005d) como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005d, p. 28).

Nota-se, pelas definições, um conceito de território muito bem elaborado, baseado em um discurso que faz crer que a relação de certos atributos é dada de modo harmônico, principalmente quando se destaca a necessidade de valorizar o caráter multidimensional do território, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições.

Entretanto, esses Territórios abarcam um conjunto de municípios “com diferentes atividades produtivas, com diversas potencialidades, com uma população que apresenta características, necessidades e demandas múltiplas” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 90). Observa-se que o desenvolvimento proposto a partir do território é de certo modo homogeneizador, visto desconsiderar as inúmeras particularidades de cada localidade.

Há tempos o uso do termo é utilizado como ferramenta para fins de planejamento por parte do Estado, desconsiderando-se a existência de conflitos pelo território. Com relação à origem do conceito, esta é vinculada às formulações de Friedrich Ratzel em 1871, época marcada pela unificação alemã e sua obra, “Politische Geographie” de 1974 é “um exemplo espetacular desse tipo de discurso sobre o território essencialmente fixado no referencial político do Estado” (SOUZA, 2003, p. 85). Tratava-se de um momento em que o termo era muito utilizado, com base num Estado que tinha fortes preocupações geopolíticas.

Todavia, a discussão sobre território não se restringe ao campo da geografia, pois estudiosos de distintas áreas do conhecimento o têm aplicado para compreender a maneira que as sociedades se utilizam e se apropriam de espaços,

transformando-os em território, tais como a ciência política, a antropologia, a sociologia e a economia.

Schneider (2009) afirma que na antropologia, o conceito é utilizado para “descrever e delimitar o espaço em que transcorrem relações e interações de determinados grupos sociais, em geral demarcados por meio de símbolos e representações”. Já entre economistas e planejadores, seu uso se faz para compreender “em que medida a localização espacial de determinado recurso ou atividade produtiva pode influenciar no seu custo e na formação dos preços relativos dos produtos” (SCHNEIDER, 2009, p. 27).

Como bem abordado por Souza (2003, p. 84), o conceito surge a partir da geografia política como um “espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social”, sendo que existe um poder que controla o território. Uma visão um tanto quanto rígida, que muitas vezes utilizou conceitos de território e de espaço como sendo indistintos, ofuscando o caráter político do primeiro. Para o autor, o território deve abarcar algo mais do que o território do Estado-Nação:

A palavra território normalmente evoca o “território nacional” e faz pensar no Estado..., em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, em dominação, em “defesa do território pátrio”, em guerras.... Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2003,p. 81).

Parte-se do princípio, de que a construção e desconstrução desses territórios são frutos de interesses de instituições governamentais, que dominam e proporcionam a gestão de determinadas localidades. Ou seja, esse espaço concreto que é apropriado por um grupo social resulta na materialidade do território. Para Haesbaert (2004, p. 89) essa materialidade tende a ser enfatizada pelo geógrafo, enquanto a ciência política prioriza a construção do conceito levando em consideração, na maioria das vezes, as relações de poder do Estado.

Como já afirmava Andrade (1995) a idéia de domínio, ou mesmo de gestão de determinado espaço, vincula-se ao conceito de território. Nota-se, do mesmo modo, que questões como o controle, o ordenamento e a gestão de espaços têm sido temas centrais nas discussões sobre o território. O governo, para atender aos seus objetivos, estabelece um conjunto de relações de poder que resultam no domínio desses espaços, configurando assim um território, uma vez que “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território” (SOUZA, 2003, p. 78). Para esse autor:

O verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: *quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?* Este *Leitmotiv* traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?* (SOUZA, 2003, p. 79).

Há, portanto, um processo de dominação resultante do uso do poder. Arendt (1985, p. 24) citado por Souza (2003, p. 80) enfatiza ser esse poder correspondente:

À habilidade humana de não apenas agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no ‘poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece.

Não há como negar que a adoção de políticas públicas para o meio rural seja um fato; no entanto, estas acabam por traduzir “através de seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, pelos seus resultados, formas de exercício do poder político” (BEDIN, 2005, p. 25) que se entrelaçam através de um conjunto de relações sociais e envolvem vários atores sociais.

Haesbaert (2004), ao discorrer sobre a origem etimológica do termo território menciona ser este relacionado com os seus efeitos da dominação, assim como ao terror e ao medo, principalmente para aqueles que “ficam alijados da terra, ou no *territorium* são impedidos de entrar”. Ao mesmo tempo “para aqueles que têm o

privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 01).

Ambos os conceitos território e poder se interligam, no entanto, não se referenciam apenas ao enfoque tradicional, “poder político diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Haesbaert (2004) recorre ao conceito de espaço adotado por Lefebvre, sendo que, para esse, o espaço é feito de território: “através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista)”. (HAESBAERT, 2004, p. 02).

Complementando, para Raffestin (1993, p. 143) o território tem sua formação a partir do espaço, sendo, portanto anterior ao primeiro. Nessa perspectiva o território resulta de uma ação regida por um ator sintagmático, que realiza um programa, seja em qualquer nível. É a partir desse momento, que o ator se apropria do espaço, concreta ou abstratamente (por meio da representação, por exemplo) e “territorializa” o espaço. Lefebvre, em Raffestin (1993, p. 143) demonstra de maneira satisfatória como se dá o mecanismo para transformação do espaço em território:

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.

Uma perspectiva que revela relações marcadas pelo poder, sendo que (...): "o espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN. 1993 p. 144). Ou seja, o território é uma produção a partir do espaço, a qual engendra um conjunto de relações dentro do campo de poder. Para o autor, há uma perspectiva multidimensional do território, que contempla diferentes relações sociais, as quais vão além do poder do Estado. Raffestin (1993, p. 151) crê na existência de um sistema de tessituras, nós e redes; organizado hierarquicamente, assegurando determinado controle sobre o que pode ser distribuído ou mesmo possuído, mantendo ou impondo uma ordem. Sendo assim:

(...) Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais.

São as tessituras, os nós e as redes que sustentam a prática espacial em distintos graus, em momentos e lugares diferentes, todos são atores sintagmáticos que produzem territórios. E mais ainda, são as relações mantidas pelos atores que resultam nas redes, as quais podem ser concretas, “tais como redes rodoviárias, ferroviárias, de navegação, e as mesmas se traduzem por infra-estruturas no território partem e/ou ligam sempre pontos precisos específicos” (RAFFESTIN, 1993, p. 157).

Na discussão sobre as redes Haesbaert (2004) menciona a existência de um “território-rede”. Para o autor a condição atual do conceito de território em meio ao cenário “pós-moderno” vivenciado, das sociedades “de controle”, faz vigorar um controle além dos limites visíveis, um controle da “mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões”. Desse modo, o território passa de forma gradativa de um caráter “mais ‘zonal’ ou de controle de áreas para um ‘território-rede’ ou de controle de redes”, de tal forma que esse movimento ou mobilidade passa a funcionar como elemento fundamental na configuração do território (HAESBAERT, 2004, p. 05).

É nesse contexto que os conceitos de rede e território não se dissociam, pois ambos resultam num conjunto de relações no qual um não existe sem o outro, estão atrelados ao controle e ao poder de parcela da população detentora de capital. No que diz respeito às redes, segundo Lefebvre *apud* Ruckert (2005) a produção do espaço modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que se instalam é um espaço material – natural – em que se inscrevem os atos dos poderes políticos como produtores de objetos e de realidades duráveis.

Nesse sentido, a apropriação de um território pode ser vista como um emaranhado de relações de poder que geram desigualdades sociais e econômicas. Valverde (2004), ao trabalhar com o conceito de território, recorre a Sack, para quem não há um território sem relações de poder, que vão além do Estado. O território constitui-se numa área dominada por um grupo de pessoas, que ao mesmo tempo

controlam, dominam ou influenciam o comportamento de outros homens. No momento em que o homem se apropria de um espaço, passa a exercer relações de domínio, apropriando-se e o territorializando.

Essas relações de domínio têm se configurado pelos atuais Territórios Rurais brasileiros, há propostas para o desenvolvimento dessas localidades elaboradas por uma série de documentos institucionais, a exemplo da importância de valorizar a identidade de suas comunidades. Segundo Andrade (1995, p. 20) “a formação de um território dá à pessoa que nele habita a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade”.

É em meio à territorialização que Haesbaert (2004, p. 05) explana a existência de “quatro grandes ‘fins’ ou objetivos da territorialização, acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo”, os quais são:

- O abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- Uma identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais;
- A disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da idéia de indivíduo através de espaços individualizados);
- A construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente de pessoas, mercadorias e informações).

Dessa forma o autor elabora uma síntese das várias concepções de território, as quais são agrupadas em três vertentes, resumidas no quadro a seguir:

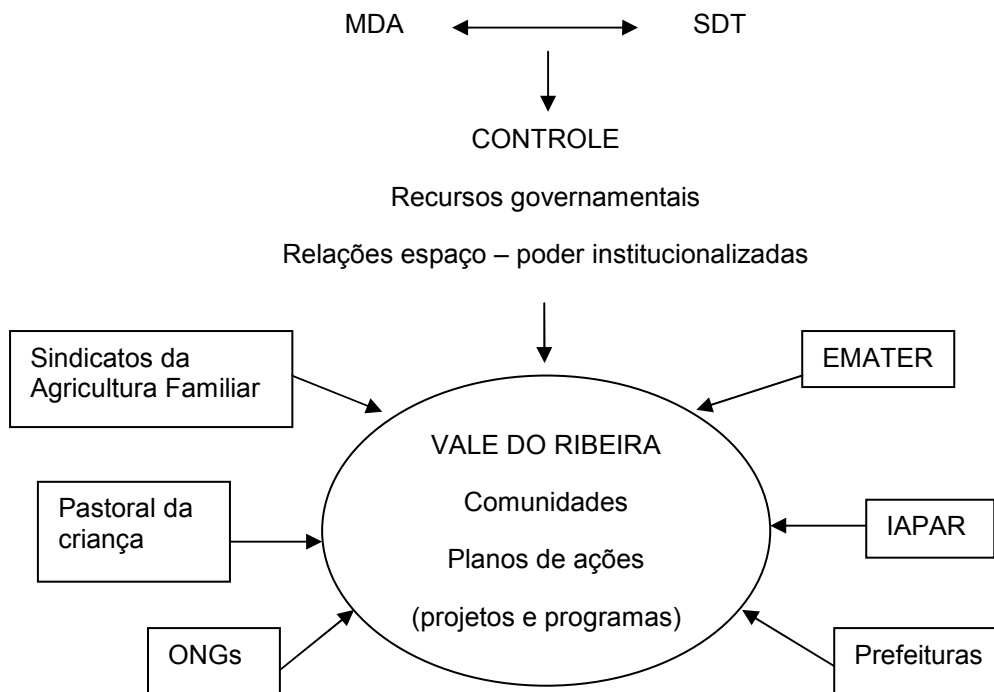
Política (relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relações espaço-poder institucionalizadas):	Cultural ou simbólico-cultural	Econômica
<ul style="list-style-type: none"> • A mais difundida • O território: um espaço delimitado e controlado, nele se exerce determinado poder, em sua maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva • O território: produto da apropriação/valorização simbólica de determinado grupo em relação ao espaço vivido por este. 	<ul style="list-style-type: none"> • A menos difundida, Prioridade dimensão espacial • Território: Fonte de recurso e/ou incorporado por exemplo na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho

QUADRO 1 - SÍNTESE DAS CONCEPÇÕES DE TERRITÓRIO

FONTE: HAESBAERT (2004, p. 91)

NOTA: adaptado pela autora

Nota-se que as vertentes propostas pelo autor conformam um quadro abrangente das concepções atribuídas ao conceito de território, que podem ou não serem utilizadas pelo pesquisador dependendo de seu foco de estudo e dos objetivos a serem alcançados. É possível verificar formas distintas como o território é analisado, tanto no modo político e cultural quanto no econômico. Na primeira concepção de território, há o uso do poder, observa-se que o Vale do Ribeira (PR) evidencia isso, visto que o local é foco de um conjunto de ações de diversas entidades e programas, que podem ser visualizadas pelo organograma:



ORGANOGRAMA 1 – ATUAÇÕES NO VALE DO RIBEIRA (PR)

FONTE: O autor (2009)

NOTA: dados obtidos do Fórum do desenvolvimento territorial do Vale do Ribeira (2006) realizado em 5/9/2009.

Pelo organograma, verifica-se que cada entidade vem dando efetivo apoio ao Vale do Ribeira (PR), cada qual com suas especificidades, que serão detalhadas mais adiante no quinto capítulo. No entanto, todas passam pelo MDA e a SDT, instâncias superiores que materializam suas ações utilizando seus recursos

financeiros e o poder que detêm para ordenar o Território Rural, resultando num conjunto de programas e projetos para as comunidades do local.

Na segunda concepção de território exposta por Haesbaert (2004), a ocupação do território passa a ser vista como geradora de raízes e identidades. O território é o *locus* onde a história do homem se realiza, a partir de manifestações de sua existência. “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas” (SANTOS, 1999, p. 7). Neste sentido:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. (SANTOS, 1999, p. 8)

Dessa forma, Souza (2003) complementa que a ocupação de um território gera a identidade de determinado grupo, sendo que não é possível compreender esse grupo sem o seu território, criando-se conseqüentemente uma identidade sócio-cultural das pessoas que nele residem. Pode-se dizer que as fronteiras de determinado território são alteradas frequentemente pela força bruta, entretanto, apenas a sua durabilidade pode gerar uma identidade.

É interessante recorrer às contribuições de Saquet (2008), pois o mesmo afirma que “estamos diante de um território que apresenta: redes, desigualdades, relações de poder e traços identitários” (informação verbal)². De acordo com Saquet (2004, p. 123), os territórios podem ser temporários ou permanentes e se efetivam em diferentes escalas, de tal forma que a concepção vai além do “território nacional”, utilizado durante o século XIX na Alemanha por Ratzel. Os territórios da atualidade são configurados pelo exercício do poder de determinado grupo ou classe social sendo, portanto produtos espaço-temporais.

² Palestra proferida por Marcos Aurélio Saquet no Encontro de Agroecologia realizado em 2008 pela UFPR - litoral. Informação verbal.

Todavia, a construção do território atualmente é concebida por um conjunto de relações políticas, culturais e econômicas, que acaba por resultar em um controle do espaço geográfico. É dessa forma que o território “é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, do enraizamento; é resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num ‘campo de poder’, de relações socioespaciais” (SAQUET, 2004, p. 128).

Já para Souza (2003, p. 99), a territorialidade é compreendida em seu sentido singular, pois remete “a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é. (...) relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”.

Entretanto, a territorialidade reflete a “multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade”; todas as relações que se configuram entre os homens são relações de poder, pois existe uma interação entre os diversos atores que não só modifica as relações com a natureza, mas também as sociais. Isto faz com que os próprios atores se modifiquem sem ao menos perceber. Portanto, “o poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Ainda com relação à territorialidade Saquet e Sposito (2008) explanam que essa corresponde ao:

Controle sobre uma área ou espaço; é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas e está intimamente relacionada ao modo como as pessoas usam a terra, organizam o espaço e dão significados ao lugar (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 17).

Os autores afirmam que essa territorialidade nada mais é do que uma expressão do poder social, que conforma um território, compreendido como “uma área controlada e delimitada por alguma autoridade. A SDT é um exemplo de autoridade que controla determinados espaços, pois, através do poder que detêm, ordena as localidades sob sua influência, delineando de forma sutil um controle sobre os municípios rurais.

Tendo por base a territorialização dos movimentos sociais, Fernandes (2005) também faz uma análise sobre o conceito. Para o autor, o território é uma totalidade, portanto ele é multidimensional; trata-se de um espaço apropriado por determinada relação social que se reproduz e ao mesmo tempo se mantém em meio às formas de poder, resultando em conflitualidades.

O território, uma fração do espaço geográfico, expressa diferentes relações sociais moldadas pela ação política, “possui as qualidades *composicionais* e *completivas* dos espaços” (FERNANDES, 2005, p. 27). Seguindo esse princípio, o autor enfatiza que:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis (FERNANDES, 2005, p. 28).

São essas relações sociais as responsáveis pela criação de vários tipos de territórios. Consideram-se territórios desde países, estados, regiões, municípios, departamentos, até mesmo bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, dentre outros. Essas conflitualidades são geradas pela existência de contradições produzidas por um conjunto de relações sociais que resultam em espaços e territórios heterogêneos.

Ocorre que instituições governamentais, ao se utilizarem do conceito de território em projetos de desenvolvimento, o fazem com o seguinte fim:

Atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão (FERNANDES, 2008, p. 4)

Porém, esse tipo de socialização dificilmente ocorre em projetos territoriais, que, geralmente, se traduzem por um conjunto de normas a serem cumpridas e

preenchidas por sujeitos sociais, as quais são impostas por instâncias governamentais, tais como secretarias e ministérios.

Para Fernandes (2008, p. 5), convive-se com distintos tipos de territórios produtores e produzidos por diferentes relações sociais, desde instituições, organizações, até sujeitos sociais. Cada qual elabora o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que detenha poder político para mantê-lo.

Entretanto, o que o autor denomina por sendo os “criadores de territórios” acabam, por uma decisão meramente política, explorando somente uma ou algumas das dimensões, de acordo com suas necessidades. Observa-se que o uso do conceito tem sido utilizado pelo governo na implantação de políticas públicas, entretanto nas abordagens territoriais predominam análises da dimensão econômica e social, trabalhando quase que em todos os momentos com o conceito vinculado ao espaço de governança.

Fernandes (2005) complementa que são as instituições que compõem o Estado, bem como partidos, sindicatos, igrejas, fundações, cooperativas, empresas, movimentos e organizações não governamentais (ONGs), que estabelecem espaços e territórios no interior do próprio território do Estado, perfazendo distintas soberanias. A relação jurídica entre as instituições é regida pelo poder político do Estado e pelos poderes políticos de cada instituição.

É a intencionalidade utilizada por essas instituições governamentais que têm moldado um modelo de desenvolvimento que organiza infra-estruturas e serviços, determinando os tipos de usos dos territórios, resultando numa expropriação dos próprios sujeitos sociais do território (FERNANDES, 2008, p. 11). Concorde-se com esse autor (FERNANDES, 2005), quando afirma que um problema da abordagem dos economistas é o fato de alguns tratarem o conceito de território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo-o a uma determinada relação social. Nesse sentido:

Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2005, p. 28).

Schneider (2004) menciona que embora haja outras experiências internacionais no que diz respeito à abordagem territorial, no caso brasileiro, tratam-se ainda de iniciativas que se encontram num estágio embrionário.

O autor questiona para quais finalidades o conceito de território tem sido utilizado, sejam essas normativas ou práticas. Tornou-se prático e corriqueiro o intercâmbio conceitual entre o meio acadêmico, em especial a disciplina da Geografia, e o meio normativo. É necessário que os usuários do conceito, pesquisadores, apontem em que sentido recorre ao território, se de forma conceitual ou normativa, ou ambos ao mesmo tempo (SCHNEIDER, 2004).

A contribuição de Abramovay (2002) esboça a adoção do conceito de território vinculada ao meio rural, na qual:

O território é a maneira como uma determinada sociedade se organiza em sua relação com a natureza. Esta organização supõe formas de coordenação entre organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos necessariamente específicas e com uma história própria a cada lugar (...). No meio rural a noção de território adquire uma dupla importância: em primeiro lugar, ela convida a reflexão sobre o desenvolvimento a voltar-se a um conjunto variado de protagonistas e a superar assim um âmbito estritamente setorial. A diversificação das economias rurais é, portanto, o resultado mais importante do desenvolvimento territorial em áreas não densamente povoadas. (ABRAMOVAY, 2002, p. 6)

Tem-se um território que retrata a organização de uma sociedade em sua relação com a natureza, como citado por Abramovay (2002), entretanto deve-se considerar mais do que essa natureza. É preciso levar em conta que nesses territórios, seus diversos protagonistas estão em constante interação entre si na busca de soluções para suas necessidades, porém a dificuldade desse tipo de relação não deve ser descartada.

Observa-se que instâncias governamentais utilizam o uso do conceito de forma normativa. Para Schneider (2004) esse uso normativo requer ponderações, não se pode adaptar pura e simplesmente o sentido conceitual e analítico do termo para fins normativos e operacionais, é necessário que se façam mediações e adequações. Segundo o autor, os usuários não-acadêmicos precisam deixar de lado as questões teóricas e heurísticas e devem utilizar o conceito de território e mesmo

da abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento rural, conferindo assim uma utilidade normativa e prática.

Ora, se os usuários não-acadêmicos deixarem de lado as questões teóricas e heurísticas o uso do conceito perderá a sua essência, passando desse modo a ser realmente apropriado para fins apenas práticos e normativos, como uma ferramenta operacional tão somente, o correto é considerar as múltiplas relações das sociedades que configuram o território como bem exposto por Abramovay (2002).

Há de acordo com Schneider e Blume (2005) uma vertente que trata sobre as discussões da ruralidade, essa tem tido grande esforço na compreensão do estudo dos usos e formas das definições normativas sobre essa ruralidade. Nela encontram-se aqueles insatisfeitos com as definições adotadas ao meio rural brasileiro. Nesse sentido:

A crítica principal é dirigida ao critério legal sob o qual o IBGE se apóia para diferenciar o rural do urbano. A norma legal baseia-se em critérios políticos e administrativos que decorrem da definição dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipal). Nestes termos, o rural define-se como a área física que resta depois de subtraído tudo o que seja considerado urbano (SCHENEIDER; BLUME, 2005, p. 113).

Os autores lançam um desafio de elaborar uma metodologia que considere critérios territoriais para a construção de uma definição instrumental da ruralidade. Segundo os mesmos:

Pode-se dizer que a abordagem territorial sobre a ruralidade focaliza as dinâmicas e a interação que determinados grupos sociais desenvolvem sobre o espaço. Operar com a abordagem territorial implica reorientar as referências analíticas e introduzir novas técnicas de análise que permitem ampliar o entendimento do espaço rural, tanto no sentido de precisar melhor o seu conteúdo como no de indicar sua localização, o seu “lugar” no espaço (SCHENEIDER; BLUME, 2005, p. 113).

Entretanto, para Schneider e Blume (2005) o conceito de território é empregado de modo instrumental, visando:

[...] operacionalizar um recorte que poderá ser utilizado futuramente como subsídio à análise territorial. Ou seja, não se está tratando do conceito de

território tal como as diferentes perspectivas analíticas da geografia o fazem. (SCHENEIDER; BLUME, 2005, p. 113).

Discorda-se dos autores no sentido de que não se deve apenas empregar um conceito como o de território de modo tão somente instrumental, pois isso diverge de seu real sentido aos quais muitos estudiosos se propõem a refletirem. Novas técnicas de análise devem ser empregadas, mas técnicas que dêem conta adequada ao uso desse conceito, algo que vá além do caráter normativo.

Em suma, como bem enfatizado por Souza (2003), observa-se que se está diante ainda de uma idéia de território, salvo poucas exceções, prisioneira de certo “estadocentrismo, de uma fixação empobrecedora, e direta ou indiretamente legitimatória da figura do Estado”. Vivencia-se um momento pautado no modelo capitalista, como um paradigma universal a ser seguido por todos. Romper com esses valores conservadores é necessário, para que de fato o uso do conceito possa ser incorporado aos ideais de um verdadeiro desenvolvimento, sem que haja distorções nem regalias para quem quer que seja (SOUZA, 2003, p. 99).

Na verdade, o território não é simplesmente uma variável estratégica em sentido político-militar; o uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição real de poder, devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de *estratégias de desenvolvimento sócio-espacial* em sentido amplo, não meramente econômico- capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitem a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 2003, p. 100).

Deve-se tomar cuidado com esses tipos de estratégias pautadas no desenvolvimento, visto que por essas o território é integrado como um recurso econômico, que detêm potencialidades para concorrer nos distintos mercados que são oferecidos pelo sistema vigente. Para Souza (2003) é primordial que se expanda conceitualmente a idéia de território, “libertá-lo de seu ranço ideológico e conservador”; e mais ainda:

Não basta identificar grupos-alvo específicos e tentar posteriormente implementar programas de redistribuição de renda conduzidos de cima para baixo; é necessário compreender que a satisfação das necessidades humanas, dos pobres como de quaisquer seres humanos, inclui também a liberdade, a participação, o acesso à cultura etc. para não mencionar todas as necessidades básicas de tipo material (alimentação, vestuário, infra-estruturas de serviços públicos, habitação etc.) (SOUZA, 2003, p. 102).

Concorda-se que é necessária a existência de uma sociedade capaz de defender e gerir seu próprio território catalisador de uma identidade cultural; entretanto, convém mencionar que para o autor esse tipo de sociedade não se trata de uma sociedade “sem poder” o que, aliás, seria impossível. Além disto, exercer o poder sem que haja uma territorialidade trata-se de algo inconcebível (SOUZA, 2003, p. 107).

Em suma, as políticas públicas apoiadas em prol do desenvolvimento, ainda carecem de uma melhor compreensão para verificar se realmente são propícias a atender aos atuais Territórios Rurais brasileiros. O capítulo seguinte vem com o propósito de discutir essas políticas públicas; nota-se que desde tempos o governo, ao controlar, gerenciar e ordenar o meio rural adapta determinados Territórios para se sobressaírem dos demais, tentando ofertar condições para sobreviverem em meio ao cenário atual, marcado pela grande concorrência.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS FORMULADAS PARA O CAMPO BRASILEIRO

Na atualidade os municípios rurais brasileiros recebem recursos públicos para dotar suas localidades de melhores serviços e infra-estruturas, necessários para um desempenho produtivo no mercado. Esse capítulo aborda com relação às políticas públicas instituídas, e questiona para quem de fato essas são elaboradas; considera-se que a análise da execução dessas políticas públicas é de grande importância para discernir que tipo de desenvolvimento vem sendo proposto. E mais: refere-se mesmo a um desenvolvimento? E desenvolvimento para quem?

Observa-se que esse desenvolvimento pauta-se num discurso bem formulado. Ora, quem não estaria a favor do que o desenvolvimento propõe, medidas como melhoria de renda, de qualidade de vida, de alcance das satisfações de necessidades básicas? Estudiosos de distintas áreas do conhecimento científico trazem estudos sobre essas políticas públicas criadas para o meio rural brasileiro, sendo que há duas vertentes: a que defende a perspectiva do desenvolvimento como objetivo a ser alcançado e outra que compreende que o mesmo é fruto de um discurso ideológico.

As medidas adotadas atualmente fazem crer que o desenvolvimento estabelecido desde tempos “não consegue se dissociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação” (ESTEVA, 2000, p. 64). Essa tríade é apenas almejada para determinados espaços, pois o governo ao fornecer privilégios a apenas determinados municípios brasileiros, não só altera a realidade dos agricultores familiares, mas também de inúmeros municípios.

As discussões sobre o desenvolvimento vêm há tempos sendo postas como pauta fundamental pelo governo, principalmente para o meio rural, que apresenta uma população com elevadas discrepâncias sociais e econômicas. O foco dessas discussões são as políticas públicas instituídas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que o meio rural passou a receber incentivos para que agricultores familiares se inserissem competitivamente no mercado e obtivessem rendas satisfatórias para sobreviver no campo.

Para isso será analisado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), primeiro especificamente voltado ao segmento da agricultura familiar no Brasil. Este após sua implantação se desdobrou em linhas de

atuação, dando mais tarde origem a linha Infra-Estrutura e Serviços, responsável pelo repasse de recursos aos municípios rurais. Entretanto, com o início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, o ideal do desenvolvimento continua em pauta, todavia com vistas à abordagem territorial.

Convém salientar que o PRONAF e o PRONAT correspondem a lógicas distintas. O intuito de analisar o primeiro é para compreender o histórico da criação das políticas públicas proporcionadas ao rural, frutos de um processo de alteração desse meio. Na atualidade há um controle governamental moldado por instâncias superiores que mesmo com a adoção de políticas públicas como o PRONAT não tem possibilitado diminuir com as disparidades sociais e econômicas da população num todo.

Vivenciam-se políticas públicas que não atende a toda população do campo da mesma maneira, o desenvolvimento dos dias de hoje sofre alterações e é ajustado seguindo interesses de determinados grupos sociais. Para compreender qual o desenvolvimento que vem sendo proposto pelos governos mencionados, neste capítulo recorre-se a autores que fazem uma análise das políticas públicas efetivadas para o meio rural.

O trabalho realizado por Montenegro Gómez “Desenvolvimento em (des) Construção – Narrativas Escalares sobre Desenvolvimento Territorial Rural” (2006) relata que se vivenciam políticas governamentais criadas e recriadas com o uso de um discurso em prol de medidas que efetivem o desenvolvimento para todas as sociedades. O mesmo se configura como uma estratégia política, de reprodução do capital e de controle social pela:

Rede de saberes, de práticas e de poderes que aglutina. Saberes que se concretizam nos objetos, conceitos, teorias etc. que a ele se referem e que ele produz. Práticas em que se materializam esses saberes. Poderes que o sustentam, por meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas etc. (MONTENEGRO GOMÉZ, 2006, p.36).

É desse modo que o discurso oficial do desenvolvimento se configura, em países como o Brasil, como uma real solução para os problemas sociais e estruturais. Notam-se propostas muito bem formuladas, uma vez que recorre a

acadêmicos como base de construção, elaborando uma série de documentos institucionais com sugestões para que a população do campo usufrua do desenvolvimento.

De forma mais contundente passa a ganhar *status* como solução para o fim dos problemas da humanidade, e “vira um direito ancorado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, um ‘direito humano inalienável’” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *apud* MONTENEGRO GOMÉZ, 2006, p. 27). Entretanto, é preciso discernir até que ponto esse direito “inalienável” vai de encontro às reais necessidades das populações residentes no campo.

No âmbito do desenvolvimento, certos discursos são elaborados e utilizados por determinadas instituições seguindo mecanismos que os fazem aparecer como falsos ou verdadeiros, onde há os *expertos*, que detêm o poder do discurso verdadeiro, delineando de forma sutil uma teia de controle (ESCOBAR, *apud* MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). É dessa forma que:

O desenvolvimento vai se consolidando como discurso desde que nos anos de 1940 e 1950 se configura um leque de “certezas” que, na raiz, se mantêm até hoje. Entre elas: a confiança no papel da modernização para destruir as superstições e relações arcaicas; a industrialização como via segura para essa modernização; e o desenvolvimento material garantindo o progresso social, cultural e político (ESCOBAR, *apud* MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 125).

É nesse contexto que órgãos como o Banco Mundial, por exemplo, estabelece as diretrizes a favor do desenvolvimento como uma real solução aos percalços vividos pelos países não desenvolvidos (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). No caso brasileiro, em específico, o termo esteve em pauta por diversos períodos desde anos atrás. Os últimos cinquenta anos ilustram as formas como o discurso se concretiza, sendo que Escobar (2005, p. 18) relata a existência de três momentos principais marcados por orientações teóricas contrastantes:

La teoría de la modernización en las décadas de los cincuenta y sesenta, con sus teorías aliadas de crecimiento y desarrollo; la teoría de la dependencia y perspectivas relacionadas en los años sesenta y setenta; y

aproximaciones críticas al desarrollo como discurso cultural en la segunda mitad de la década de los ochenta y los años noventa.

Foi a partir de 1950, com a modernização da agricultura, momento nomeado por Revolução Verde, que o discurso do desenvolvimento foi debatido de forma mais intensa para o meio rural. Este era visto como sinônimo de atraso, que deveria ser aplainado em prol do progresso através da industrialização com a incorporação de maquinários, adubos químicos, etc. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 34).

Nesse sentido, políticas públicas foram elaboradas incorporando o ideal de que, para a população se desenvolver, deveria adquirir diversos aparatos tecnológicos que eram expostos como essenciais para a obtenção de uma boa produtividade. De fato, as décadas de 1960 e 1970 alteraram a representação do meio rural, com a criação de políticas para um desenvolvimento integrado, adotando o grupo de pequenos produtores como público alvo, incorporando-o “ao mercado, como produtor e como consumidor” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006. p. 34).

Graziano da Silva (1982) menciona que foi no início dos anos sessenta que se instalaram indústrias de máquinas e insumos agrícolas, fazendo emergir novos meios de produção (máquinas, agrotóxicos, sementes produzidas pelo setor industrial, dentre outros). Entretanto, nem todos os agricultores familiares foram privilegiados, pois eram indústrias fornecedoras de meios produtivos que necessitavam de determinado capital para serem adquiridos.

Essa modernização da agricultura se tornou expressiva principalmente a partir da instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965 (HESPANHOL, 2007, p. 274). Neste momento, o governo criou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição de determinados produtos que estavam em ascensão, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos agricultores familiares.

O SNRC veio com o propósito de beneficiar em específico a parcela de agricultores menos capitalizada do campo, a adoção dos créditos rurais pretendia promover o desenvolvimento rural através de incentivos dados aos agricultores familiares.

Desenvolvido com o intuito de possibilitar o acesso desses agricultores aos recursos públicos, foi considerada uma das políticas públicas mais perversas até então, e altamente seletiva, visto que somente médios e grandes produtores

agrícolas foram contemplados por crédito farto e barato para investirem em suas propriedades (HESPANHOL, 2007).

Do mesmo modo, foi oferecido um grande incentivo para a comercialização e o custeio da produção dos agricultores, privilegiando os que possuíam alto grau de integração com os setores agroindustriais, deixando o restante à margem, uma agricultura realizada tão somente em bases técnicas modernas (HESPANHOL, 2007, p. 274). Foi um período de crédito farto e barato; porém, por ter sido subsidiado a baixas taxas de juros acabou se esgotando nos anos oitenta, em decorrência da crise fiscal brasileira.

Atrelado a isso, vários foram os agricultores que, sem condições econômicas de investirem em suas propriedades, foram para as cidades em busca de emprego, ou passaram a vender sua força de trabalho como empregados em outras propriedades, por não terem meios de concorrerem com o grupo de agricultores altamente tecnificados. De fato, o espaço agrário brasileiro sofreu grandes transformações em prol do desenvolvimento rural, podendo-se citar a inserção de empresas capitalistas, fruto dessa crescente industrialização.

Ora, bastam apenas duas questões para evidenciar que esse momento não foi marcado pelo desenvolvimento: agricultores familiares em busca de emprego nas cidades? Vendendo sua força de trabalho como empregados em outras propriedades? Uma realidade que faz crer, o quanto a população do campo, ao invés de desenvolver, se deparou tão somente com problemas.

No Brasil não há como negar que o período que se estendeu de 1950 até meados de 1970, foi marcado por grande crescimento econômico, acompanhando a expansão da economia mundial; porém, esse crescimento econômico não acarretou num desenvolvimento de todo país. Ou seja, a idéia de vincular crescimento econômico com desenvolvimento não foi alcançada, visto que ocorreu uma má distribuição de renda somada a maiores problemas sociais para parcela da população (HESPANHOL, 2007, p. 272).

De fato a agropecuária brasileira cumpriu com as funções que lhes foram atribuídas, tais como liberação de mão-de-obra para o setor industrial; maior oferta de alimentos; elevação das exportações agrícolas, dentre outras. Porém, se

tratavam e ainda são políticas públicas conservadoras centradas numa visão setorial (HESPANHOL, 2007 p. 273).

Hespanhol (2007, p. 282) menciona que prevalecem no campo brasileiro, antigas estruturas de poder, chegando a indicar a presença de uma “aristocracia rural” que exerce na maioria dos casos um grande domínio político, utilizando o poder que detêm para manter e desfrutar dos privilégios que lhes são concedidos.

Autores como Navarro (2001), numa outra perspectiva, afirmam que o ideal do desenvolvimento foi necessário para que houvesse um crescimento econômico. Para o autor, a partir do início da década de 1950 até fins dos anos 70, houve um significativo crescimento econômico, o desenvolvimento proposto estava materializado num processo dominante, que alterou o modo de vida de toda a população brasileira urbana e rural. A adoção de novos meios de produção resultou em um novo padrão tecnológico, que rompeu de forma radical com o seu passado:

Por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado (NAVARRO, 2001, p 84).

De acordo com o autor, esse período coincidiu com a impressionante expansão capitalista dos “anos dourados” (1950-1975), alicerçada no ímpeto modernizante vigente:

No Brasil, por exemplo, já nos anos 70, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da "modernização agrícola"). (NAVARRO, 2001, p. 84).

No entanto, a promoção do desenvolvimento rural para o Nordeste, por exemplo, demonstra que esta não obteve êxito, uma vez que a região apresenta grandes desigualdades sociais e econômicas.

Passado alguns anos o ideal do desenvolvimento continua em debate, só que agora na tentativa de disseminar a sustentabilidade, é dessa forma que se

publica em 1987 o famoso Relatório de Brundtland “Nosso Futuro Comum” pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, segundo o documento:

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 49).

O termo sustentável surge a partir do momento em que se fez crescente a percepção da população dos impactos ambientais fruto do padrão civilizatório dominante no período. A idéia e a própria discussão sobre sustentabilidade emerge num contexto em que o homem reavalia os efeitos causados pelo uso desenfreado dos recursos disponibilizados pelo meio ambiente, um período marcado pela excessiva utilização de tecnologias diversificadas, com uma preocupação voltada ao aumento da produtividade. Navarro (2001) menciona que o novo momento que faz ressurgir a temática do desenvolvimento é bem recente e provavelmente data a partir de meados de 1990:

Caracterizando-se muito mais, ao contrário do primeiro período, por uma percepção acerca da aparente ‘impossibilidade do desenvolvimento’ ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização (NAVARRO, 2001, p. 85).

Nesse mesmo período, outros termos ligados à questão do desenvolvimento também foram destacados, tais como as noções de desenvolvimento rural e de desenvolvimento rural sustentável. Com relação ao primeiro, sua definição sofreu inúmeras variações ao longo dos tempos, porém até o momento todas têm posto como objetivo primordial a obtenção de uma melhoria do bem-estar das populações rurais. (NAVARRO, 2001, p. 88). Já o segundo:

O componente "sustentável" da expressão refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de as estratégias de

desenvolvimento rural incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas "dimensões ambientais" (NAVARRO, 2001, p. 89).

Ainda seguindo essa vertente que crê no ideal do desenvolvimento, para Graziano da Silva (2001) o novo enfoque moldado pelo desenvolvimento local sustentável diminui as antigas dicotomias urbano/rural e agrícola/não-agrícola que estiveram presentes durante anos no meio rural brasileiro.

Para o autor o rural dos dias de hoje é distinto daquele que era visto em seu passado, o mesmo na atualidade está correlacionado com o meio urbano que lhe é contíguo. Da mesma forma, as atividades agrícolas são constantemente transformadas pelas não-agrícolas. Hoje não é mais possível referir-se a agricultura moderna sem considerar máquinas, defensivos e fertilizantes e outras atividades não-agrícolas que lhes dá suporte.

Graziano da Silva (2001) ressalta que a conquista do desenvolvimento da agricultura baseado na abordagem setorial não é suficiente, somado a isto, as dificuldades da falta de organização social, principalmente da sociedade civil, tem sido uma barreira a ser superada. Dessa forma, o desenvolvimento local sustentável necessita ser compreendido como "político no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais" (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 46).

Em suma, observa-se que a adoção de políticas públicas foi restrita ao apoio à produção, principalmente de produtos destinados à exportação e ao fornecimento de matérias-primas às agroindústrias. A adoção da modernização fez emergir políticas públicas com o objetivo de incorporar o grupo de agricultores familiares a mercados altamente competitivos, beneficiando apenas parcela da população que dispunham de capital para adquirirem os aparatos tecnológicos que lhes eram ofertados. A seguir será exposto como o debate do desenvolvimento foi trabalhado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

3.1 A PROPOSTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Desde meados dos anos oitenta a discussão no que se refere à descentralização administrativa das políticas públicas já estava em debate. Vale ressaltar que essa descentralização de recursos, dando atribuições ao nível municipal, ocorreu com a promulgação da Constituição Federal no ano de 1988, “embora tais mudanças tenham se dado inicialmente em países pertencentes à União Européia, em contextos bastante heterogêneos, ela também passou a ser adotada em outros países do mundo, inclusive no Brasil” (HESPANHOL, 2007, p. 279).

Hespanhol (2007, p. 275) recorre aos estudos realizados por Lamarche e pela FAO/INCRA, mencionando ser nos anos de 1990 que em âmbito nacional, se demonstrou a grande importância da agricultura familiar na produção brasileira, principalmente para o abastecimento do mercado interno e na absorção de mão-de-obra ocupada no campo. Nesse momento, no Brasil, o desenvolvimento rural como política pública passa a ser moldado com referências a um desenvolvimento local:

Busca-se incorporar às novas políticas de desenvolvimento aquelas especificidades que cada território apresenta, suas potencialidades e carências específicas e suas relações peculiares. Com isso, o desenvolvimento rural se reestrutura e se revitaliza, na tentativa de superar os entraves criados pelas políticas de tipo setorial (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 59).

De acordo com o documento “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil” (2005d), o desenvolvimento necessita de um mínimo de organização social para que os sujeitos sociais sejam de fato protagonistas na transformação das áreas em que atuam.

Não se devem restringir esses apenas aos produtores agrícolas, sujeitos urbanos que residem no meio rural ou que simplesmente o tem como referência do mesmo modo devem ser considerados. Entretanto, a dificuldade em concretizar esse tipo de organização é uma realidade que não pode ser negada, quando presente ainda é restrita aos “velhos” atores sociais que determinam qual desenvolvimento desejam ao município.

Nota-se que a discussão para a promoção desse desenvolvimento encontra-se em pauta desde o mandato de Fernando Henrique Cardoso até o atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos adotaram a perspectiva territorial, sendo que o último a torna mais explícita ainda que o primeiro a partir do momento que instituiu um programa destinado ao desempenho efetivo dos Territórios Rurais, o PRONAT originado de umas das linhas do programa PRONAF.

As medidas estabelecidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como as políticas públicas atuais, têm sido fruto de um conjunto de relações capitalistas que desconsideram a realidade do campo brasileiro, marcado por disparidades múltiplas, que vão desde elevados índices de concentração de terras até uma má distribuição de recursos para a população do campo. Antigos arranjos têm se configurado para o desenvolvimento do meio rural, a exemplo da criação do PRONAF.

Segundo Mattei (2006, p 15) foi no ano de 1994 que o governo de Itamar Franco (1992-1994), em consequência das reivindicações de diversos agricultores familiares, desenvolveu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava basicamente com os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Passado um ano, no governo Fernando Henrique Cardoso o programa foi totalmente reformulado tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência, resultando num conjunto de modificações que deram origem ao PRONAF.

Desenvolvido como uma linha especial de crédito de custeio, em seu início denominou-se por Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF), e somente em 1996 foi regulamentado como programa governamental, integrando-se assim ao orçamento geral da União, recebendo a nomenclatura de PRONAF.

A princípio o programa era conduzido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no entanto após a criação do MDA e a consequente incorporação a sua pasta, o programa passa a ser gerido por esse ministério; já em 1999, cria-se a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), especialmente para a gestão do programa.

Desde seu início o objetivo central do PRONAF era o de “propiciar condições para aumentar a capacidade produtiva, a geração de emprego e de renda, de tal forma a melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares”. Para isso, objetivos específicos foram traçados, sendo eles: ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo; elevar o nível de profissionalização dos agricultores através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; e estimular o acesso aos mercados de insumos e produtos (MATTEI, 2001, p. 03).

O intuito dessa política pública foi de fornecer recursos para que agricultores familiares destituídos de renda elevada pudessem investir e produzir em suas propriedades através do acesso ao crédito rural, a fim de minimizar com as desigualdades sociais e econômicas.

Do mesmo modo, quando da sua criação, foram incorporadas ao programa linhas de atuação, cada qual com sua especificidade, que passaram a contemplar não só os agricultores familiares, mas também municípios selecionados para receber parte do recurso. Em sua essência, o PRONAF foi desenvolvido para através dessas linhas de atuação, fortalecer o universo de agricultores familiares, favorecendo pequenos produtores de modo que soubessem “identificar, priorizar e compatibilizar suas demandas e de suas organizações com as ações e prioridades dos governos municipal, estadual e federal” (BEDIN, 2005, p. 43).

Com relação às linhas de atuação Mattei (2006, p. 15) menciona as finalidades de cada uma, sendo as mesmas:

- Financiamento da produção: destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: fornecimento de apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos;
- Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;

- Financiamento de pesquisa e extensão rural: recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias aos agricultores familiares.

Foi através da adoção dessas linhas que o governo pretendia também promover o desenvolvimento dos municípios rurais, em específico à segunda linha que esteve em operação entre os anos de 1997 e 2002, originou o “PRONAF Infra-estrutura e Serviços Municipais”, para realizar obras em municípios com baixo IDH-M e carentes de infra-estruturas e serviços básicos.

Tinha-se por intuito responder a dois problemas principais correlacionados a agricultura familiar, os quais eram: precariedade em termos de infra-estrutura, que perpassava desde a produção até a comercialização dos produtos; e as condições historicamente predominantes da relação entre a produção agrícola familiar e a disposição dos mecanismos de acesso ao crédito rural (BATISTELA, 2000).

Entretanto, um dos problemas do programa foi o fato de se restringir principalmente à linha de Financiamento da Produção, ofertando recursos aos agricultores familiares para que desenvolvessem suas lavouras tão somente, deixando à margem o restante das linhas.

Num primeiro momento, apenas as ações referentes ao crédito rural foram contempladas, sendo que as demais (infra-estrutura, capacitação e pesquisa) só se iniciaram a partir do ano de 1997 (SILVA, 2007, p. 12). Nunes (2005, p. 09) menciona que “embora seja um programa de fortalecimento da agricultura familiar, a maior parte de seus esforços e resultados esteve centrada no crédito desde a sua criação”.

Na atualidade há outra problemática, o da concentração dos recursos para determinadas regiões brasileiras. Há uma concentração para alguns poucos estados brasileiros, principalmente aqueles que possuem agricultores familiares com elevado grau de integração às agroindústrias. Rosa (1998, p. 94) explana que créditos concentrados na região Sul podem ser pelo fato de ser nessa região onde a safra agrícola anual se inicia mais cedo, ou também pelo nível de organização desses agricultores familiares permitirem a elaboração de projetos mais adequados, o que possibilita um melhor acompanhamento, ou ainda talvez por ser uma região que concentra o maior número de agroindústrias do país.

Abramovay e Veiga (1999) complementam que o programa vem contribuindo para a criação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento; porém, é necessária uma política agrícola diferenciada, que respeite as particularidades do grande universo dos agricultores familiares.

Trata-se de uma política que apresenta falhas a serem superadas em termos de operacionalização. A própria distribuição dos recursos pelas linhas de atuação já evidenciava isso, pois a linha “PRONAF Infra-Estruturas e Serviços Municipais” desde o início do programa ficava à margem das restantes. Com relação aos recursos financeiros, cabe dizer que foram materializados em projetos que visassem:

Aquisição, recuperação, modernização, ampliação ou construção de infra-estruturas e serviços que contribuam efetivamente para o fortalecimento da agricultura familiar, através da melhoria nos canais de escoamento da produção, no acesso a novas tecnologias, na organização dos agricultores (as) e na competitividade no mercado (SILVA, 2007, p. 33).

Tinha-se por meta através nesses projetos promover o desenvolvimento para a agricultura familiar. Transpondo-se isso para os dias de hoje, nota-se que há projetos elaborados aos Territórios Rurais para que se promova esse fortalecimento da agricultura familiar. Segundo o documento *Referências...* (2005d) as políticas públicas devem ser concebidas de modo há:

Contemplar medidas que objetivem a melhoria contínua da qualidade de vida do conjunto da população do território, não apenas de parte dela. Portanto, é indispensável que haja uma forte articulação de políticas públicas entre si, nos diversos níveis de governo, com as iniciativas da sociedade, do setor privado dos diversos ramos de atividades (MDA, 2005d, p. 05).

Além disso, a prioridade dada é para que se reduzam com as desigualdades espaciais e sociais; sendo assim é em meio a essas novas particularidades do grupo de agricultores familiares, que o governo almeja políticas públicas mais satisfatórias para a população residente no meio rural.

Porém, a realidade demonstra que esse desenvolvimento proposto desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até os dias de hoje não alcança seus objetivos, visto que há ainda uma má distribuição de renda e de créditos para a população residente no campo.

Convém retomar que embora o PRONAF tenha sido criado oficialmente no ano de 1995 como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, foi uma política agrícola diferenciada que começou a emergir no Programa Novo Mundo Rural (HESPANHOL, 2000, p. 45).

Segundo Montenegro Gómez (2006) é em 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso que através do MDA se apresenta o documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural, conhecido pelo nome de Novo Mundo Rural”. Enfatizava-se a promoção da agricultura familiar, investindo em sua expansão e numa melhor inserção no mercado.

Alentejano (2000) menciona que essa proposta foi alvo de profundas críticas e controvérsias, visto que certas noções eram citadas pelo documento sem um maior entendimento, como a noção de desenvolvimento sustentável. Era proposição central do programa Novo Mundo Rural:

[...] promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais - que compreendem pequenos e médios centros urbanos, usando como vetores estratégicos o investimento em expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas. (MDA, *apud* ALENTEJANO, 2000, p. 89).

Somado a isso, de acordo com o documento havia dois grupos distintos de agricultores:

Modernos, profissionais, “verdadeiros agricultores”, capazes de competir nos mercados; agricultores de regiões com baixo potencial agrícola e cujo limite de desenvolvimento é dado pelas potencialidades naturais e culturais locais (ALENTEJANO, 2000, p. 93).

Ignorava-se na realidade o alto grau de diversidade do campo ao ser mencionado o termo negócio rural, uma vez que não eram todos os que possuíam técnicas modernas em suas propriedades. Dessa forma:

Não é por outra razão que, pelos cálculos do IBGE, 400 mil pequenos estabelecimentos agropecuários desapareceram nos 2 primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), assim como 1 milhão de empregos assalariados rurais, o que dá a dimensão concreta da crise e do absurdo de se falar de “negócio rural” e “negócio familiar rural” como realidades dominantes no campo brasileiro (ALENTEJANO, 2000, p. 94).

De acordo com Pereira (2006, p. 358) os objetivos primordiais dessa política agrária eram: aliviar seletivamente a pobreza rural e mercantilizar o acesso a terra. Na realidade houve uma adoção de um receituário imposto pelo Banco Mundial, dando prioridade a agricultores familiares com alto grau de integração aos setores agroindustriais, deixando o restante à margem.

Peet (2007, p. 21) crítica o modo como vem se dando o crescimento econômico no cenário mundial, o autor faz uma análise das efetivas atribuições vinculadas ao Banco Mundial para mostrar que, em sua essência, seguem ao neoliberalismo, sendo assim:

As idéias por trás das práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra, como finge a ciência, nem são elas pensadas no interesse de todos, como espera o humanismo moderno, mas, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômicos dominantes (PEET, 2007, p. 23).

Da mesma forma, trata-se de uma política altamente seletiva, que priorizava uma agricultura de mercado voltada a um agricultor com “competência” em lidar com a terra. É a partir de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que se adotam políticas públicas descentralizadas de forma mais contundente. Na atualidade, tais políticas vêm dando atribuições aos Territórios Rurais, em que atores sociais, através de entidades municipais, passam a ter o papel de gerenciar a aplicação dos recursos públicos que lhes são ofertados.

3.2 A ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, programas como o PRONAT são desenvolvidos para atender de forma mais satisfatória ao meio rural brasileiro, privilegiando a abordagem territorial. Esse governo vem transferindo as responsabilidades da aplicação dos recursos públicos das esferas federais para as municipais, gerando novas configurações de relações descentralizadas e estimulando assim, as ações entre os diversos atores sociais dos Territórios Rurais.

Veiga (2001) elaborou uma tipologia³ apta a apreender a diversidade territorial brasileira para orientar os caminhos do desenvolvimento territorial. Para o autor a adoção da concepção normativa responsável por orientar o cálculo da “taxa de urbanização” (destaque do autor) é em suas palavras anacrônica e obsoleta e; portanto, induz a uma visão distorcida da configuração do território atribuída devido ao uso dessa abordagem utilizada por pesquisa oficiais tais como o IBGE e IPEA. (VEIGA, 2001, p. 14).

Mais do que contribuir tão somente a um aspecto quantitativo essas pesquisas oficiais tem colaborado para contestar conceitos e visões tradicionais presentes no meio rural brasileiro, esse desde tempos não deve ser compreendido apenas como sinônimo de atividades agropecuárias e nem o urbano pode ser correlacionado tão somente com as atividades industriais e de serviços (VEIGA, 2001). Nesse sentido, é necessária uma melhor mediação das políticas públicas ao campo que abarquem, de fato, as especificidades que hoje se diferem de anos anteriores.

As contribuições de José Eli da Veiga permitem estabelecer uma análise para a realidade atual dos Territórios Rurais que passam por entraves para o recebimento dos recursos municipais. Há a falta de um arranjo institucional capaz de dar suporte as iniciativas de articulação intermunicipal para que se faça um diagnóstico dos principais problemas rurais nessas localidades, sendo assim é preciso realizar um planejamento de ações para o desenvolvimento que seja feito de

³ Tendo por base o estudo realizado no ano de 1999 pelo IPEA/IBGE/NESUR “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil” a tipologia de Veiga (2001) traz para debate as concepções, normativa e a analítica. Para uma maior compreensão de sua tipologia ver José Eli da Veiga **Desenvolvimento Territorial Do Brasil: Do Entulho Varguista Ao Zoneamento Ecológico-Econômico. Disponível em** <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf>

forma integrada, capaz de captar recursos necessários a sua execução (VEIGA, 2001). Tanto a participação do governo federal e dos estaduais:

Deve ser de caráter *contratual* e não pode se restringir a um repasse de recursos financeiros. Nas fases de diagnóstico e planejamento, a ajuda federal e/ou estadual poderá ser mais efetiva se envolver uma alocação temporária de recursos humanos com a necessária capacitação (VEIGA, 2001, p. 19).

Para Veiga (2001, p. 19) os municípios até então selecionados para receber os recursos da antiga linha do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços eram “justamente os que menos tinham condições de responder satisfatoriamente ao desafio”. Na atualidade a descentralização dessas políticas tem seu fator positivo, entretanto é equivoco supor, por exemplo, que conselhos localizados em pequenos municípios rurais sejam capazes de diagnosticar e planejar um desenvolvimento rural. Desde problemas pontuais até outros mais abrangentes, o meio rural está diante de ponderações que não devem ser deixadas a margem.

A própria problemática do uso do conceito de território e mesmo da abordagem territorial para o desenvolvimento rural requer avaliações e o seguinte questionamento: qual o tipo de desenvolvimento que se propõe a fazer? Esta questão faz crer o que Souza (2003) já relatava:

É altamente significativo - e lamentável - que uma *noção* tão fundamental quanto a de desenvolvimento tenha sido reduzida, ao se transformar (...) em uma idéia tão distante das necessidades mais elementares e do cotidiano dos homens e mulheres comuns (SOUZA, 2003, p. 101).

Outras problemáticas são as dificuldades de diálogo entre os atores sociais e a falta de integração desses com as instituições que compõem um Território. Uma alternativa para que se iniciem oportunidades reais de desenvolvimento territorial é partir do princípio que se deve dar atenção a um elemento-chave na inserção desses sujeitos em suas tomadas de decisões, a participação.

É necessário que atores sociais e instituições atuem de forma conjunta, privilegiando relações sociais de trocas de experiências, por exemplo. Entretanto, por traz dessas relações se oculta a problemática que se tem ao trabalhar em grupo,

muitas vezes diversas opiniões se divergem entre si sem que haja um consenso satisfatório para o grupo de um dado Território.

Schneider (2004) sustenta que a abordagem territorial se destaca através das relações sociais, econômicas, políticas e institucionais resultando no desenvolvimento rural. Indivíduos e ambiente materializam suas ações pelo espaço, que passa a ser compreendido como um território. Todavia, o uso do termo território nesse tipo de análise se correlaciona tão somente como uma política de planejamento.

Para o autor, em específico no caso brasileiro, esse tipo de abordagem tem se destacado entre planejadores e formuladores de políticas públicas. Faz-se do território uma nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação dessas políticas. Trata-se de uma tentativa de resposta dada pelo Estado (instituição jurídico-institucional), visto as inúmeras críticas recebidas desde tempos, principalmente no que diz respeito a sua ineficiência de ações.

Sendo assim, o autor referencia que à medida que se fortalece a noção de desenvolvimento territorial, as discussões sobre o papel da agricultura e do espaço rural também se modificam. Em sua análise, esse tipo de abordagem tem superado o enfoque setorial das atividades econômicas tais como a agricultura, a indústria, o comércio, os serviços, dentre outras.

O papel atribuído às instituições é redefinido e a importância das prefeituras locais é destacada, do mesmo modo valoriza-se a relação da sociedade civil, que inclui diversos atores sociais, tais como as ONGs e os próprios beneficiários (SCHNEIDER, 2004).

Além disso, esse desenvolvimento territorial traz a utopia de estabelecer uma sociedade afinada com seu Território Rural, em que não devem existir conflitos sociais entre os diversos grupos do Território. (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006). Porém, conflitos estruturais principalmente quando envolvem inúmeros atores sociais não deixam de ocorrer; muito pelo contrário, ao ponto em que há relações sociais em determinado Território Rural, há do mesmo modo disputas de poder constantes.

Foi em outubro de 2003 que o MDA, com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), elaborou o documento “Referências para o desenvolvimento territorial sustentável”, base para o Programa PRONAT. Defende-se o uso do termo território como foco central das políticas públicas para o meio rural, entretanto como bem exposto por Montenegro Gómez (2006) suas metas em muito se assemelham aos modelos de desenvolvimento instituídos pelos países europeus, tais como na União Européia e no nordeste italiano, com a denominação de Terceira Itália.

É da Itália que surge o programa mais influente com relação à dimensão da abordagem territorial do desenvolvimento. De acordo com Montenegro Gómez (2006), a atual configuração dos Territórios Rurais realizada pelo MDA compartilha inúmeras características com esse modelo de desenvolvimento, a partir dos denominados distritos industriais. Menciona-se que:

Apesar de pautar-se em atividades produtivas diferentes e com todas as divergências derivadas das condições sociais, econômicas, políticas, culturais etc. existentes no nordeste da Itália e no Brasil rural, os Territórios Rurais parecem nascer sob a inspiração do modelo italiano (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 92).

Para Abramovay (2000), a Terceira Itália abarca um conjunto de experiências relacionadas ao desenvolvimento que foi proposto nessa região. Segundo o autor, há três pontos cruciais que marcam esse momento; o primeiro relaciona-se à existência de um conjunto diversificado e com forte integração de empresas de porte familiar em um dado Território, no qual o essencial do trabalho vem da família. Já o segundo faz referência a indivíduos e empresas que são postos em um ambiente de inovação permitindo assim a troca de informações. Em terceiro, está a integração entre as empresas e os indivíduos tanto urbanos como rurais.

A experiência italiana baseada na tradição da agricultura familiar foi responsável por desenvolver toda uma base de conhecimentos e de iniciativas essenciais na construção de um verdadeiro “espírito empresarial”, que ilustra o tipo de industrialização ocorrida nessa região (ABRAMOVAY, 2000).

Mesmo em se tratando de realidades distintas uma das outras, para Abramovay (2000) uma reflexão a partir do processo italiano é possível de ser feita

para o Brasil. O importante não é considerar os resultados alcançados pela Itália, mas sim o processo que possibilitou o país de elaborar valores em torno de uma contínua intensificação das relações sociais em certos Territórios.

Para o autor, esse tipo de desenvolvimento no Brasil pode obter êxito, caso leve em consideração que foi essencial na Itália criar um ambiente de cooperação entre as empresas, no sentido de valorizar as trocas de informações, houve a preocupação de criar serviços indispensáveis para a formação dos trabalhadores.

Porém, tendo por base a realidade brasileira em que há processos de coordenação que se esbarram em forças organizadas em um dado Território, é difícil que se concretize uma ação desse tipo que privilegie o coletivo como ocorrido no nordeste italiano.

No caso brasileiro, órgãos governamentais como o MDA e a SDT têm dado “contribuições” em torno da abordagem territorial, a exemplo de um de seus programas, o PRONAT que objetiva solucionar com os entraves do desenvolvimento do meio rural.

Com vistas à proposta de descentralização das políticas públicas o programa é elaborado para distribuir recursos aos Territórios Rurais hoje homologados pela SDT. Vinculada ao MDA, essa secretaria é a responsável pelo estabelecimento dos Territórios Rurais em todos os estados brasileiros. Convém retomar que até então o repasse dos recursos era feito pela antiga linha do PRONAF, denominada por Infra-Estrutura e Serviços Municipais, que era de responsabilidade da SAF. Em 2003, a SDT passa a ser a responsável pelos recursos do programa dando prioridade a adoção da abordagem territorial.

Entretanto, ao observar programas executados por secretarias e ministérios esses consideram praticamente todas as necessidades de uma população; casas, escolas, créditos, postos de saúde, de emprego e outras, porém na maioria são desenvolvidas para solucionar entraves urbanos (FONTE, 2006, p. 5). Criam-se programas como o PRONAT que não atendem de forma satisfatória ao meio rural, onde reside a população que mais necessita de auxílio e incentivos para sobreviverem.

Foi a partir de 2005 através do MDA, que os recursos do PRONAT foram incorporados ao Plano Plurianual (2004-2007), como uma ação denominada por Apoio a Projetos de Infra - Estrutura e Serviços em Territórios Rurais. Com a adoção

ao programa pela SDT as especificidades local/regional passaram a serem consideradas ao menos em tese na formulação desta política pública (HESPANHOL, 2007, p. 275).

Segundo o documento “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável guia para o planejamento” (2005b) a incumbência dada a SDT é a de estimular e coordenar os projetos de desenvolvimento dos Territórios Rurais, tendo a missão de “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais, na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MDA, 2005b, p. 14).

O documento “Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais” (2005a) complementa que o objetivo central da secretaria é promover e apoiar “iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural”. (MDA, 2005a, p. 7).

Na atualidade, há espaços criados para que se promovam iniciativas de interação entre a sociedade civil e o governo, chamados de colegiados de desenvolvimento territorial rural sustentável. Para a sua formação, a secretaria menciona ser necessário que se identifiquem as entidades governamentais responsáveis pelas ações nos Territórios Rurais. São participações essenciais na tomada de decisões as entidades públicas, tais como: prefeituras municipais, sindicatos rurais, ONGs, associações comunitárias do Território Rural e fóruns municipais.

Correspondem também a espaços de discussões de incentivos, para que atores sociais dialoguem com agricultores familiares, de forma a adotarem medidas adequadas de investimentos dos recursos ofertados aos municípios rurais. Desse modo:

Com o fortalecimento da sociedade civil, surgem novos atores sociais, que representam novos interesses de uma sociedade cada vez mais complexa. Essa sociedade cria novos espaços onde os grupos sociais e as organizações podem trocar informações, opiniões e produzir decisões sobre questões de interesse público, que são levadas aos conselhos como idéias a serem transformadas em políticas públicas (MDA, 2006, p. 10).

Esses órgãos colegiados são compostos por atores sociais e gestores públicos a nível federal, estadual e municipal, e por instâncias de gestão do desenvolvimento territorial. No entanto, nota-se ainda uma carência de articulação entre os próprios níveis municipais, estaduais e federais dessas políticas públicas ao se transferir as responsabilidades para agricultores familiares e suas respectivas organizações; do mesmo modo, compreende-se que apenas a transferência de recursos não basta, pois é necessário que haja uma devida explicação de como utilizar o recurso de maneira adequada em cada município rural.

É através do pleno funcionamento desses espaços, que se enseja a estratégia de promover a descentralização para o desenvolvimento dos Territórios Rurais e, sendo assim, pretende-se “fortalecer instituições participativas e estáveis, capazes de gerir, em longo prazo, as iniciativas voltadas para o desenvolvimento dos territórios rurais” (MDA, 2005a, p. 14). Hoje, todas as políticas sob gerência do MDA/SDT já passam necessariamente pela discussão e aprovação nessas instâncias.

Em nível nacional (quadro 2) o MDA já desempenhava diversas ações, a exemplo do PRONAF⁴, sendo que para o recebimento dos recursos da linha Infra-Estrutura e Serviços foram implantados os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR's). De acordo com Bedin (2005), o papel gestor do conselho era criar o Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) integrado ao Plano de Desenvolvimento Municipal (PDM) “responsável pela coordenação na elaboração do plano, fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações programadas e executadas no meio rural” (BEDIN, 2005, p. 14).

Segundo Abramovay (2001), a maioria desses conselhos surgiu no Brasil a partir do ano de 1997, para possibilitar que os municípios recebessem os recursos provenientes da antiga linha do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais. Desenvolvidos com a missão principal de “descobrir os potenciais de

⁴ O programa era estruturado nos seguintes níveis: o federal, que contava com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) e a SAF; nos estados, do mesmo modo havia os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural (CEDR's) responsáveis pelas diretrizes políticas do programa, e as Secretarias Estaduais do PRONAF, responsáveis pela operacionalização (OLIVEIRA, 2004).

desenvolvimento rural e apontar as estratégias e alternativas, para a melhoria das condições de vida de populações rurais” (MDA, 2006, p. 12).

PERÍODO	1997/2002	Apartir de 2003
Secretaria	Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)	Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)
Programa	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF): linha Infra-Estrutura e Serviços Municipais	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)
Exigência legal	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDRS) Rural

QUADRO 2 - AÇÕES DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)

FONTE: O autor (2010)

De acordo com Oliveira (2004), os municípios que recebiam o recurso, deveriam ter a presença majoritária de agricultores familiares. Ainda recomendava-se que na composição dos CMDRs, ao menos metade dos membros pertencentes ao conselho fossem agricultores familiares ou seus representantes; entretanto, alguns problemas básicos no histórico da constituição dos CMDRs são mencionados por Abramovay (2001), destacando-se:

- Os conselhos no geral eram formados estritamente como uma exigência legal para a obtenção de recursos públicos por parte dos municípios, não expressando uma dinâmica local significativa;
- A participação da comunidade nas reuniões do Conselho era e ainda é muito minoritária;
- Metade dos presidentes dos conselhos era composto pelos próprios secretários da agricultura;
- Em sua maioria os conselhos não possuíam caráter deliberativo. Além disso, a pauta das reuniões não era distribuída previamente, limitando-se assim a

representatividade dos agricultores nas reuniões. O corpo técnico presente era quem elaborava o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), com uma precária participação dos agricultores familiares.

Esses conselhos ainda perpassam pelas problemáticas mencionadas por Abramovay (2001), privilegiando-se a abordagem territorial, nos dias de hoje os conselhos funcionam como Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); em nível estadual, há os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAFs) e, em nível nacional o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF) (MDA, 2006, p. 15).

É no contexto da descentralização das políticas públicas que os Territórios Rurais recebem auxílio pelo programa PRONAT, para dotar suas localidades de infra-estruturas e serviços adequados ao desenvolvimento, paralelo ao programa, diversos outros são desenvolvidos para que agricultores familiares disponham de condições econômicas para sobreviverem da agricultura.

3.3 A ELABORAÇÃO DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Para o recebimento do recurso do PRONAT, a SDT teve a incumbência com o auxílio de outras instituições de iniciar as ações e selecionar os Territórios Rurais considerados prioritários. O MDA pelo documento “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais” (2005a) menciona como é feita a seleção.

Segundo o documento, as metas de estratégias para essas localidades foram definidas de acordo com uma estimativa dos Territórios Rurais existentes pelo Brasil. Adotou-se uma caracterização mais aperfeiçoada desses Territórios, distinta de critérios seguidos pelas estatísticas oficiais. Para tanto, foram definidos procedimentos que priorizassem esses Territórios, os quais seguiram os seguintes parâmetros:

- Realização de uma caracterização geral dos Territórios Rurais existentes. Para acesso a essa informação foram catalogados dados referentes aos municípios e às microrregiões geográficas do Brasil através de informações obtidas pelo IBGE;
- Nessa caracterização foram identificados três grupos distintos de Territórios: “urbanos”, “intermediários” e “rurais”. Os rurais são aqueles que apresentam uma densidade demográfica menor que 80 habitantes/Km² e uma população média por município de no máximo 50 mil habitantes.
- Por conseguinte foram priorizados Territórios em que havia concentração de agricultores familiares; de famílias assentadas por programas de reforma agrária; e de trabalhadores rurais sem terra.
- Por fim, realizou-se um ordenamento considerando critérios estabelecidos entre governos estaduais e sociedade civil local, sendo os CEDRS os fóruns preferenciais para esse ordenamento. Nesses foram adotados os seguintes critérios:

Densidade e atividade de capital social existente nos territórios rurais; a convergência de interesses institucionais e de participação da sociedade civil e governos estaduais; existência de áreas prioritárias de ação do Governo Federal nos estados; incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento de caráter regional (MDA, 2005a, p. 16).

Concorda-se com Montenegro Gómez (2006, p. 77) que essa nova proposta de desenvolvimento estabelecida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em muito se aproxima da política estabelecida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que se baseava no desenvolvimento local. Nesse sentido, o autor afirma que:

Associam-se as idéias de participação da sociedade e descentralização administrativa, comuns a esses enfoques de desenvolvimento local ou territorial, a uma maior atenção para os problemas das populações mais pobres e para a solução dos problemas estruturais que as afetam (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 78).

Observam-se nesse sentido, medidas governamentais que têm dado atribuições aos Territórios Rurais, repassando a incumbência das decisões de aplicação dos recursos federais para a esfera municipal. Pelo Vale do Ribeira (PR) essa participação da sociedade civil vem crescendo, entretanto ainda se depara com problemas que não podem ser negligenciados, ao se repassar a responsabilidade

para seus atores sociais; nota-se que nem todos estão devidamente preparados para desempenhar as ações em suas localidades, visto que encontram dificuldades em materializá-las pela existência de limites operacionais, por exemplo.

Estabelecidos quais Territórios Rurais terão prioridade para o recebimento do recurso, escolha que envolve negociações em nível de Federação e Estados, a proposta de sua formação é encaminhada para reunião específica, com a presença dos atores sociais envolvidos na construção do Território. O momento é marcado pela presença de oficinas com os objetivos de:

Apresentar os conceitos e as metodologias que sustentam a iniciativa de desenvolvimento territorial, levantamento de informações básicas do Território (com as ações de desenvolvimento já em curso na zona de abrangência e os temas que deveriam compor uma agenda de desenvolvimento para essa zona) (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 362).

Na atualidade o Vale do Ribeira (PR) dispõe do CEDRAF, de acordo com o Decreto nº 272, de sete de março de 2007, trata-se de um conselho que é um órgão consultivo da SEAB. Segundo o entrevistado A da SEAB as reuniões ocorrem a cada dois meses, totalizando seis reuniões ordinárias anuais, porém como enfatizado pelo entrevistado “surgem reuniões extraordinárias quando necessário discutir algum assunto específico. Essas reuniões de capacitação, de discussão de alguns assuntos são feitas conforme a necessidade”.

O CEDRAF localiza-se no município de Curitiba (PR), tendo a finalidade de contribuir com a formulação de políticas públicas da agricultura familiar e desenvolver o meio rural de forma sustentável, sendo um foro de articulação de entidades públicas e privadas, composto por um Plenário, uma Secretaria Executiva; Câmaras Setoriais e Técnicas; Comitês e Grupos Temáticos. É através dessa composição que se enseja cumprir diversos objetivos, dos quais se destacam:

- Coordenar e programar o PRONAT no Estado do Paraná, em articulação com o CONDRAF, Conselhos Gestores dos Territórios e os CMDR;
- Acompanhar os programas governamentais;

- Realizar estudos, debates, pesquisas e seminários sobre temas de interesse da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável;
- Desenvolver meios de acompanhamento e avaliação de atividades relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável;

O conselho tem o intuito de contribuir de forma efetiva com o exercício da política pública, servindo de base para debater questões demandadas pelos Territórios Rurais, mediando conflitos quando necessário. Como exposto por A, no caso específico do CEDRAF, há ainda uma carência de estruturas para o funcionamento do conselho e falta “gente para trabalhar”.

Por conseguinte, quando questionado se as reuniões do conselho estão sendo satisfatórias, o próprio entrevistado afirmou que há ainda muito a ser melhorado, em sua fala:

Eu diria pra você que tem muito que melhorar, pois não faz parte da nossa cultura este sistema de discussão em colegiado, onde se mescla o poder público com a entidade privada e discute questões essenciais de desenvolvimento de políticas e aí com certeza você gera conflitos, quando você reúne diversas correntes, obviamente você vai trabalhar com opiniões diferentes. Muitas vezes as reuniões são um pouco polêmicas e temos de saber conduzir para se chegar num consenso.

Com relação aos conselhos municipais nota-se que esses devem possuir uma melhor articulação entre seus próprios atores sociais, para que exerçam o papel na tomada de decisões e possibilitem assim dotar os Territórios Rurais de uma melhor inserção econômica de sua população majoritariamente agrícola. Além disso, prefeituras e atores sociais de Territórios Rurais, quando convocados para discutir as decisões de distribuição dos recursos, “não possuem a força nem, em muitos casos, a preparação para reorientar a proposta que chega a eles, desde instâncias administrativamente superiores” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 270).

Em suma, o PTDRS estabelece as orientações centrais para o desenvolvimento dos Territórios Rurais, concorda-se com Montenegro Gómez (2006, p. 365), que se trata de um planejamento ousado, pois tem a incumbência de “captar as especificidades de cada Território (potencialidades e fragilidades) e, por outro

lado, deve ser capaz de arranjos institucionais inusitados: público e privado; estadual e federal; etc.”.

De acordo com o *Plano...* (MDA, 2005b, p. 05) a meta é ampliar as capacidades nos Territórios em torno de três processos de gestão, mencionados abaixo, desenvolvidos de forma contínua e permanente, momento denominado por “ciclo da gestão”:

- PLANEJAMENTO: o intuito é apoiar processos de tomada de decisões coletivas, estabelece-se a necessidade de definir eixos que apontem rumos ao desenvolvimento do Território e aglutinem políticas, programas e projetos, seguindo os interesses da maioria dos segmentos sociais envolvidos. Nesse momento, define-se a visão de futuro que expressa o estado desejado pelo Território;
- ORGANIZAÇÃO: fortalecimento das redes, arranjos institucionais e parcerias;
- CONTROLE SOCIAL: evitar práticas tradicionais que não contribuem em nada para a autonomia e a participação.

O objetivo proposto é orientar a elaboração dos PTDRS, através de consensos compartilhados entre atores sociais e governo, resultando num processo dinâmico com vista a um “planejamento participativo”. O conteúdo do plano cita que:

Não se tem a pretensão de dar respostas a todas as demandas e nem que seja aplicado mecanicamente como um “formulário” a ser preenchido. O que se pretende aqui é oferecer uma ferramenta auxiliar ao processo de planejamento, oferecendo conceitos básicos, apontando metodologias, orientando a organização das informações e programando o futuro (MDA, 2005b, p. 10).

Nessa fase do planejamento, primeiramente se faz um diagnóstico do Território, para tanto há todo um conjunto de recomendações gerais para a sua elaboração e conteúdos que devem ser abordados. Sendo os mesmos; “configuração espacial; aspectos históricos; aspectos geoambientais; população, organização social; estrutura agrária; aspectos econômicos; serviços sociais e de apoio à produção; infra-estrutura social e produtiva” (MDA, 2005b, p. 28).

Por último, é realizada a fase de Monitoramento e Avaliação em que se acompanha a execução das ações para que se identifiquem as debilidades e os avanços alcançados, e possam assim recomendar medidas corretivas, caso sejam necessárias. No momento da avaliação, é feito um aprofundamento sobre os rumos propostos para o desenvolvimento e se há a necessidade de redirecioná-los.

Alicerçado em valores amplamente difundidos, o programa PRONAT planeja políticas públicas visando reduzir com as desigualdades sociais, para assim promover o fortalecimento e a dinamização das economias nos Territórios; e mais ainda, estabelecer alianças entre os atores sociais que resultem na gestão social, e num “desenvolvimento harmônico” (grifo nosso) do Território (MDA, 2005a).

Esse desenvolvimento proposto pelas instâncias governamentais MDA/SDT deve ainda conjugar harmonicamente múltiplas dimensões, a saber: dimensão econômica; sociocultural; político-institucional e a ambiental. Desse modo, é necessário privilegiar uma visão integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas na abordagem territorial; além disso, objetivos tais como: equidade, respeito à diversidade, solidariedade, justiça social, sentimento de pertencimento, valorização da cultura local e inclusão social, passam a serem considerados como metas fundamentais a serem conquistadas. (MDA, 2005c, p. 08).

Cabe a ressalva de que o documento “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais” (2005a) em um de seus objetivos específicos mostra que iniciativas territoriais devem ter por referência “a valorização dos recursos locais, a competitividade territorial, o crescimento e a distribuição da renda com o incremento de empregos” (MDA, 2005a, p. 7). Mencionando mais adiante, que esses valores somente serão alcançados “se o desenvolvimento não for pensado apenas como sinônimo do crescimento econômico desses territórios”.

O *Plano...* (MDA, 2005b, p. 12) complementa que o PRONAT para alcançar os objetivos que lhe é proposto, versa sobre quatro eixos centrais, que se constituem em áreas de resultado, os quais são:

- Fortalecimento da Gestão Social
- Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação
- Dinamização Econômica nos Territórios
- Articulação de Políticas Públicas

Correlacionado a isso, num outro documento menciona-se que é necessária a existência de relações concebidas através de um capital social entre todos os envolvidos no Território. Esse capital se manifesta de várias formas, que devem ser

identificadas e compreendidas por cada Território (MDA, 2005a, p. 09). Sendo que há a existência do:

- Capital social de grupos e indivíduos - relações de reciprocidade baseadas na proximidade geográfica ou social;
- Capital social de comunidades - relações de confiança e cooperação fundadas em identidades coletivas de grupos sociais específicos que atuam gerando benefícios de algum modo compartilhados;
- Capital social externo - relações com pessoas e grupos externos ao Território.

Há um contínuo esforço por parte de indivíduos, comunidades e grupos para que se construam e mantenham-se relações sociais através do capital social; principalmente quando se refere às relações entre indivíduos e grupos externos ao Território. Porém, em muitos casos, mesmo no esforço de promover alternativas viáveis para as comunidades rurais os últimos acabam realizando apenas focos de atuações que não atendem ao Território em sua totalidade.

Mesmo existindo grande dificuldade de se materializar ações entre indivíduos e sua coletividade, os documentos insistem nesse tipo de discussão. Tendo por base além de experiências brasileiras, as internacionais, o documento *Referências...* (2006), expõe que a base primordial do controle social está:

Na ação de grupos da sociedade que, estabelecendo normas de conduta social e comportamentos que apóiem a ação da sociedade, acompanham a dinâmica de ações quer governamental e não governamentais, visando ao alcance de objetivos coletivos (MDA, 2006, p. 6).

O controle social é visto como um macroprocesso, porém notam-se metas ilusórias, por exemplo, que a sociedade interaja na construção de projetos e ações para o Território. Muitas vezes, os projetos são elaborados por um grupo reduzido de atores sociais do Território que além de terem de preparar algo que seja considerável inovador, precisam seguir todo um ritual burocrático com itens e conteúdos mínimos a serem preenchidos, sendo que geralmente os prazos são curtos.

De acordo com o *Plano...* (MDA, 2005b, p. 39) os recursos são disponibilizados para financiar projetos classificados da seguinte forma:

Inovadores – que viabilizem avanços nos conhecimentos e nas práticas empreendidas no sentido geral do desenvolvimento territorial, principalmente quanto aos instrumentos operados pela SDT;

Demonstrativos – que detenham características e estimulem a sua adoção como exemplos por outros grupos e outros Territórios;

Associativos – que priorizem o apoio às iniciativas e beneficiem grupos de pessoas do Território.

Somado a isso, esses projetos territoriais devem seguir critérios obrigatórios por parte do MDA e da SDT, sendo estes:

- Devem estar vinculados aos eixos temáticos ou aglutinadores dos PTDRS;
- Ter caráter de integração territorial ou intermunicipal;
- Necessitam atender o público beneficiário das ações do MDA;
- Os projetos de empreendimentos econômicos e/ou sociais precisam indicar a forma de gestão que inclua a participação do colegiado territorial e do público beneficiário;
- Os projetos de agroindústrias têm de ser destinados a grupos com maior dificuldade de acesso ao crédito;
- No caso de regiões de baixo dinamismo econômico, os projetos agroindustriais podem contemplar agricultores (as) familiares, que já acessavam ao crédito rural do PRONAF.

Atrelado a isso, o documento *Plano...* (MDA, 2005b) ainda menciona “sugestões” para que os projetos sejam prioritários:

- Que gerem impacto na agregação de valor à produção, na geração de renda e ocupação produtiva, com sustentabilidade ambiental;
- Que favoreçam a infra-estrutura de apoio ao associativismo e cooperativismo em suas diferentes formas;
- Que permitam a participação e controle social dos colegiados e beneficiários;

- Que tenham assegurado o assessoramento técnico necessário para viabilizar as atividades planejadas;
- Que melhorem a estrutura de apoio aos Colegiados Territoriais;
- Que tenham integração com outras políticas e programas públicos de apoio à agricultura familiar;
- Projetos que sejam complementados com outras fontes de recursos;
- Atendam, além do público prioritário do MDA, grupos com maior dificuldade de acesso às políticas públicas;
- Atendam municípios com concentração de assentamentos da Reforma Agrária e de agricultores familiares;

Em suma, é necessário que o projeto conste no plano territorial, que por sua vez é apresentado à SDT para verificar a possibilidade do financiamento. Essa secretaria é a responsável pelo encaminhamento para a Caixa Econômica Federal (CAIXA), o agente financeiro responsável por acompanhar a implantação e a gestão dos projetos territoriais aprovados.

Para pleitear o recurso, o município apresenta proposta à CAIXA, por conseguinte é feita uma seleção da mesma pelo gestor responsável, onde se apresenta o Plano de Trabalho a ser efetivado, dando a devida atenção aos objetivos contemplados pela modalidade pretendida; por fim é feita uma análise preliminar da viabilidade de tal proposta pela instituição bancária.

Com relação aos recursos financeiros até então a linha do “PRONAF Infra-Estrutura e Serviços Municipais” fornecia “para a construção de obras e aquisição de equipamentos e serviços municipais” (TORRENS, 2007, p. 17). De forma mais detalhada foi criada com o objetivo de:

[...] eliminar gargalos que estão retardando ou impedindo o desenvolvimento rural em área em que predomine a presença de agricultores familiares. [...] Como exemplos de infra-estrutura financiável no âmbito do Pronaf, cita-se: rede principal de energia elétrica, canal principal de irrigação, estradas, armazém e abatedouro comunitário, habitação rural, unidades didáticas, etc. [...] Podem ser financiados serviços de apoio ao desenvolvimento rural prestados por entidades públicas ou privadas que contribuam para o

fortalecimento da agricultura familiar, como a assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, etc. (MDA, *apud* MENDONÇA E ORTEGA, 2005, p. 13).

Observa-se que os projetos atuais para os Territórios Rurais são voltados para a dinamização das economias territoriais, para assim fortalecer as redes sociais de cooperação e fortalecer a gestão social. Os recursos ainda permanecem para tais finalidades, sendo que o plano territorial menciona como infra-estruturas “estradas; energia; habitação; saneamento básico; escolas e creches; hospitais e postos de saúde; comunicação; agroindústrias; armazenagem; e outras” (MDA, 2005b, p. 33).

Compreende-se que a partir do momento que se investe um dado Território de determinada infra-estrutura esse sofre alterações, pois se estabelecem um conjunto de relações diferente do original. Deve-se ater para o fato de que determinada infra-estrutura cumpra com seu papel fundamental, o de proporcionar o desenvolvimento na localidade em que se estabeleça, e não seja apenas uma medida governamental que atenda a objetivos pontuais.

Lamoso (2009) ao discorrer sobre a infra-estrutura em diferentes abordagens menciona ser esta um elemento fundamental de organização do território, o que permite estabelecer uma ponte de análise para os Territórios Rurais. A autora expõe que as atividades produtivas demandadas pela sociedade provocam um processo dinâmico de organização por necessitar de uma base territorial; este processo implica estabelecer relações tanto políticas, econômicas, culturais e ambientais. Sendo que “o sentido de ‘organização’ não implica em relações estáticas, mas dinâmicas e sujeitas a transformações que são determinadas historicamente, produzindo espaços diferentes dos originais” (LAMOSO, 2009, p. 43). Nesse sentido a definição dada à infra-estrutura corresponde ao:

Suporte para a produção, a circulação e o consumo de mercadorias geradas pelas atividades produtivas e um dos elementos organizadores e produtores de espaço, influenciando no desenvolvimento econômico e definindo características do processo de acumulação. Trata-se de parte da produção material do homem. Sua distribuição no espaço é definida politicamente, como resultado do embate entre diferentes projetos políticos e, conseqüentemente, de interesses de classe (LAMOSO, 2009, p. 43).

O estabelecimento de políticas públicas pelos Territórios Rurais tem procurado efetivar o apoio a projetos de infra-estruturas e serviços em prol do desenvolvimento territorial, através do fortalecimento da agricultura familiar por parte da SDT. No entanto, são ainda medidas difíceis de serem concretizadas na prática, as próprias modalidades do PRONAT confirmam este desafio.

Segundo informações da CAIXA⁵, os repasses são realizados de acordo com ações/modalidades, sendo as mesmas: Modalidade monitoramento; PTDRS; gestão de PTDRS; capacitação de agentes de desenvolvimento; cooperativismo; PDHC; agrobiodiversidade; infra-estrutura e modalidade AFEM.

Ora, em termos de política pública, o PRONAT além de se esbarrar num parcelamento elevado em suas divisões em diferentes órgãos, é moldado por um processo que “se divide em linhas de financiamento diversas, com requisitos e prazos diversos, que recaem em instituições diversas” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p. 369), não havendo portanto uma política que estruture adequadamente uma proposta territorial, do começo ao fim.

Com relação à modalidade infra-estrutura a CAIXA menciona o objetivo de:

Apoiar projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais. Deste modo se apóia técnica e financeiramente a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, mediante a realização de obras públicas, compra de máquinas, equipamentos e veículos, bem como a contratação de serviços, a partir de territórios rurais. Nesta modalidade as operações são firmadas com governos municipais e estaduais (apoiando ações de custeio e de investimento) e ONG (apoiando exclusivamente ações de custeio).

Bedin (2005, p. 45) relata que dentre os beneficiários das ações para a infra-estrutura municipal estão os agricultores familiares residentes nos Territórios Rurais que recebem o recurso; sendo que se destacam como ações, “a implantação de centros de formação e profissionalização de agricultor familiar, a construção de centros e de armazéns comunitários, entre outros”.

⁵ Informações retiradas do site oficial da CAIXA, disponível em http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasses/pronat/index.asp.

Na atualidade, o Vale do Ribeira (PR) corresponde a um Território Rural que comporta municípios com problemas sociais e econômicos a serem superados. Verifica-se que os municípios desse Território abarcam uma população despreparada para a gestão dos recursos públicos que lhes são repassados, não permitindo que essas localidades usufruam de um efetivo desenvolvimento. Sendo assim, parte-se da hipótese de questionar se os mecanismos utilizados para favorecer a participação popular na elaboração e execução de políticas públicas são pertinentes ao desenvolvimento rural.

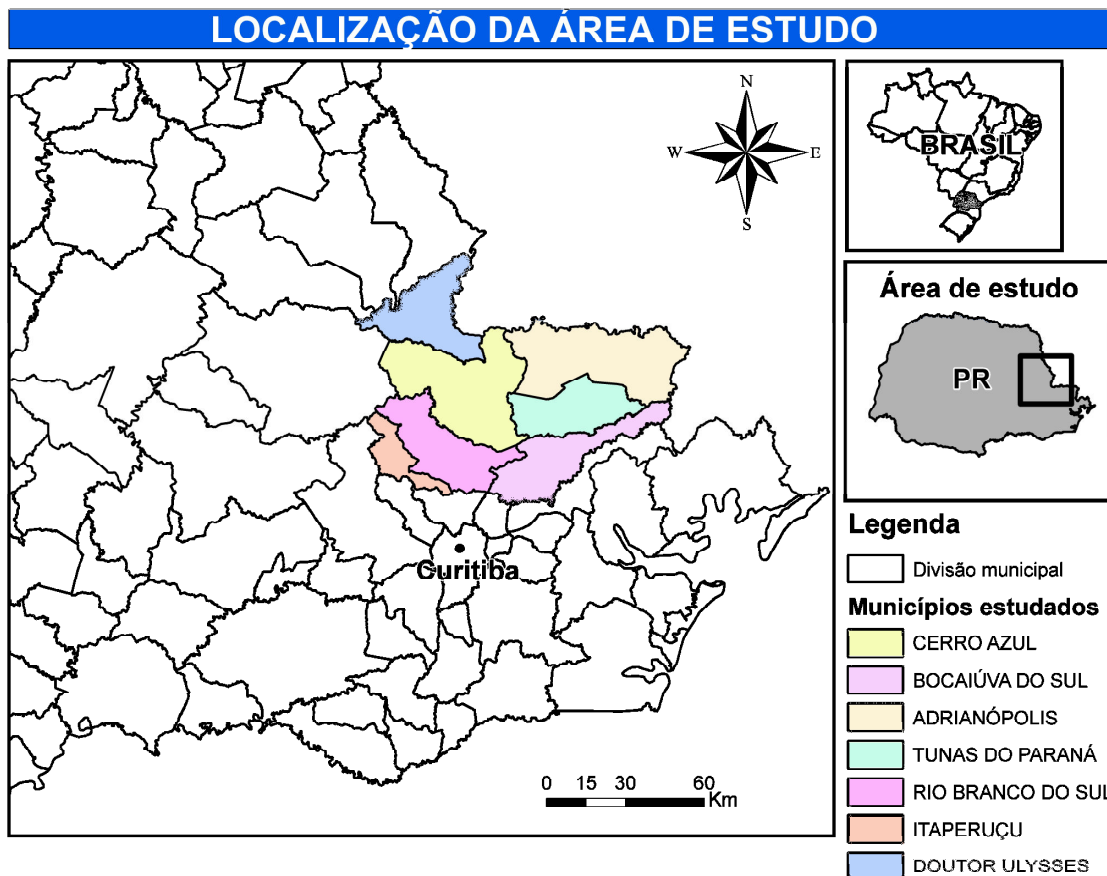
O capítulo seguinte faz referência a esse Território que recebe investimentos por parte do PRONAT, questionar a forma como vem sendo posto em prática esse desenvolvimento é de grande valia; uma vez que o proposto pelo discurso pelas instâncias governamentais não se configura na realidade, uma “tentativa planificada racionalmente de melhorar a qualidade de vida da população” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2007, p. 39).

4. O TERRITÓRIO RURAL DO VALE DO RIBEIRA (PR)

O Vale do Ribeira (PR) comporta uma grande região que abrange partes do Território paulista e paranaense, estando estruturado a partir da Bacia Hidrográfica do Ribeira do Iguape, indo desde o litoral sul de São Paulo até o litoral norte do Paraná. São cerca de 30.000 Km² com uma população de aproximadamente 720.000 habitantes distribuídos num total de 38 municípios, sendo respectivamente 23 do Estado de São Paulo e 15 do Paraná (IPARDES, 2003).

O recorte espacial dessa pesquisa faz referencia a sete municípios que estão inseridos nessa grande região, que integram a Região Metropolitana de Curitiba, a saber: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Ocupam um total de 6.066,60 km² e delimitam-se ao Norte com o Estado de São Paulo e ao Sul com os municípios integrantes dessa região metropolitana (IPARDES, 2003). Situados na porção nordeste do Estado do Paraná constituem-se num enclave de estagnação econômica e apresentam um baixo desenvolvimento social.

Predominantemente assentado sobre rochas calcárias o Território possui um relevo ondulado e montanhoso com a presença de desníveis altimétricos. Com relação à vegetação, existem florestas de Araucária, espécies de bracatinga e uma formação florestal típica de mata Atlântica, que cobre mais de 60% da região. (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006). A seguir visualiza-se o Vale do Ribeira (PR):



MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

NOTA: mapa elaborado com o software ArcGIS 9.0 (ESRI, 2001).

Nos dias de hoje o Vale do Ribeira (PR) na tentativa de alavancar a economia de seus municípios, tem a preocupação de utilizar os recursos públicos que lhes são repassados de modo a desenvolver o local de forma sustentável. Há princípios estabelecidos para o Território Rural, no qual o desenvolvimento deve ser compreendido como um instrumento de inclusão social, que articule as forças sociais e econômicas, a sociedade civil e o poder público. Entretanto, a realidade demonstra uma carência de oferta de recursos públicos, que são insuficientes para suprir as necessidades das populações desses municípios.

Duas rodovias integram o Território e Curitiba; a PR 092, que liga o trecho Curitiba - Cerro Azul e a BR 476 de Curitiba - Adrianópolis que serve também de comunicação entre o Território Rural e o Estado de São Paulo (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006).

De acordo com dados do IPARDES (2003), a BR-476 apresentava em 2003 um trecho com asfalto até Bocaiúva do Sul, por conseguinte a estrada apresentava um leito natural com revestimento primário numa extensão de 40.9 km até Tunas do Paraná e de 35.2 km até Adrianópolis. Segundo Fonte (2006, p. 25) esse leito foi pavimentado no ano de 2005. Com a mesma função integradora, a rodovia estadual PR 092 apresentava asfalto de Curitiba até as sedes de Itaperuçu e Rio Branco do Sul, porém até Cerro Azul não havia pavimentação, trecho que somente começou a ser finalizado em 2005.

Na atualidade há pontos críticos nas estradas que interligam o Território com suas comunidades, o IPARDES (2003) já mencionava que:

Resumidamente, esse conjunto de municípios conforma uma área sem malha viária capaz de atender às necessidades de escoamento da produção e, muito menos, capaz de atuar como fator de desenvolvimento regional, explicando, em parte, por que a região vem se mantendo à margem da expansão da economia estadual (IPARDES, 2003, p. 7).

O MDA menciona pelos seus documentos que esse Território encontra-se isolado pelo motivo de apresentar um relevo do tipo montanhoso, expondo que mesmo situado entre duas grandes regiões metropolitanas, Curitiba (PR) e São Paulo (SP) esse fator tem contribuído para que os municípios estejam à margem da economia estadual (MDA, 2007, p. 09).

A seguir será apresentado um breve histórico desse Território Rural homologado pela SDT em 10 de Setembro de 2003, que nos dias de hoje mantém características culturais e históricas próprias que precisam ser compreendidas e preservadas.

4.1 BREVE HISTÓRICO

Foi no século XVII, contexto do ciclo do ouro, que se deu a ocupação do Estado do Paraná, nesse momento os portugueses exploradores instalaram os primeiros povoados no litoral e no primeiro planalto do Estado. Situado nessa região, o Vale do Ribeira (PR) faz parte da história das primeiras ocupações paranaense. (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006).

Segundo o documento supracitado, iniciado pelo litoral o movimento de ocupação desses colonizadores foi sendo direcionado para o sul do estado, indo de encontro às corredeiras dos Rios Ribeira e Açungui e aos campos de Curitiba. A região em que hoje está localizado o Território foi marcada por uma contínua e progressiva atividade de mineração; sendo que no planalto a exploração das minas atingiu as maiores proporções, destacando-se a de Arraial Queimado, atual Bocaiúva do Sul, a de Botiatuva e no vale do rio Ribeira as minas do rio Açungui e Ribeira. Já no final do século XVIII houve uma estagnação da economia da região pelo fato de se esgotarem os aluviões, situação que perdurou até o início do século XIX.

Nesse contexto os mineradores responsáveis pelo povoamento da região tornaram-se sedentários e se transformaram em criadores de gado e de animais de carga, estimulados pela possibilidade de abastecerem de carne e animais de carga as minerações no interior do país. O intuito desse comércio era possibilitar que as comunidades se integrassem na estruturação econômica brasileira. Porém, essa opção aos poucos somente veio a acentuar o processo de isolamento do Território, levando as comunidades a se especializarem em atividades de subsistência (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006).

O que distingue o Território de outras localidades nos dias de hoje é a presença por mais de cento e vinte anos de imigrantes alemães, austríacos, suíços e italianos. (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006). Na atualidade, o Território é moldado por práticas de comunidades tradicionais tais como indígenas e quilombolas e mesmo situado entre Curitiba (PR) e São Paulo (SP), possui uma identidade que lhe é própria.

Afirma-se que o sistema tradicional desenvolveu-se numa constante interação com a cultura e a ecologia do local. E mais ainda, conforme houve por parte da população pressões e mesmo influências externas, o sistema se adaptou pelo local. Do mesmo modo havia a preocupação de produzir alimentos para o próprio consumo e determinar ao menos um produto específico para a venda, fora isso, ainda se caracterizava como uma agricultura com baixo uso de insumos externos.

Em meio a esse contexto o Vale do Ribeira (PR) hoje se caracteriza como uma das regiões mais carentes do Estado do Paraná, mesmo na proximidade de Curitiba (PR), ainda há uma precariedade de políticas públicas para o Território. Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2006) mencionam que no local a agricultura em seu passado:

De maneira geral, era uma agricultura familiar desprovida de acesso às políticas públicas, isolada, situada em comunidades rurais muito afastadas, em virtude da inexistência ou da enorme precariedade das estradas, de modo que os bolsões de pobreza rurais mais significativos encontravam-se nos lugares de mais difícil acesso (IBASE, 2006, p. 64).

Em sua essência, o Território se caracteriza pela agricultura “cabocla”, em que o uso de tecnologias diversificadas não faz parte da realidade de seus agricultores familiares; “somos um Território, em se tratando do Vale do Ribeira, com uma produção de auto-consumo, não se define uma produção de cadeia importante, com raras exceções”, segundo a fala do articulador do Território.

O IPARDES em 2003 já mencionava alguns ramos de atividades que poderiam se constituir como cadeias produtivas significativas para os municípios do Território, sendo as mesmas: a fruticultura (tangerina), a madeira⁶; e a mineração do calcário com destaque para a produção de cimento. Desenvolvida em terrenos montanhosos e ondulados típico dos municípios, a tangerina é produzida por pequenos e médios agricultores, sua produção é destinada quase que integralmente ao mercado regional, e também é comercializada no mercado atacadista de Curitiba (PR).

A seguir serão apresentados alguns dados dos municípios para compreender como se encontra a situação de determinados indicadores nesse Território Rural.

⁶ Segundo dados do IPARDES (2003, p 10) com relação à madeira há dois segmentos significativos, o primeiro da madeira, papel e papelão e o segundo; mais tradicional, do mobiliário. Uma das mais importantes atividades industriais da região está na extração de calcário. Entretanto, devido ao seu impacto sobre o meio ambiente é necessário adotar mecanismos que possibilitem a continuidade desse tipo de produção com menores danos ambientais.

4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população total do Território Rural em 2000 era de 90.708 habitantes, sendo 43.212 pertencentes ao meio rural, como ilustrado na tabela abaixo:

TABELA 1 – POPULAÇÃO CENSITÁRIA – 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE (HAB.)				
	TOTAL	URBANA		RURAL	
		N.º absoluto	%	N.º absoluto	%
Adrianópolis	7.007	1.613	23,02	5.394	76,98
Bocaiúva do Sul	9.050	3.562	39,36	5.488	60,64
Cerro Azul	16.352	3.916	23,95	12.436	76,05
Doutor Ulysses	6.003	701	11,68	5.302	88,32
Itaperuçu	19.344	16.234	83,92	3.110	16,08
Rio Branco do Sul	29.341	20.049	68,33	9.292	31,67
Tunas do Paraná	3.611	1.421	39,35	2.190	60,65
Total Território	90.708	47.496	52,36	43.212	47,64

FONTE: IBGE – Censo Demográfico (2000)

NOTA: dados retirados dos cadernos estatísticos municipais do Vale do Ribeira (PR) (IPARDES, 2010).

Observa-se que no referido ano dos sete municípios cinco já apresentavam uma significativa proporção de população residente no meio rural, a exceção dos municípios de Rio Branco do Sul (9.292 hab.) e Itaperuçu (3.110 hab.). Em números totais o município que se destaca com a menor população é Tunas do Paraná (3.611 hab.), e em primeiro lugar está Rio Branco do Sul (29.341 hab.). Há ainda uma variação populacional desde o ano de 2000 até 2007, como demonstrado a seguir:

TABELA 2 - VARIAÇÃO POPULACIONAL DO VALE DO RIBEIRA (PR)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2007	VARIAÇÃO POPULAÇÃO (2000-2007)
Adrianópolis	7.007	6.519	-6,96
Bocaiúva do Sul	9.050	9.511	5,09
Cerro Azul	16.352	17.577	7,49
Doutor Ulysses	6.003	5.949	-0,90
Itaperuçu	19.344	21.990	13,68
Rio Branco do Sul	29.341	31.354	6,86
Tunas do Paraná	3.611	5.909	63,64
Total território	90.708	98.809	88,9

FONTE: Sistema de informações territoriais (SIT)

NOTA: dados obtidos pelo Censo Demográfico 2000 (contagem da população em 2007).

Dos sete municípios cinco obtiveram uma variação populacional positiva, em contrapartida houve uma diminuição nos municípios de Adrianópolis (-6,96) e Doutor Ulysses (-0,90), esse fator está correlacionado pela procura de empregos em cidades como Curitiba (PR) e, conseqüentemente a busca por uma melhoria das condições de vida.

No caso específico de Adrianópolis, o município até então tinha sua maior fonte de renda proveniente da extração de minerais, em especial o chumbo e a prata, havia um total de cinco mineradoras que atuavam pela região, a saber: São Braz, Peral, São Marcos, Plumbum e Canoas; entretanto após serem desativadas, as mesmas foram as responsáveis por um número considerável de desemprego no município, fator responsável provavelmente pela diminuição populacional. A colocação de asfalto na BR-476 e a ampliação de indústrias em Tunas do Paraná podem ter sido responsáveis pela significativa variação populacional do município (63,64).

TABELA 3 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 2009

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/Km ²)
Adrianópolis	5,11
Bocaiúva do Sul	12,10
Cerro Azul	13,91
Doutor Ulysses	7,80
Itaperuçu	73,40
Rio Branco do Sul	40,58
Tunas do Paraná	10,05

FONTE: IBGE – População estimada (2009)

NOTA: dados retirados dos cadernos estatísticos municipais do Vale do Ribeira (PR) (IPARDES, 2010).

Com relação à densidade demográfica dos municípios nota-se que é baixa quando comparada a do Estado do Paraná (53.46 hab./Km²). Observa-se que de todos, Itaperuçu se destaca em primeiro lugar em número de densidade demográfica, seguido por Rio Branco do Sul, e o menor índice registrado encontra-se em Adrianópolis.

Em 2009, dos sete municípios quatro apresentavam uma população com menos de dez mil habitantes (Adrianópolis 6.856; Bocaiúva do Sul 9.989; Doutor Ulysses 6.145 e Tunas do Paraná 6.753). Apenas um município apresentava sua população com menos de vinte mil habitantes (Cerro Azul: 18.660); e por fim, dois com mais de vinte mil habitantes (Itaperuçu: 23.501 e Rio Branco do Sul: 33.142).

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Geral (IDH-M Geral) observa-se que todos os municípios evidenciam índices abaixo da média paranaense (0.79), como ilustrado a seguir.

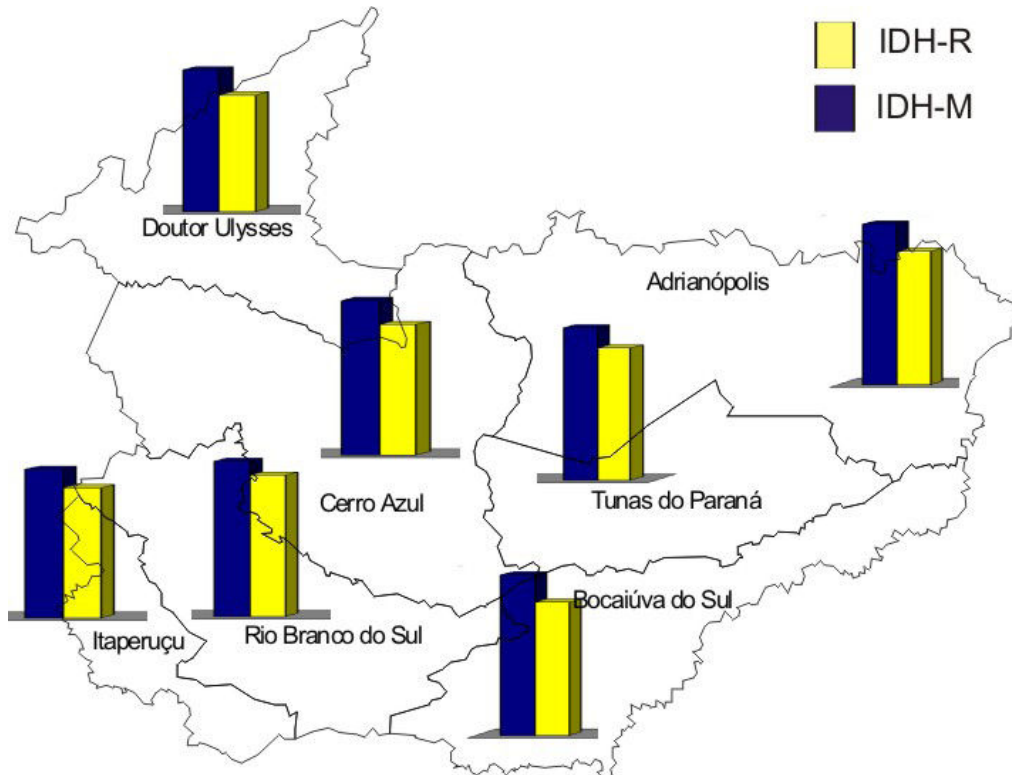


GRÁFICO 1 - IDH Médio e IDH Renda Municipais

FONTE: Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006)

NOTA: dados do IBGE – Censo Demográfico (2000)

TABELA 4 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - 2000

	IDH-M GERAL	IDH-M LONGEVIDADE	IDH-M EDUCAÇÃO	IDH-M RENDA
Adrianópolis	0,68	0,75	0,74	0,57
Bocaiúva do Sul	0,72	0,71	0,80	0,65
Cerro Azul	0,68	0,75	0,72	0,58
Doutor Ulysses	0,63	0,64	0,72	0,52
Itaperuçu	0,68	0,68	0,75	0,59
Rio Branco do Sul	0,70	0,68	0,79	0,64
Tunas do Paraná	0,69	0,77	0,70	0,59
Paraná	0,79	0,75	0,88	0,74

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD/IPEA/FJP.

Convém um destaque para o menor índice registrado o IDH-M Renda, que acaba por comprometer de modo significativo um melhor desempenho nesses

municípios. Segundo dados do IPARDES (2003) vários são os indicadores sociais que integram essa insuficiência de desenvolvimento humano, há inúmeros chefes de família com baixa escolaridade e renda, e consideráveis índices de analfabetismo, que resultam no quadro encontrado pelo Território (tabela 4). Existe ainda um significativo número de domicílios pobres:

TABELA 5 - DOMICÍLIOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

MUNICÍPIO	DOMICÍLIOS TOTAIS	DOMICÍLIOS RURAIS	DOMICÍLIOS POBRES			
			TOTAL		RURAL	
			DOMICÍLIOS	%	DOMICÍLIOS	%
Adrianópolis	1.863	1.407	668	35,9	585	41,6
Bocaiúva do Sul	2.420	1.479	678	28,0	522	35,3
Cerro Azul	4.387	3.272	1.936	44,1	1.629	49,8
Doutor Ulysses	1.498	1.312	794	53,0	759	57,9
Itaperuçu	5.217	826	812	15,6	245	29,7
Rio Branco do Sul	7.851	2.491	1.920	24,5	1.116	44,8
Tunas do Paraná	895	528	215	24,0	157	29,7
Território	24.131	11.315	7.023	29,1	5.013	44,3
Estado Paraná	2.663.037	450.430	441.727	16,6	142.789	31,7

FONTE: Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006)

NOTA: dados trabalhados pela autora.

O Território Rural apresenta índices consideráveis de domicílios pobres quando comparados à média paranaense, no total 29,1% para 16,6% e no meio rural 44,3% para 31,7%. Apenas Itaperuçu tem uma incidência maior de pobres no meio urbano (812-245). Verifica-se também uma presença significativa de domicílios pobres rurais pelo Território, um total de 2.010 (7.023-5.013).

Diversos são os motivos que estabelecem esse tipo de situação, a exemplo da falta de documentação de posse da terra no meio rural, a dificuldade de construção de moradias, acesso a rede de água e esgoto, todos correlacionados a uma renda insuficiente (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006).

As condições domiciliares apresentam enormes precariedades, em quase todos os municípios há favelas e vários domicílios não possuem canalização interna, somado a isso há ainda a escassez de determinados serviços, como os de coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitário. O município de Rio Branco do Sul, por exemplo, possui depósitos de lixo instalados sem critérios técnicos algum, em terrenos formados por rochas calcárias bem fraturadas, prejudicando os aquíferos superficiais e subterrâneos, além de gerarem uma degradação da paisagem (IPARDES, 2003).

Com relação à economia do Território caracteriza-se como pólo madeireiro, frutícola e minerador, sendo que nesse último destaca-se com 40,6% do PIB a cal, o cimento e o chumbo. Já a agricultura familiar com 19,7 do PIB total ocupa 30% do território, absorvendo 70% da mão de obra. (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006).

De acordo com o Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006) a agricultura é significativamente diversificada mesmo com a dificuldade de obtenção de renda nesse tipo de produção. O citrus há anos está presente pelos municípios, tendo posição de destaque na economia. A cana-de-açúcar também é uma cultura tradicional presente por alguns dos municípios, sendo que a produção semanal da rapadura já é identificada como um diferencial para o Território. Porém, existe ainda uma ofensiva do cultivo de pinus que acaba por “mascarar” a crise da agricultura familiar, pela geração de mão-de-obra temporária, resultando num êxodo rural em determinados períodos. O gráfico 2 demonstra como se dá a utilização das terras pelo Território.

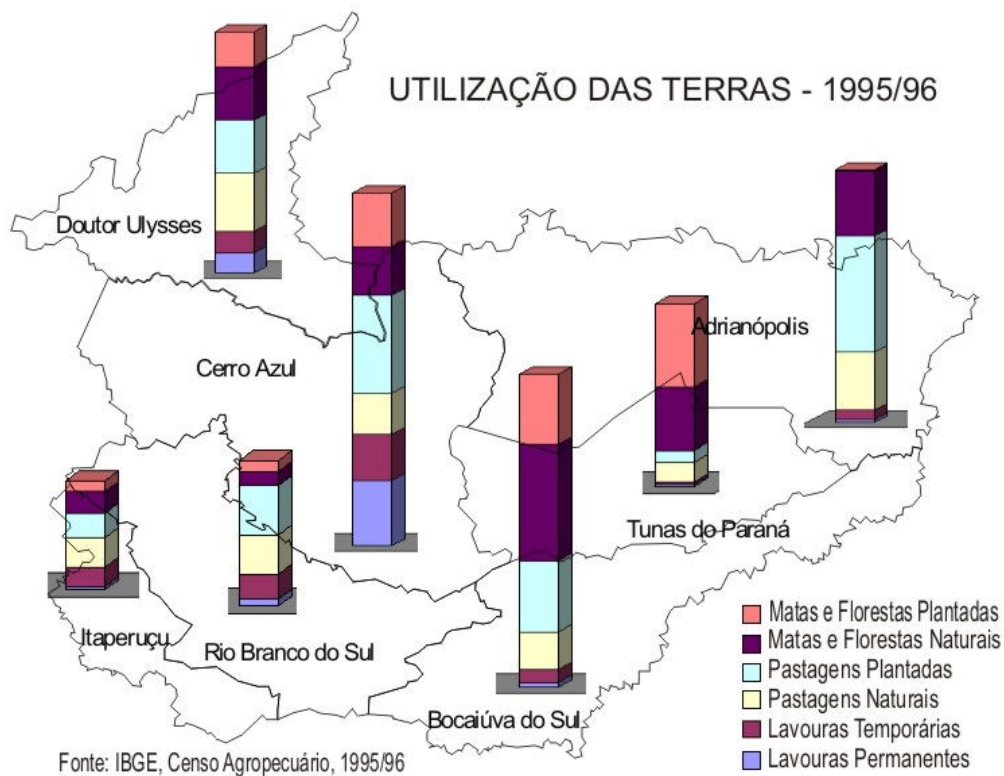


GRÁFICO 2 - Utilização das Terras 1995/96

FONTE: Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006)

NOTA: dados do IBGE – Censo Agropecuário, 1995/96.

Área expressiva encontrada pelos municípios é a de pastagens plantadas, que somando a de pastagens naturais, ocupa 27% do Território; superando a de lavouras temporárias em 8%. Nota-se um percentual de 38% de pastagens e 33% com matas e florestas, em específico nesse caso comportam dois parques estaduais de preservação particular de mineradoras. A produção agrícola ocupa 13% do território, e 7% do total são de áreas inaproveitáveis e produtivas não utilizadas. (MDA, 2007, p. 55).

Há a presença de produtores de hortaliças, que mesmo em meio a dificuldades, a exemplo do transporte de alimentos, comercializam suas produções em diversos locais de Curitiba (PR), tais como o mercado municipal onde há um espaço destinado para a venda de produtos orgânicos e as feiras agroecológicas (tabela 6).

TABELA 6 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - 1996

N.º DE ESTABELECI- MENTOS POR MUNICÍPIO	HORTI- CULTURA	LAV. PERM.	LAV. TEMP.	PECUÁ- RIA	PROD. MISTA	SILVICUL- TURA E EXPLORA- ÇÃO FLORESTAL	TOTAL
Adrianópolis	09	88	118	188	71	10	484
Bocaiúva do Sul	68	39	190	353	168	145	963
Cerro Azul	46	1.526	374	186	379	14	2.525
Doutor Ulysses	10	356	256	152	254	13	1.041
Itaperuçu	02	47	297	82	128	16	572
Rio Branco do Sul	49	101	216	78	281	10	735
Tunas do Paraná	-	02	20	49	15	18	104

FONTE: O autor (2009)

NOTA: Dados retirados dos cadernos estatísticos municipais do Vale do Ribeira (PR) (IPARDES, 2010), obtidos pelo IBGE (2000).

Já as lavouras permanentes são compostas em sua maior parte por frutas cítricas em Cerro Azul, Itaperuçu, Doutor Ulysses e parte de Rio Branco do Sul. Há frutas de clima temperado, tais como o caqui e o pêssigo em Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e parte de Rio Branco do Sul; bananas e algumas frutas tropicais como abacaxi, pinha e goiaba estão presentes por Adrianópolis.

As áreas ocupadas pelas lavouras temporárias são em grande parte destinadas para o próprio consumo, tais como: feijão, milho, abóbora, arroz, dentre outras. Destacam-se como culturas comerciais o feijão e o citrus em Cerro Azul, Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul. Mais de um terço do Território possui a atividade da pecuária, predominantemente de corte, a exceção de Adrianópolis onde há uma bacia leiteira. A tabela 7 permite analisar como se encontra a produção de pecuária e aves pelo Território.

TABELA 7 – EFETIVOS DE PRODUÇÃO DE PECUÁRIA E AVES – 2008

	ADRIANÓ- POLIS	BOCAI- ÚVA DO SUL	CERRO AZUL	DOUTOR ULYS- SES	ITAPE- RUÇU	RIO BRANCO DO SUL	TUNAS DO PARANÁ
Rebanho de bovinos	18.031	6.760	26.209	7.852	4.689	18.514	750
Rebanho de equinos	919	2.401	2.647	1.724	997	1.427	341
Galináceos	42.561	53.002	113.160	76.922	41.296	66.248	5.847
Rebanho de suínos	3.376	1.173	13.725	10.515	4.539	9.635	1.054
Rebanho de bubalinos	2.153	71	951	133	189	339	336
Rebanho de vacas ordenhadas	4.655	2.436	4.560	2.886	927	3.500	191
Outros	626	7.831	1.216	1.687	885	1.179	700

FONTE: O autor (2009)

NOTA: Dados retirados dos cadernos estatísticos municipais do Vale do Ribeira (PR) (IPARDES, 2010), obtidos pelo IBGE Produção da Pecuária Municipal.

A produção animal apresenta grande crescimento pelo Território. Cerro Azul se destaca dos demais municípios em número de rebanho de bovinos (26.209), equinos (2.647), galináceos (113.160) e suínos (13.725). Já os rebanhos de bubalinos e de vacas ordenhadas estão em primeiro lugar em Adrianópolis, respectivamente 2.153 e 4.655. Os rebanhos de bovinos estão principalmente vinculados a bovinocultura de corte e a criação de bezerros. Outra atividade importante desenvolvida pelos agricultores familiares é a produção de leite, no entanto, “possuem 3,8% do rebanho leiteiro do Estado e respondem por 3,3% da produção estadual” (DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA, 2006, p. 22), denotando uma baixa produtividade em comparação a média estadual.

TABELA 8 – EMPREGOS ORIGINADOS POR SETOR DA ECONOMIA-2008.

MUNICÍPIO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA
Adrianópolis	27	78	433	15
Bocaiúva do Sul	471	203	469	158
Cerro Azul	165	257	902	274
Doutor Ulysses	-	26	323	156
Itaperuçu	421	506	981	58
Rio Branco do Sul	1.570	601	1.935	64
Tunas do Paraná	662	275	379	283

FONTE: Dados retirados dos cadernos estatísticos municipais do Vale do Ribeira (PR). (IPARDES, 2010).

Pela análise da tabela Rio Branco do Sul tem maiores números de empregos gerados pelos setores da economia, exceto no setor agropecuário, ficando atrás de Tunas do Paraná (283), Cerro Azul (274), Bocaiúva do Sul (158) e Doutor Ulysses (156). É importante frisar a presença de uma indústria cimenteira em Rio Branco do Sul, que coloca o município em segundo lugar em número de oferta de empregos (1.570).

De acordo com o Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006) a principal base do setor industrial no Território tem sido obtida pelos produtos florestais, sendo que uma grande área desses reflorestamentos é de propriedade de empresas madeireiras. Vale um destaque para a demanda de serviços que somente perde para o setor industrial nos municípios de Tunas do Paraná (662) e Bocaiúva do Sul (471). O município que apresenta maior economia dependente de atividades agrícolas é Tunas do Paraná (283) seguido por Cerro Azul (274).

TABELA 9 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) – 2000

MUNICÍPIO	URBANA	RURAL	MASCULINO	FEMININO	PEA TOTAL
Adrianópolis	643	1.864	1.657	850	2.507
Bocaiúva do Sul	1.489	2.459	2.760	1.188	3.948
Cerro Azul	1.730	5.221	4.729	2.222	6.951
Doutor Ulysses	383	3.008	2.119	1.272	3.391
Itaperuçu	6.168	663	4.579	2.252	6.831
Rio Branco do Sul	8.041	4.026	8.369	3.698	12.067
Tunas do Paraná	408	720	902	226	1.128

FONTE: Dados retirados dos cadernos estatísticos municipais do Vale do Ribeira (PR) (IPARDES, 2010)

NOTA: dados do IBGE – Censo Demográfico (2000)

A população economicamente ativa no ano de 2000 nos municípios era na maioria compostas por homens. Observa-se ainda uma concentração na zona rural, a exceção de Rio Branco do Sul (8.041) e Itaperuçu (6.168). Já com relação aos maiores índices de PEA destacam-se Rio Branco do Sul em primeira posição (12.067), seguido por Cerro Azul (6.951) e Itaperuçu (6.831).

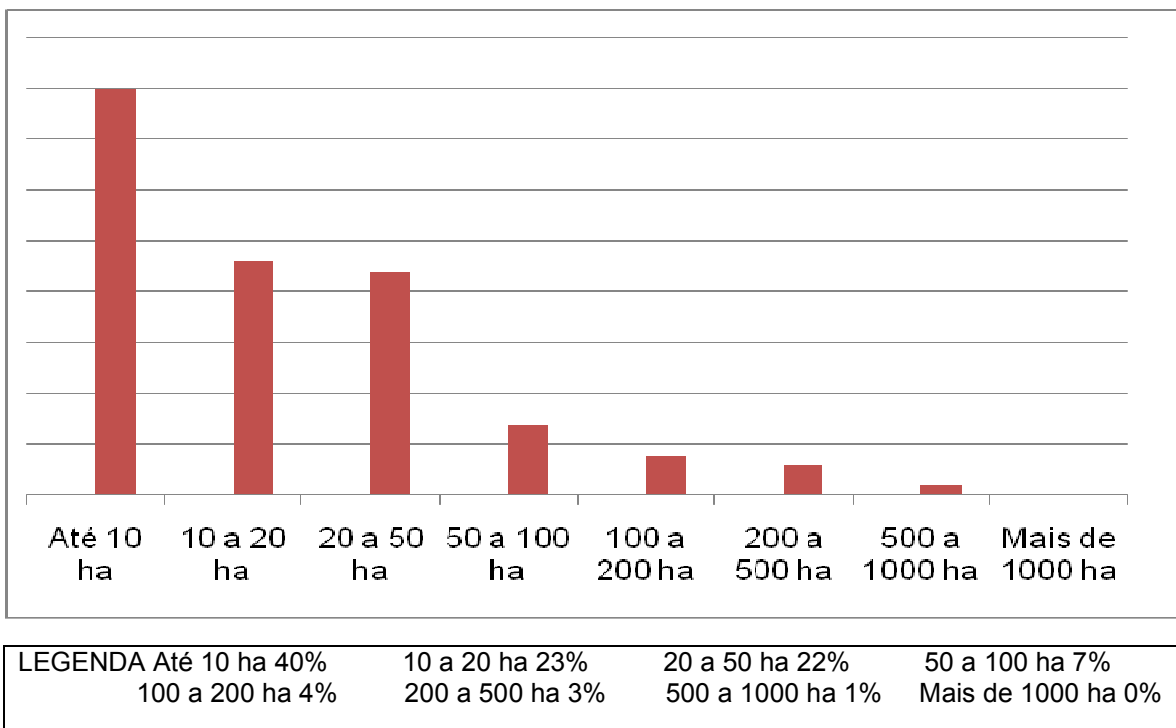


GRÁFICO 3 - Estabelecimentos rurais por grupos de áreas (1995/96)

FONTE: Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006)

NOTA: dados do IBGE – Censo Agropecuário (1995/96).

Pelo gráfico 3 observa-se que os estabelecimentos rurais mais encontrados pelo Território são os que possuem até 10 ha (40%). Com relação à percentagem de estabelecimentos em que a condição do produtor é de proprietário, esses representam 75% dos estabelecimentos, em uma área de 93%. Já arrendatários, parceiros e ocupantes trabalham em 25% dos estabelecimentos com apenas 7% da área. Segundo o Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006) o Território apresenta um índice Gini, que mede a concentração da terra, de 0.74, valor que comprova um nível elevado de concentração fundiária e demonstra a ausência desse tipo de regularização.

Toda essa análise faz crer que os municípios integrantes do Vale do Ribeira (PR) perpassam por características que lhes são peculiares, em sua maioria a população tem na agricultura de subsistência sua principal fonte de renda. Além disso, os agricultores familiares sofrem com a falta de alternativas econômicas viáveis que lhes permitam uma melhor colocação no mercado, mesmo estando nas proximidades de Curitiba (PR) são considerados municípios pobres e marginalizados; sendo assim, é um Território que carece de melhores investimentos por parte do governo.

É nesse contexto que o Vale do Ribeira (PR) vem no esforço de superar a maioria dos entraves que suas comunidades rurais têm se deparado. Projetos têm sido criados e, estão, mesmo em meio a dificuldades, sendo acompanhados e postos em discussões em reuniões, fóruns, realizados com a participação dos atores sociais envolvidos com o Território Rural. O capítulo seguinte traz um diagnóstico de como os investimentos realizados pelo Programa PRONAT estão sendo utilizados nos municípios para verificar se houve efeitos positivos para a sua população.

5. O PRONAT NO VALE DO RIBEIRA (PR)

Até o momento foi visto que políticas públicas como o PRONAT têm sido desenvolvidas para que Territórios Rurais brasileiros recebam recurso por parte do governo para investirem seus municípios de melhores infra-estruturas e serviços. Esse capítulo tem por finalidade verificar se de fato o programa atende de modo satisfatório a população rural residente nos municípios do Vale do Ribeira (PR). Algo que não pode ser descartado é que nem todos os municípios rurais detêm condições semelhantes quando se fala em infra-estrutura e serviços, muito pelo contrário; o campo brasileiro num todo apresenta disparidades nesse requisito.

Parte-se do princípio que seja visto com ressalva se o PRONAT corresponde a uma política pública que resulte de fato no desenvolvimento dessas localidades, pois apesar de existir documentos institucionais elaborados para os Territórios Rurais homologados pela SDT, não há ainda uma lei que especifique claramente quais são as atribuições do programa, tal como há para outros programas governamentais que atendem às populações rurais como o PRONAF, por exemplo.

Observa-se pela análise feita desses documentos institucionais que promove-se um desenvolvimento com base num discurso bem formulado, entretanto quando atores sociais do Território são “chamados” a cumprir com suas atribuições, se deparam com problemas burocráticos e dificuldades múltiplas para concretizar o proposto por instâncias superiores, tais como o MDA e a SDT.

Certos questionamentos que causam inquietude são expostos ao final para debate, tais como: os municípios do Vale do Ribeira (PR) possuem condições para serem inseridos em políticas públicas que versam no sentido da descentralização? A concepção de desenvolvimento rural sustentável amplamente difundida pelo programa ocorre de fato? O incentivo dado à participação, pela maioria dos documentos institucionais ocorre na prática? Para tanto, de início será analisado como os recursos do PRONAT estão sendo utilizados pelo Território desde 2003 até os dias de hoje.

Antes dessa análise é importante lembrar algumas contribuições expostas por autores no segundo capítulo, o Vale do Ribeira (PR) de fato está diante de forças de poder perfazendo um território. O *Leitmotiv* citado por Souza (2003, p. 79),

“[...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço [...]”, faz crer que pelos municípios desse território há dois tipos de influências, a primeira da SDT que exerce domínio sobre os Territórios Rurais através da elaboração e implantação dos projetos territoriais; e a segunda, referente ao poder que se perfaz na figura de alguns prefeitos desses municípios.

Mesmo centrado numa análise dos movimentos sociais, o entendimento do conceito de Fernandes (2005) do termo território permite estabelecer uma análise para o Vale do Ribeira (PR), visto que o local é marcado por formas de poder que geram as conflitualidades referidas pelo autor no segundo capítulo; entretanto, esses conflitos não estão localizados apenas fora do território, mas também dentro dele.

Em entrevista realizada com representantes da SEAB foi possível diagnosticar que esses crêem em políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento. Sendo que, a inexistência de conflitos sociais é algo indesejável, é através desses conflitos que se progride ao desenvolvimento. Além disto, este desenvolvimento pressupõe tanto reconhecer como trabalhar os conflitos, como exposto pelo entrevistado B:

O Vale do Ribeira, que é uma região muito problemática, tem uma questão de poder muito estabelecida, mas é sempre subliminar acertada nos bastidores. Teve um momento que se explicitou os conflitos, bom... É sinal que pelo menos está havendo uma mudança, não estou dizendo para mudar o processo lá, mas há uma possibilidade de mudança.

Pela sua fala, constata-se que uma mudança em prol do desenvolvimento deve pressupor a existência de conflitos que se configuram entre as diversas instituições e atores sociais envolvidos com o Território. Para o entrevistado B, a existência de conflitos se torna clara quando se tem um rearranjo de forças, é deste modo que projetos de desenvolvimento buscam consensos em algumas políticas. Segundo seu depoimento são necessários “pontos comuns, não pode nem deve esconder os conflitos, não necessariamente potencializá-los nos espaços. Desenvolvimento pressupõe mudança de patamar se não... Não é desenvolver”.

As contribuições de Haesbaert (2004) são importantes também de serem relembradas, verifica-se que o local perpassa por um conjunto de redes e relações sociais que estabelece um controle do Território. Controle esse que se inicia pelas instâncias governamentais, tais como o MDA e a SDT, que ordenam o Território através do poder que detêm e repassam o necessário a ser efetivado para que seus municípios possam se desenvolver.

Do mesmo modo, Haesbaert (2004) explana a importância de se criar espaços que fortaleçam as relações entre os indivíduos, há a preocupação por parte das diversas instituições que atuam pelo Território da criação desses tipos de espaços. Existem atuações do tipo diretas e indiretas pelo Vale do Ribeira (PR), como se demonstram nos quadros 3 e 4.

INSTITUIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	TRABALHO
EMATER	Governamental	Programas governamentais
IAPAR	Governamental	Pesquisa com citros, palmáceos e cana de açúcar.
Prefeituras	Governamental	Programas governamentais
AOPA	ONG	Acompanhamento técnico, extensão rural.
DESER	ONG	Pesquisas Territoriais
Monte Horeb	ONG	Programas de saúde e geração de renda
CEFURIA	ONG	Programas de saúde e geração de renda
Pastoral da Criança	Associação Religiosa	Programas de saúde a criança
CRESOL	ONG	Acesso ao crédito à população rural
Sindicatos da Agricultura Familiar	Entidade de Classe	Organização, formação e construção de alternativas

QUADRO 3 - INSTITUIÇÕES QUE ATUAM DE FORMA DIRETA

FONTE: Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006)

NOTA: Dados trabalhados pela autora.

Diversas são as instituições que atuam no Território, entretanto se trata de parcerias um tanto quanto inusitadas, que vão desde os níveis federais, estaduais

até o municipal. Veiga (2001) já mencionava a necessidade de financiar atividades pelas universidades, grupos de estudos e centros de pesquisas, capazes de auxiliar as políticas públicas descentralizadas. Em nível federal, há instâncias tais como o MDA, SDT e a Universidade Federal do Paraná (UFPR); já no estadual presenciavam-se instituições como a SEAB e a EMATER; e por último, no nível municipal, estão prefeituras, sociedade civil e ONGs.

Em específico sobre a ação sindical foi possível diagnosticar pelo Território, que o sindicato de Bocaiúva do Sul é o único que apresenta forte atuação, sendo, portanto o mais ativo, os restantes “são um tanto quanto complicados”, como enfatizado por um ator social do Território. Este ator mencionou ainda que em Doutor Ulysses e Cerro Azul há problemas muito sérios de governanças, porém não quis entrar em detalhes sobre o assunto.

De outro lado, no que diz respeito à ação das prefeituras no Vale do Ribeira (PR), a EMATER ressalta que essas são consideradas as principais parceiras para o apoio técnico de assistência técnica e extensão rural. Com relação às outras instituições, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) fornece apoio tecnológico a produtos potenciais para o Território, para isso há uma estação de pesquisa localizada em Cerro Azul que tem como foco a realização de pesquisas.

O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), além de pesquisas também trabalha com estudos pelo Território. Já a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA) focaliza seu trabalho na capacitação agroecológica. Com relação à Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária da Agricultura Familiar (CRESOL), essa fornece crédito rural aos agricultores familiares vinculados à cooperativa. Por último, são dadas para as comunidades do Território assistências variadas às populações em risco, realizadas pelo Monte Horeb, pelo Centro de Formação Urbana Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e pela Pastoral da Criança.

Existem ainda instituições que atuam de forma indireta (quadro 4), tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a UFPR, e o Serviço de Apoio a pequenas Empresas (SEBRAE), dentre outras.

INSTITUIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	TRABALHO
EMBRAPA	Governamental	Pesquisa Florestal
UFPR	Governamental	Pesquisa e extensão
SEBRAE	Mista	Fóruns municipais, Agroindústrias familiares.
FEPAR	ONG	Comercialização
IDESC	ONG	Agenda 21
Maytenus	ONG	Projeto Territorial

QUADRO 4- INSTITUIÇÕES QUE ATUAM INDIRETAMENTE

FONTE: Diagnóstico do Vale do Ribeira (2006)

NOTA: Dados trabalhados pela autora.

Com relação a EMBRAPA e a UFPR essas realizam pesquisas pelo Território, no que diz respeito à universidade há também trabalhos voltados à extensão rural. Já o SEBRAE está vinculado ao Vale do Ribeira (PR) fornecendo capacitação e consultoria empresarial. De acordo com o articulador do Território projetos oriundos de ONGs e universidades como a UFPR, por exemplo, tem contribuído muito nos trabalhos realizados pelo Território, entretanto como enfatizado por esse falta uma maior interação, visto que muitas vezes são projetos desfocados um dos outros.

É em meio a esses caminhos que instituições e atores sociais vinculados ao Território buscam solucionar com os principais entraves ao desenvolvimento que vem sendo proposto nesses municípios; entretanto, faltam infra-estruturas, regularização fundiária das terras, tecnologia e pesquisas que lhes sejam adequadas e maiores investimentos em políticas públicas inclusivas. A seguir será demonstrado como se encontram os projetos destinados ao Território.

5.1 O PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E OS PROJETOS TERRITORIAIS

Pelo capítulo 3 verificou-se que a construção do plano territorial perpassa por inúmeros momentos até ser efetivada. De acordo com o documento *Referências...* (MDA, 2006, p. 28), os produtos gerados por um projeto territorial são resultados das atividades desenvolvidas no Território. Correlacionado a isso, o documento *Plano...* (MDA, 2005b, p. 42) recomenda que nas discussões referentes às obras de infra-estrutura devem-se tomar determinados “cuidados”:

- Todas as propostas de obras devem ser elaboradas com base em estudos técnicos preliminares, que assegurem viabilidade técnica e apresentem estimativa de custo que possibilitem uma avaliação por parte de analistas.
- Buscar sempre que possível solução alternativa de menor custo/benefício.
- É imprescindível negociar com as prefeituras as parcerias para contrapartidas nas obras.
- A simplicidade e a funcionalidade são premissas básicas das construções, portanto, o baixo custo das obras será reflexo dessas premissas.
- As propostas de recuperação ou construção de estradas e pontes, energia elétrica, sistemas de abastecimento de água e outras obras devem estar embasados em um estudo de viabilidade técnica *in loco* de um engenheiro civil.

É importante lembrar que esse plano menciona ainda a necessidade de apoio a investimentos em infra-estruturas sociais e econômicas, privilegiando o acesso aos serviços públicos, a assistência técnica qualificada e ao incentivo de inovações tecnológicas (MDA, 2005d, p. 25).

Entretanto, como promover esse incentivo às inovações tecnológicas para uma população tão específica como as do Vale do Ribeira (PR), por exemplo? Ora, suas comunidades apresentam um histórico de agricultura extremamente tradicional, em que a adoção de novos padrões tecnológicos é praticamente inexistente.

Pelo local prevalece a agricultura cabocla, há ainda o uso de técnicas rudimentares quando comparadas a outras localidades, como já exposto. Considera-se que é importante incentivar pelos espaços de discussões disponíveis pelo Território, tais como os fóruns, esse tipo de debate; para que de fato essas comunidades sejam incluídas na realidade do estado a que pertencem e preservem da mesma maneira sua identidade.

Todavia, a conquista de resultados como esses é um desafio para os municípios do local. Para tanto, foram analisados os projetos territoriais que mais se destacam no Vale do Ribeira (PR) desde o ano de 2003 até os dias de hoje. É importante mencionar que existem vários casos em que um grande projeto foi subdividido em vários planos de trabalhos para viabilizar a contratação de obras, bens e serviços. Em sua maioria, são planos que ainda não foram na totalidade efetivados, estando em pauta até a atualidade. As informações a seguir fazem referência às análises dos projetos que foram disponibilizados pela SEAB.

Projetos destinados para realização de oficinas, capacitação, dentre outros

Em 2004 foram desenvolvidos dois planos de trabalhos, o primeiro destinado a promover o processo de mobilização e estudos para aprimorar o planejamento e gestão participativa pelo Território. A proposta era de ampliar as ações de capacitação para que os atores sociais pudessem agir de forma mais sistêmica sobre o local. Nesse período, recursos foram disponibilizados para a promoção de eventos (oficinas, reuniões, seminários), transporte e confecção de material didático sobre as temáticas trabalhadas. O produto esperado na época era elaborar três relatórios técnicos com a descrição das ações promovidas pelo Território.

Segundo o entrevistado A da SEAB, em 2004 houve a capacitação de diversas entidades e a realização de seminários sobre a formação de conselheiros, sendo que até os dias de hoje foi afirmado que “nós tentamos realizar continuamente encontros, discussões referentes a temáticas que se fazem necessárias”.

Com relação ao segundo plano de trabalho este era destinado para promover a capacitação e mobilizar agentes do desenvolvimento territorial para atuarem pelas comunidades do Território, proporcionando a formação de novas lideranças. Na época houve oficinas, cursos e reuniões periódicas para a promoção de debates, possibilitando dessa maneira a criação de alternativas de geração de empregos e renda para essas comunidades.

Projeto: NUTRIVALE - Despoldadora de frutas - perspectiva de desenvolvimento sustentável para o Vale Ribeira (PR)

Desenvolvido a partir do ano de 2003 com término previsto em 2004, o projeto se subdivide em dois planos de trabalhos. Os agricultores familiares desse território, que representam a maioria dos estabelecimentos rurais dos municípios, sofrem as consequências de não terem alternativas econômicas viáveis que lhes permitam um melhor acesso aos mercados. Em suas produções se destacam as frutas cítricas (laranja e ponkan); porém, as condições de transporte dessa produção são muito precárias e os preços obtidos na comercialização são baixos.

Nesse período, os agricultores familiares passaram a deter uma melhor organização, pela criação de cooperativas de créditos e várias associações, que permitiu a geração de melhores oportunidades para a população, possibilitando iniciar um processo voltado a agroindustrialização.

Nesse contexto, foi elaborado o projeto de uma unidade de despoldadora de frutas, cuja construção pretendia reaproveitar um barracão ocioso da Codapar em Cerro Azul, município localizado no centro da principal área de produção de frutas do Território. Através dessa despoldadora almejava-se criar uma nova cooperativa para administrar a produção dos agricultores familiares, e assim agregar um valor de mais de 50% na produção de frutas proporcionando a geração de novos empregos.

Metas planejadas para o período

- *Agroindustrialização das frutas e outros produtos da agricultura familiar*
 - Obras para instalação da Unidade despoldadora de frutas
 - Aquisição de equipamentos
 - Capacitação, material de divulgação e insumos.

A despoldadora na atualidade

O projeto apresenta problemas estruturantes desde tempos, sendo que foi a partir de 2003 que as comunidades reivindicaram pela despoldadora, a princípio havia a necessidade de encontrar um terreno para construir a unidade, o qual foi fornecido pela prefeitura, entretanto quando recebida a documentação desse terreno os responsáveis pelo projeto viram que não seria permitido construí-la no local

sugerido. Por conseguinte, tiveram acesso a outro terreno, “só nisso foram mais de dois anos”, de acordo com a entrevistada da EMATER.

Segundo a mesma, as dificuldades que permeiam a construção de um projeto para o Território é um fato, muitas vezes “demora anos e anos para se concretizar um”, nesses casos, os recursos ficam retidos pela CAIXA rendendo juros, e quando necessário os projetos são renovados.

A despoldadora ainda não está instalada, e o projeto encontra-se em licitação na CAIXA, entretanto devido a todo um ritual burocrático que há dentro dessa instituição bancária, a entrevistada crê que “ainda vá um ano, um ano e meio para ser licitado de fato”, e serem assim liberados os equipamentos para iniciar a construção da unidade.

Projeto: Telecentros e vídeo salas rurais

Iniciado no ano de 2004 com término previsto para 2007, o projeto se subdivide em três planos de trabalho. No geral, os planos na época pretendiam promover a inclusão social e digital com acesso a serviços de internet via satélite para atender aos agricultores familiares do Território, por meio da implantação de telecentros e vídeo salas nas comunidades rurais. O intuito era suprir algumas necessidades que foram levantadas pelo Fórum Regional do Território no ano de 2002, dentre algumas prioridades estava à criação de políticas públicas voltadas para o acesso aos meios de comunicação, educação e lazer.

O projeto tinha por objetivo implantar os telecentros e vídeo salas pelos municípios do Território, num total de 21 comunidades com problemas de acesso à comunicação. A meta era promover a cidadania, principalmente de jovens, através do acesso aos serviços de inclusão digital. Do mesmo modo, seriam eleitos voluntários para os telecentros e vídeos salas que organizariam o funcionamento e a utilização dos mesmos.

Na época o projeto foi contratado pela prefeitura de Tunas do Paraná, que ficou responsável pelo repasse de todos os equipamentos às prefeituras dos municípios restantes. Entretanto, para que fosse efetivado foi exposto no período,

ser necessário contratar uma empresa para a prestação de serviços de acesso à internet, que seria custeado pelas prefeituras locais.

Metas planejadas para o período

- *Promoção da inclusão social e digital de agricultores familiares*
 - Aquisição de equipamentos de informática e internet
 - Aquisição de materiais elétricos, equipamentos e mobiliários
 - Curso de capacitação em gestão de telecentros
 - Contratação de consultoria para construção de sitio na internet

Obs. Reajuste de valores de equipamentos

Os telecentros na atualidade

A princípio o recurso do projeto destinado para a compra dos equipamentos para a montagem dos telecentros e vídeo salas não eram suficientes, tendo de serem remanejados. Foi necessário designar um representante do Território para ir à Brasília (DF) solicitar o remanejamento do recurso.

Havia a proposta por parte de um dos planos de trabalho de adquirir um veículo para percorrer os telecentros e assim acompanhar o andamento do projeto, porém na época houve um significativo aumento dos valores dos equipamentos necessários para instalação da internet. Para solucionar esse entrave, retiraram o veículo do plano de trabalho, podendo assim comprar os materiais que faltavam.

Na atualidade os equipamentos estão disponíveis em Tunas do Paraná, a prefeitura proponente do projeto; porém nem todos os municípios designaram um responsável para ir ao local retirar os mesmos e levar ao seu município. Foi exposto pelo último Fórum em 2009, que é preciso que cada município faça uma listagem dos materiais recebidos e veja o que falta para que essa parte do projeto seja resolvida.

Todavia, há um impasse mais grave. Os telecentros demandam um custo mensal para manutenção, sendo que esse é de responsabilidade das prefeituras, como já mencionado. Dessa forma, é necessário que cada uma das prefeituras

estude e adquira ao menos o pacote mínimo solicitado para a manutenção desses telecentros, pois somente assim a CAIXA irá liberar o restante do recurso.

É importante frisar que se apenas uma prefeitura não aderir ao pacote o recurso não será liberado, entretanto o prefeito de Itaperuçu no Fórum de 2009 já mencionou que na prefeitura não há orçamento para isso. Nesse projeto é urgente que todas as prefeituras entrem num acordo, para não ocorrer à devolução do recurso ao ministério, o que já houve em outros projetos não efetivados até o final no Território.

De fato, a instalação de telecentros e vídeos salas rurais é um modo de incluir socialmente as comunidades, entretanto conforme já demonstrado os indicadores sociais dos municípios são baixíssimos. Sendo assim, questiona-se esse tipo de projeto, visto que há medidas mais urgentes a serem adotadas, tais como investimentos em educação e saúde.

Segundo a entrevistada da EMATER o projeto está sendo encaminhado de forma positiva, mas o que esbarra sua efetivação é essa dificuldade imposta pelos prefeitos a exemplo de Itaperuçu, somado a isso, equipamentos de internet geralmente não são baratos, e “para o meio rural são mais caros ainda”. De acordo com a entrevistada, tem-se já o acesso à informática, “a idéia já está posta, o que falta mesmo é a obra”.

Projeto: Fortalecendo a agricultura familiar com o apoio de uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública diferenciada para o Território Vale do Ribeira (PR)

Iniciado no ano de 2006 com término previsto no referido ano, o projeto visava estruturar a assistência técnica e a extensão rural aos municípios do Vale do Ribeira (PR). A meta era atender a maioria da população residente no meio rural que desenvolve até os dias de hoje a agricultura tradicional de subsistência, que vem sendo afetada nos últimos anos pela crescente exploração de pinus na região, o que descaracteriza a família agricultora por transformá-la apenas em mão-de-obra.

Esse tipo de prática vem ocorrendo pela própria desmotivação do agricultor familiar que tem dificuldade em acessar as políticas públicas pela falta de uma

assistência técnica e extensão rural que seja mais frequente. Correlacionado a isso, as ações de instituições como a EMATER acabam sendo muito pontuais por se tratarem de projetos específicos, do mesmo modo não há meios de locomoção e nem apoio técnico que sejam suficientes, dificultando as ações de ATER pelo Território que atenda de fato a um maior número de agricultores familiares, proporcionando as condições de realizarem as gestões de seus empreendimentos.

Metas planejadas para o período

- *Estruturação da assistência técnica e extensão rural – ATER*

- *Infra-estrutura para ATER*

A ATER na atualidade

Nos dias de hoje a EMATER tem como foco de atuação o acompanhamento técnico e a extensão rural às comunidades do Território. Entretanto, como exposto pelo articulador a questão do acompanhamento técnico é “ainda muito frágil”. Pôde-se observar pelo Fórum do Território em 2009 que há dois pontos a serem superados para que haja uma efetiva ATER para o Vale do Ribeira (PR); os técnicos da EMATER apesar de terem um bom preparo para as atribuições que lhes são repassadas deveriam ser melhores instruídos para os trabalhos com as comunidades, correlacionado a isso, os próprios agricultores familiares deveriam ter uma maior confiança em suas capacidades, se tornando mais independentes nas decisões que lhes forem mais urgentes de serem tomadas.

Além disto, o problema da assistência técnica e extensão rural também estão relacionados com um número insuficiente de técnicos para atender aos municípios, um total de onze para todo o Território, “o serviço é bom e de boa qualidade, trata-se de um extraordinário parceiro, um ator importantíssimo, aonde não tem a EMATER a dificuldade é muito grande, entretanto não dá conta do desafio proposto para o desenvolvimento do Território”, segundo a fala do articulador.

Já para a entrevistada da EMATER, o problema é que essa assistência muitas vezes acaba sendo um tanto quanto pontual, somado a isso quando fazem a solicitação nos projetos de veículos diferenciados, o que é preciso devido à dificuldade de locomoção pelas estradas entre os municípios, quando recebem o recurso ao invés de adquirirem veículos de boa qualidade, compram um maior

número de veículos baratos, que não atendem as reais necessidades de locomoção pelo Território.

De acordo com a entrevistada, “o mais importante e valioso é levar a informação das políticas públicas às comunidades distantes, a primeira coisa que priorizamos é trabalhar fortemente com a inclusão social, você precisa disso, daquilo”. É deste modo que estimulam ao máximo que as comunidades se organizem, para assim terem uma voz ativa na solicitação dessas políticas públicas, e consolidar de fato uma ATER para o Território.

Os projetos voltados à linha de leite para o território

1. *Circuito das trocas na comercialização solidária*
2. *Circuito das trocas na comercialização solidária – complemento*

O Circuito das trocas na comercialização solidária (1)

O plano de trabalho base do projeto foi elaborado e finalizado no ano de 2006 tendo por objetivo ampliar a linha de leite pelo Território, visto que já havia duas linhas que atendiam em torno de 180 agricultores familiares, num total de 28 comunidades. Esse leite até então era vendido para indústrias de fora do Território, entretanto o pagamento realizado por essas era considerado baixo, não possibilitando ganhos suficientes aos agricultores para cobrir os custos da produção.

Até então em 2005, o governo do Estado do Paraná havia liberado recursos para a construção de um laticínio em Adrianópolis, porém não foram suficientes para iniciar as atividades e adquirir os equipamentos necessários para o empreendimento na época. Sendo assim, foi desenvolvido esse plano de trabalho como uma proposta de organizar os produtores, garantindo assim a venda do leite através da Cooperativa de Produtores de Leite do Alto Ribeira/APL que estava em processo de formação.

A meta inicial era revitalizar a cadeia produtiva do leite sendo, portanto uma alternativa de manter a prática de atividades rurais dos agricultores familiares, frente à monocultura de Pinus, que desde então avançava de maneira rápida pelo território, através da inserção de grupos florestais, que exerciam grandes pressões

para a aquisição de novas áreas, excluindo assim várias famílias de agricultores, pela falta de viabilidade de seus sistemas produtivos.

Metas planejadas para o período

- *Beneficiamento e comercialização solidária da produção da agricultura familiar (Cadeia do Leite)*
 - Aquisição de veículo, caminhão, tanque de estocagem e baú isotérmico
 - Aquisição de equipamentos para o laticínio, computador e periféricos
 - Aquisição de barracas e balanças eletrônicas

O Circuito das trocas na comercialização solidária – complemento (2)

Embora as metas tenham sido atingidas com o plano anterior foi necessário elaborar esse outro plano de trabalho para ampliação das mesmas, para que os recursos ainda existentes fossem utilizados, permitindo um melhor atendimento ao público do projeto.

Iniciado em 2006, esse plano de trabalho tinha como término previsto o ano de 2007. O objetivo era ampliar as metas alcançadas pelo projeto “Circuito das trocas na comercialização solidária”. O intuito era promover uma interligação por meio de atividades que envolviam desde agricultores, até moradores urbanos, fornecedores, o poder público, executores e gestores do projeto, desse modo, seriam ativadas as economias rurais através da inclusão dos agricultores familiares em mercados específicos que atenderia assim as demandas específicas respeitando a aptidão do agricultor familiar.

Metas planejadas para o período

- *Comercialização solidária da produção da agricultura familiar*
 - Infra-estrutura para comercialização
- *Ampliação de metas no período - recursos disponíveis*
 - Aquisição de computador com softwares
 - Aquisição de veículo automotivo

Os circuitos (1) e (2) na atualidade

Por se tratarem de projetos correlacionados é possível estabelecer uma análise conjunta dos mesmos. De acordo com o articulador do Território a produção de leite no município de Adrianópolis apresenta grande sucesso, demonstrando que apesar da topografia local, este tipo de produção pode vir a obter êxito se bem estruturada em termos de serviços e informações adequadas aos agricultores familiares.

O intuito da criação do projeto circuito complemento foi de ampliar as metas já alcançadas no primeiro projeto, “O Circuito das trocas na comercialização solidária”. Nesse circuito complemento prioriza-se a comercialização dos produtos da agricultura familiar do Território, sendo considerada uma grande ferramenta para incentivar a diversificação da produção desses agricultores familiares.

Segundo informações obtidas no último Fórum do Território, é possível viabilizar o projeto para as merendas escolares. Foi informado que os representantes do Fórum através de muito esforço conseguiram retomar o projeto que até então não estava funcionando. Entretanto, na reunião verificou-se que existem agricultores favoráveis e contrários a essa medida. Informações do “Circuito complemento” indicam que 30% da merenda escolar devem provir da agricultura familiar, podendo chegar até 100%.

Todavia, um desafio de viabilizar o projeto para a merenda é a necessidade dos produtos dos agricultores familiares serem certificados, de acordo com um dos atores sociais presente no Fórum a “agricultura até então está repassando seus alimentos de forma ‘clandestina’ como se fosse um ‘fora da lei’”. Segundo o mesmo já se está trabalhando para solucionar esse problema, são repassados aos agricultores como deve ser feito para obterem essa certificação conforme necessário.

Porém, esses agricultores estão preocupados, pois não sabem ao certo quais tipos de produto devem cultivar para aderir ao programa. Em uma das falas dos agricultores foi mencionado que “precisamos dar conta desses 30% já não é fácil. Como vamos repassar esses 30%? Com que tipo de produto? Como um agricultor entra num programa desses? Esta muito difícil para nós!” A sugestão dada

pelo Fórum foi de a princípio diagnosticar quais agricultores familiares estão melhor organizados para inseri-los nessa porcentagem e aos poucos irem aderindo o restante ao programa.

Há ainda dois outros desafios a serem superados, trata-se da aquisição de quatro veículos e de rádios amadores para o Território. Com relação aos carros, já adquiridos, é preciso que os municípios em conjunto, decidam como será feita a distribuição dos mesmos. Já os rádios amadores se tornam necessários para possibilitar a comunicação entre os agricultores, visto que muitos não têm acesso a aparelhos de celular; todavia, como mencionado pela entrevistada da EMATER as prefeituras ainda não fizeram a licitação do pedido.

Projetos referentes ao ano de 2008

Com relação aos Planos de trabalhos para o ano de 2008 a SEAB mencionou que os números dos contratos ainda não constam, sendo assim não há a possibilidade de serem analisados de forma mais detalhada, tratam-se de dois planos respectivamente destinados a “Organização e comercialização solidária dos produtos dos agricultores familiares e quilombolas” (aquisição de trator, carretas e plaina traseira); e o outro para a “Regularização fundiária de imóveis rurais de agricultores familiares do Território”, tem-se como meta neste último adquirir um veículo tipo camionete e também promover seminários sobre a regularização, com o intuito futuro de elaborar diagnósticos produtivos, produzir mapas municipais e publicações informativas.

De acordo com a entrevistada da EMATER, o projeto para a regularização fundiária encontra-se “parado”, objetiva-se utilizar o recurso de maneira estruturante, servindo de base para a elaboração de projetos futuros. Fora isso, há uma problemática muito séria para as comunidades serem regularizadas, além do custo extremamente elevado, cerca de cinco mil reais em média, muitas das documentações para efetivar este processo está no Estado de São Paulo, o que dificulta o acesso as informações.

Em específico com relação aos trabalhos realizados com as comunidades quilombolas segundo a entrevistada supracitada, as rodovias apesar de ainda necessitarem de investimentos tiveram certo avanço; entretanto, o acesso a essas

comunidades é ainda um grande desafio a ser vencido há, por exemplo, treze quilombolas que se localizam a 80 km de distância da sede do município de Adrianópolis.

O essencial para a entrevistada seria que se criassem duas pontes para facilitar o acesso aos quilombolas e assim promover uma melhoria às comunidades, pois como enfatizado por ela essas populações “transportam cachos de banana em tirolesas! Você consegue imaginar isso?”

Considera-se, que se veja isto com ressalva, a construção das pontes para permitir que essas treze comunidades transportem suas produções, em termos de custo/benefício não seria o mais conveniente, o que apenas facilitaria o transporte num tempo menor, não alterando de fato a pobreza desses quilombolas.

É muito problemático quando o assunto refere-se ao traslado de populações entre os municípios, o recurso para melhoria das estradas existe, porém não será suficiente, há pelo menos cerca de 900 km de estradas internas que interligam os sete municípios.

Para a entrevistada “é preciso quebrar alguns paradigmas”, de acordo com sua informação há comunidades quilombolas que distam 60 km da sede do município de Doutor Ulysses, sendo que há crianças nesses locais que precisam ir à escola, que simplesmente viajam 120 km todo dia da comunidade à sede e ainda enfrentam 4 km de reflorestamento até chegarem a suas casas “isto é um absurdo, gente estamos próximo de Curitiba! É preciso que se leve em conta as reais necessidades dessas populações do Território”.

Após a análise desses planos de trabalhos, que demonstram as dificuldades presentes pelo Vale do Ribeira (PR), convém mencionar que esses planos ao serem elaborados pelos atores sociais do Território precisam discriminar no documento a ser entregue a SEAB um número de famílias previstas a serem beneficiadas em cada projeto. A tabela a seguir permite visualizar esses dados:

TABELA 10 – BENEFICIÁRIOS PREVISTOS

PLANO DE TRABALHO	N.º DE FAMÍLIAS	INÍCIO	TÉRMINO	TOTAL (R\$)
NUTRIVALE	1.000	Nov/03	Set/04	255.150,00
TELECENTROS E VÍDEOS SALAS RURAIS	7890	Out/04	Out/07	391.371,00
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	800	Out/06	Dez/06	136.600,00
CIRCUITO DAS TROCAS	1.000	Mai/06	Dez/06	357.760,00
CIRCUITO DAS TROCAS - COMPLEMENTO	550	Ago/06	Dez/07	369.680,99

FONTE: Dados fornecidos pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB).

Observa-se que o plano de trabalho referente aos Telecentros e Vídeos Salas Rurais até 2007 era o que tinha por objetivo beneficiar a maior parte da população dos municípios, com um total de 7.890 famílias. Em anos anteriores, destacam-se os planos de trabalhos da despoldadora de frutas (NUTRIVALE) e o Circuito das Trocas na Comercialização Solidária, que beneficiariam um total de 1.000 famílias cada um; já em terceiro, encontra-se o plano de trabalho referente a ATER.

Fora essa problemática da não efetivação dos planos de trabalhos em sua totalidade, nota-se que há ainda outros problemas que necessitam de medidas para serem solucionados. No último Fórum foi mencionado que a SEAB irá disponibilizar um responsável dessa secretaria, que será encaminhado ao Território para diagnosticar a evolução de cada projeto.

Como bem exposto pelo entrevistado A da SEAB “é necessário saber de que forma os recursos estão sendo utilizados e encaminhar ao CEDRAF com urgência”, pois somente dessa forma terão informações do que deve ser melhorado para o Território e se é necessária uma duplicação de recursos.

5.2 OS DESAFIOS PARA EFETIVAR O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Os projetos analisados nesse capítulo fazem crer que de fato o Vale do Ribeira (PR) não tem usufruído de um desenvolvimento territorial, diversos são os exemplos que ilustram esse quadro. Em sua maioria, as dificuldades e os impasses jurídicos pelos quais os projetos se deparam estão localizados dentro das próprias prefeituras dos municípios, pode-se dizer então que há a falta de um recurso humano que seja qualificado para trabalhar na construção de projetos futuros, apesar do grande esforço por parte dos atores sociais do Território.

No geral, a análise dos planos de trabalho permite afirmar que o principal, a construção das obras, não está sendo efetivado. São adquiridos tão somente equipamentos, o que não deixa de ser positivo. Segundo o entrevistado A da SEAB:

Temos um esforço grande de utilizar aquilo que é disponibilizado, mas lógico existe uma série de dificuldades quando você parte para a questão da execução, a própria exigência para contratação, documentação, feita geralmente por prefeituras, às vezes você tem dificuldade na documentação, certidões uma série de coisas, então acontece às vezes de perder recurso, aprova a utilização do recurso, mas no decorrer da contratação termina perdendo o recurso, algumas vezes, por necessidades burocráticas que não são cumpridas.

Observa-se ainda a falta de um diálogo maior por parte das instituições que trabalham no Território “muitas vezes uma está trabalhando em algo semelhante à outra e nem sabem” como mencionado por A. Fora isto, a dependência desses atores sociais, de instituições como a CAIXA é um fator que não pode ser negligenciado, pois esta muitas vezes acaba impedindo a liberação dos recursos devido a todo um ritual burocrático necessário para a liberação dos mesmos.

Embora haja problemas estruturantes, é importante frisar o incentivo que é dado por parte da EMATER na promoção de cursos aos agricultores familiares do território. Foi informado que esses ocorrem sempre em função da demanda, tendo pelo menos cerca de dois, a cada mês, por município. Exemplos de cursos ofertados são os designados para a formação de conselheiros; outros que apresentam forte demanda de procura são os destinados para o aprendizado em distintas áreas que possibilitam aos agricultores uma agregação de valores, tais como os cursos

destinados para: a produção de compotas, o artesanato, o turismo rural, dentre outros.

Convém mencionar sobre outro desafio para o Vale do Ribeira (PR), o monitoramento. O intuito nesse momento é diagnosticar as debilidades, os avanços e como vem se dando o funcionamento e a execução dos projetos para o Território, para assim propor medidas corretivas caso sejam necessárias (MDA, 2006, p. 24).

Conforme informações fornecidas pelo entrevistado B da SEAB há o programa de monitoramento no Território, porém numa fase ainda embrionária⁷. Segundo o mesmo até o momento não havia um sistema de controle de uso do recurso que fosse satisfatório. Para solucionar isso, o IPARDES irá elaborar um sistema de controle dos contratos feitos pelo Território, mas “realmente o controle e a fiscalização realizados até agora, sinceramente deixam a desejar”.

O sistema ainda em fase de construção será elaborado com base em um banco de dados em que constarão todos os projetos aprovados pelo PRONAT desde 2003 até os dias de hoje em cada um dos municípios, especificando quais obras foram realizadas com o uso do recurso.

De acordo com B, o intuito é averiguar se o objetivo do projeto foi ou não alcançado, e assim diagnosticar se realmente provocou mudanças positivas para o município, servindo como “uma ferramenta de avaliação de política pública, que verificará quais são os gargalhos para propor as soluções”, ajustando eventuais erros ocorridos. Segundo o entrevistado B, o momento do monitoramento é considerado bastante inovador, uma vez que permitirá avaliar o porquê determinado projeto não obteve êxito, servindo de base para a elaboração de projetos futuros.

Toda essa análise dos projetos territoriais trabalhados pelo Território permite retomar os questionamentos iniciais expostos nesse capítulo.

Debate primeiro: Os municípios do Vale do Ribeira (PR) realmente possuem condições para serem inseridos em políticas públicas que versam no sentido da descentralização?

Quando se fala em políticas públicas para o meio rural há de se tomar alguns cuidados, e mais ainda quando se referem às políticas descentralizadas

⁷ Foi realizado contato com o IPARDES, instituto responsável pelo monitoramento do PRONAT, entretanto a coordenadora do projeto informou que o sistema ainda esta sendo discutido não havendo, portanto, informações concretas e mais detalhadas com relação ao programa.

como o PRONAT. Como bem citado pelos entrevistados A e B da SEAB o processo de dar atribuições tanto às esferas federais, estaduais e municipais ainda precisa ser muito melhorado.

O entrevistado A entende que essa conquista somente será possível através do exercício da prática, criando-se condutas entre a sociedade distintas das já existentes pelo país, um tanto quanto tradicionais. Do mesmo modo, B também considera esse tipo de articulação ainda tradicional, segundo seu depoimento “ainda prevalece à visão do prefeito, não prevalece à visão da demanda territorial, isto dentro do setor público”.

É importante neste momento retomar Abramovay (2000), o qual já expunha que na maioria das vezes os municípios rurais são as unidades menos adequadas para gerir as relações necessárias ao desenvolvimento territorial. Como bem exposto pelo autor, não se trata de desprezar as possibilidades de ação que há nessa esfera política administrativa, mas sim de reconhecer que as esferas municipais perpassam por uma característica que lhe é peculiar, a falta de preparação para a gestão de recursos públicos de forma descentralizada.

Somado a isto, em sua maioria, esses municípios apresentam um forte grau de poder político, geralmente definido na figura do prefeito, que reproduz certas relações de natureza clientelista com determinados segmentos da população bem definidos; nota-se a manutenção pelo Território de certos esquemas convencionais, tais como o favorecimento e a retribuição por meio de votos. Isto se torna um dos principais obstáculos para que se promovam nessas localidades projetos em prol de um desenvolvimento.

Sendo assim, há dois processos mencionados por Abramovay (2000) que dificultam a implantação de projetos territoriais pelos municípios do Vale do Ribeira (PR), o primeiro refere-se ao alto poder de dominação existente pelos prefeitos; e o segundo, a dependência que os atores sociais do Território têm com relação a esses prefeitos, que muitas vezes os vê como um adversário ao seu próprio poder. Considera-se que é preciso repensar as atribuições dadas à esfera municipal, ainda mais quando se tratam de municípios que possuem um forte grau de dominação por parte de determinados prefeitos.

Debate segundo: A concepção de desenvolvimento rural sustentável amplamente difundida pelo programa ocorre de fato?

Com relação ao desenvolvimento sustentável a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) já expunha que processos como a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação tecnológica e as mudanças institucionais são premissas que devem ser dadas de modo harmônico para atender as necessidades humanas. Já o documento *Referências...*(2005d) em seu conteúdo expõe que para o alcance do componente sustentável é necessário que se adotem medidas em prol de uma melhoria da qualidade de vida de toda a população de um dado Território.

Segundo o articulador do Território a atual concepção proposta pela noção de desenvolvimento sustentável é bem interessante de ser analisada, no entanto há a dificuldade em concretizá-la; o que se observa pelo Vale do Ribeira (PR) é a presença de uma população despreparada para o alcance desse desenvolvimento, visto a dificuldade de se colocar em prática a gestão de projetos estimulados para o local.

Além disto, pelos dados analisados este aumento da qualidade de vida proposto pelo documento *Referências...* (2005d) e tantos outros elaborados pelo MDA e SDT não é uma realidade do Território. Muito pelo contrário, está-se diante de um Território que apresenta além de dificuldades de todo o tipo, uma população com problemas sociais e econômicos que não podem ser relegados a um segundo plano. Como bem exposto pelo entrevistado A da SEAB “o Vale tem uma situação toda específica, digamos que eu comparo o Vale do Ribeira com o nordeste brasileiro, cheio de problemas, muitos recursos já investidos, mas que eu tenho de reconhecer que continuamos patinando”.

Da mesma maneira, nota-se que os projetos territoriais não vão de encontro às reais necessidades de infra-estruturas mencionadas pelo *Plano...* (2005b) tais como estradas, habitação, escolas, hospitais, saneamento básico, dentre diversas outras. O que em contrapartida deveria ser incentivado de forma mais contundente, para que os municípios do Vale do Ribeira (PR) obtenham melhores condições sociais e econômicas.

Ou seja, a multidimensionalidade amplamente difundida pelo programa PRONAT não se cumpre na prática, ao contrário, os projetos territoriais em sua maioria são desconexos uns dos outros, e não vão de encontro ao proposto pelo desenvolvimento territorial rural, que de acordo com o MDA e a SDT deve conjugar harmonicamente múltiplas dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental, o que de fato não ocorre.

Debate terceiro: O incentivo dado à participação, pela maioria dos documentos institucionais elaborados ocorre na prática?

Como já abordado pelo capítulo 3, há um estímulo para que haja o envolvimento da população na formulação dos projetos territoriais através do incentivo à participação. Como exemplo, retoma-se o documento *Plano...* (MDA, 2005b, p. 21) que propõe que a população participe da seguinte maneira, essa com o saber que possui em conjunto ao conhecimento dos técnicos que trabalham no Território, estabelecem um diálogo para transformarem a realidade do local.

Todavia, esse tipo de diálogo pelo Vale do Ribeira (PR) é ainda muito pequeno. Do mesmo modo existem outras dificuldades que vão de encontro ao exposto por Abramovay (2000), os projetos para o meio rural, geralmente, tendem a responder as necessidades localizadas, ao invés de ser um plano elaborado de fato por um universo de forças realmente diversificadas e oriundas da sociedade civil.

Há ainda entraves a serem superados, tais como a participação incipiente da população no planejamento de decisões para o local e uma melhor articulação entre a própria sociedade civil como verificado no Encontro do Conselho Gestor do Fórum Territorial de 2009.

Nesse sentido o próprio articulador cita que há uma população despreparada para realizar a gestão de projetos territoriais, o que aos poucos vem se revertendo, “as pessoas se interessam... Começam a interagir, não naqueles projetos localizados, mas sim num territorial mais amplo”, segundo seu depoimento.

Observa-se um trabalho exaustivo por parte dos atores sociais envolvidos com o Território de fortalecer alianças entre os grupos que o conformam. Somente com o fortalecimento desses tipos de relações que envolvem desde grupos, instituições e atores sociais que irá se promover de fato uma gestão social pelo Vale do Ribeira (PR), como já mencionado pelo documento *Plano...* (MDA, 2005b).

Uma alternativa é que se fortaleça, por exemplo, os trabalhos com as prefeituras, que podem contratar e assim disponibilizar um número maior de técnicos para atuarem em conjunto com os da EMATER. Correlacionado a isso, é preciso que os municípios recebam recursos para o investimento da formação desses novos técnicos.

Esse capítulo permite afirmar que as dificuldades que atores sociais se deparam na efetivação de projetos para o Vale do Ribeira (PR) são múltiplas, como bem citado pelo entrevistado A da SEAB “aplicar o recurso é uma coisa, atingir o objetivo é outra”. O que não pode e nem deve ser finalizado é o esforço por parte desses atores sociais na conquista de seus objetivos, em prol de um Território que necessita de recursos para que suas comunidades sobrevivam nele de fato.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o processo da modernização brasileira observa-se a criação de políticas públicas de incentivo às populações rurais. Foi um momento em que os agricultores familiares eram induzidos, com base num discurso ideológico bem elaborado, que somente obteriam um desenvolvimento satisfatório em suas propriedades se adotassem novos padrões tecnológicos amplamente difundidos pelo período.

Observa-se que esse incentivo dado pela modernização ainda esta presente no meio rural, a exemplo dos governos brasileiros de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Sendo que no primeiro, o ideal do desenvolvimento continuou em pauta com políticas públicas como o PRONAF; já no segundo governo em 2003, uma nova política passa a ser gerida pela SDT, com a denominação de PRONAT, programa originado do desdobramento da antiga linha do “PRONAF Infra-Estruturas e serviços municipais”.

Com o PRONAT privilegia-se de forma mais contundente a abordagem territorial. MDA e SDT elaboram uma série de documentos institucionais, todos baseados ainda num mesmo discurso de como as populações rurais devam agir para alcançarem ao desenvolvimento e assim obterem melhores condições de vida.

Adota-se o conceito de território, agora centrado em um desenvolvimento territorial sustentável, entretanto a apropriação desse conceito por parte do MDA e SDT obscurece o real significado do que venha a ser um território, palco de relações conflitivas e de disputas de poder. A partir desse momento, o governo utiliza o conceito de território como uma ferramenta de gestão e planejamento, demonstrando o uso de uma definição um tanto quanto normativa.

Ao ocorrer a apropriação do conceito, o território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses desse ministério e secretaria, expressando, como mencionado por Fernandes (2008) sua mais cara propriedade, as relações de poder. Porém, a adoção de um conceito normativo, não esta às claras, muito pelo contrário; faz-se crer que se trabalha com um território que privilegia as relações sociais entre as sociedades, através do amplo incentivo dado

pela maioria dos documentos institucionais a um elemento-chave, a participação da sociedade civil.

Pelo Vale do Ribeira (PR) observa-se que essa sociedade civil tem tido um grande esforço para incentivar a participação das comunidades rurais, principalmente nas reuniões que são demandadas pelos fóruns do Território no decorrer dos anos. Mesmo em meio a dificuldades, atores sociais se empenham para que essas comunidades participem na elaboração dos projetos territoriais, porém esse tipo de participação é ainda incipiente, na maioria das vezes a construção desses projetos acaba sendo realizada por um grupo reduzido de indivíduos.

Os documentos institucionais ainda citam que a construção de um plano territorial deve priorizar a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social, indo de encontro a um desenvolvimento que seja dado de modo harmônico. Privilegia-se ainda que haja o fortalecimento das relações entre os envolvidos no Território através de um capital social; todavia, constata-se que no Vale do Ribeira (PR) esse tipo de capital é ainda muito frágil, não há uma verdadeira socialização na tomada de decisões.

Os percalços que atores sociais do Território perpassam até obterem os recursos de um dado projeto são diversos, destacam-se aqui dois relevantes para análise. O primeiro faz referência à elaboração dos projetos, os quais seguindo os parâmetros dos documentos institucionais necessitam serem inovadores, demonstrativos e associativos, correlacionado a isso, devem ainda seguir vários critérios estipulados por esses documentos.

Não que se incentive que projetos territoriais sejam feitos de forma aleatória, sem um padrão, a questão proposta baseia-se em refletir até que ponto cria-se um projeto que seja satisfatório ao Território de fato. Ora, esses atores sociais responsáveis por elaborar os projetos acabam não tendo tempo suficiente de confeccionar algo que seja considerado inovador, por exemplo, visto que suas atenções ficam restritas na preocupação do preenchimento de itens necessários tão somente.

O segundo percalço trata-se da relação do Território com o agente financeiro responsável pelas tarefas de acompanhar, implementar e estabelecer a gestão dos projetos aprovados, a CAIXA. É preciso que seja visto com ressalva até que ponto este agente é o mais adequado para gerir as tarefas de assistência técnica e extensão rural, essenciais ao Território, uma vez que se trata de uma instituição eminentemente urbana. Mesmo possuindo um corpo técnico apropriado para desempenhar as funções que lhes são atribuídas, na realidade os técnicos desconhecem as verdadeiras necessidades das comunidades rurais.

Constata-se que no Vale do Ribeira (PR) grande parte dos projetos estão “parados”, as dificuldades para serem efetivados são múltiplas; seja por impasses jurídicos na CAIXA, ou por problemas dentro das próprias prefeituras municipais. Ambos acabam sendo os responsáveis pela dificuldade de se mobilizar mais recursos, materiais e financeiros.

Há ainda um nítido problema pelo Território, da relação dos atores sociais com os prefeitos dos municípios, observa-se que os últimos desconsideram a real necessidade que o Território possui de exercer um trabalho de forma conjunta. Algo de grande valia seria que existisse uma maior articulação das relações a nível municipal, um caminho para que o Território usufrua de melhores condições sociais e econômicas.

A figura do prefeito permite afirmar que prevalecem pelo Território estruturas arcaicas de subordinação de poder. Sendo assim, é necessário que sejam analisadas com ressalvas políticas públicas que versam no sentido da descentralização dando atribuições a esfera municipal, como é o caso do PRONAT; pois, como visto essas unidades administrativas são em sua maioria, as unidades menos preparadas para gerenciar os recursos públicos que lhes são repassados.

Conclui-se que as medidas adotadas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até os dias de hoje, não tem configurado um verdadeiro programa de desenvolvimento para o campo brasileiro. No caso específico do PRONAT, não há de fato um programa em prol do desenvolvimento territorial, que permita do mesmo modo visualizar seus objetivos, finalidades de execução de forma mais clara, em fim, todos os requisitos necessários de um programa institucionalizado em lei.

É importante que seja revisto esse ideal de desenvolvimento proposto ao Território. Na realidade as comunidades necessitam de projetos territoriais que sejam estruturantes e provoquem reais mudanças para o local. Torna-se urgente que se altere o modo de elaboração das políticas públicas, como o PRONAT por exemplo, lembrando a fala da entrevistada na EMATER:

O que não pode é um cara atrás de uma escrivaninha estar escrevendo uma política pública. Política pública tem de ser construída da base. Poderíamos ter evoluído mais se não fossem pequenos percalços. E são pequenos mesmos. O que falta é vontade política!

A análise feita pelos capítulos demonstra que além dos recursos serem insuficientes são aplicados de uma forma não integrada, uma despoldadora ainda não efetivada, telecentros e vídeo salas rurais inoperantes, ATER insuficiente e Circuitos I e II com desafios a serem superados. Sendo assim, conclui-se que a multidimensionalidade do programa PRONAT não se realiza, pois na prática as ações são desconexas, há atrasos em suas liberações e em sua maioria os projetos não saem do papel.

Caso esses investimentos não sejam mais bem estruturados, jamais uma população como a do Vale do Ribeira (PR) será incluída socialmente. Uma alternativa é que se fortaleçam as relações entre sociedade civil e as instituições que atuam pelo Território, capacitando de fato todos os envolvidos, por exemplo, na construção dos projetos territoriais resultando em um projeto que seja verdadeiramente integrado, para que assim não se realizem apenas focos de atuação, como é o caso da EMATER. É preciso incentivar a criação de espaços que discutam e promovam debates de alternativas viáveis para o Território.

Algo questionável é a realização do programa de monitoramento do PRONAT. Para quem de fato é esse monitoramento? Será realmente para “eliminar gargalos e propor medidas corretivas?” Ou será um modo que o governo encontrou de controlar a distribuição e o uso dos recursos? São questões que ainda não podem ser respondidas, uma vez que o próprio programa em termos de política pública é considerado recente quando comparado a outros programas, talvez quando esta fase do monitoramento estiver em prática, seja possível diagnosticar os reais efeitos deste para as comunidades.

As medidas estabelecidas pelo PRONAT podem ser vistas como um grande desafio para aprimorar o desenvolvimento dos Territórios Rurais. Uma política pública adequada para cada localidade seria essencial, planejando-a de forma a tomar os devidos cuidados para não se extinguir com a identidade das populações; além disto, disponibilidades de capital e de tecnologia variam de local para local, devendo ser levadas em conta da mesma forma.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.

_____. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300011&script=sci_arttext >. Acesso em: 17/07/2009.

_____. **Relatório institucional da secretaria de agricultura familiar**. Brasília: SDT/MDA, junho 2002. 1 CD-ROM.

ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: BNDES, 1999.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

ANDRADE, M. C de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec/IPESPE, 1995.

BATISTELA, E. M. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural**: avaliação da implementação do PRONAF no município de São Jorge d'Oeste – PR. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000. 1 CD-ROM.

BEDIN, O. L. **Participação dos agricultores familiares no programa PRONAF modalidade infra-estrutura**: um estudo de caso no município de Tupãssi – PR. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. 1 CD-ROM.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro em comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: < <http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues> > Acesso em: 28/10/2009. Parte I: p. 27-72.

DIAGNÓSTICO DO VALE DO RIBEIRA. **Fórum do desenvolvimento territorial do Vale do Ribeira**. Paraná: SDT/MDA. 2006.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). **Políticas de economia, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

ESRI - ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE. **Project for Arc GIS 2001, version 9.0. ArcMAP, ArcCATALOG, ArcSCENE, ArcSPHERE, Geographic Information System**, 2001.

ESTEVA, G. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente: NERA, ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005.

_____. **Entrando nos territórios do Território**. Presidente Prudente: NERA, 2008.

FONTE, J. R. da. **Limitações e possibilidades para o desenvolvimento do Vale do Ribeira**. 168 f. Tese (Doutorado em Agronomia – Produção Vegetal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em: < <http://www.pgapv.agrarias.ufpr.br/paginas/Tese.html# 2006> >. Acesso em: 8/8/2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf> >. Acesso em: 13/5/2009.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**, Porto Alegre, 2004. Disponível em < <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> > Acesso em: 19/6/2009.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão popular, 2007. p. 271- 287.

HESPANHOL, R. A. de M. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF: uma avaliação preliminar. In: **Caderno Prudentino de Geografia: Agricultura, Cidade e Análise Regional**. Presidente Prudente: AGB, 2000, p. 41–59.

IBASE. **Relatório PRONAF - resultados da etapa Paraná**, Brasília: MDA, 2006. Disponível em: < www.mda.gov.br/saf/arquivos/0834315314.pdf >. Acesso em: 4/2/2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Vale do Ribeira: referências da Dinâmica Regional**. Curitiba, 2003. Disponível em < http://www.ipardes.gov.br/publicacoes/publicacoes_estudos_novo.php >. Acesso em: 10/1/2010. 22 p.

LAMOSO, L. P. A infra-estrutura como elemento organizador do território. In: SILVEIRA, M. R; LAMOSO, L. P; MOURÃO, P. F. C (orgs.). **Questões Nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão popular – UNESP. Programa de Pós- Graduação em Geografia, 2009. p. 43-62.

MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, 2001, Belém, p. 1-14. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf>>. Acesso em: 28/4/2009.

_____. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006.

MENDONÇA, N. C. e ORTEGA, A. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural: governo FHC X governo Lula. In: **Anais do X Encontro Nacional de Economia Política**, LEMA, 2005, Campinas. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/xcongresso107.pdf?PHPSESSID=00f4216f7e4736fb1af05d32608d28e4> >. Acesso em: 14/4/2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Estudo Propositivo para Dinamização Econômica - Território Rural do Vale do Ribeira**. Brasília: SDT/MDA, 2007. Disponível em: <www.condraf.org.br/biblioteca_virtual/ep/EP_PR_Vale_do_Ribeira.pdf >. Acesso em: 15/1/2010.

_____. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Brasília: SDT/MDA, 2005a. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=482>>. Acesso em: 13/10/2009.

_____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável** guia para o planejamento. Brasília: SDT/MDA, 2005b. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=482>>. Acesso em: 21/6/2009.

_____. **Referências para a gestão social de territórios rurais.** Brasília: SDT/MDA, 2005c. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=482>>. Acesso em: 11/2/2010.

_____. **Referências para a gestão social dos territórios rurais - guia para a Organização Social.** Brasília: SDT/MDA, 2006. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=482>>. Acesso em: 13/10/2009.

_____. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** Brasília: SDT/MDA, 2005d. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=482>>. Acesso em: 13/10/2009.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder.** São Paulo: Expressão popular, 2007. p. 39-53.

_____. **Desenvolvimento em (des) construção narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** 440 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/Jorge/jorgetese.pdf>>. Acesso em: 24/2/2009.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudo Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009 >. Acesso em: 24/05/ 2009.

NUNES, S. P. **PRONAF: dez anos de existência**. Boletim do Deser, n° 145, 2005, p. 9-19.

OLIVEIRA, R. O. de. **Desenvolvimento e participação**: o caso dos conselhos municipais de desenvolvimento rural do estado de São Paulo. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, área de concentração em Agricultura). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004. 1 CD-ROM.

PEET, R. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão popular, 2007. p. 19-37.

PEREIRA, J. M. M. A política agrária do banco mundial em questão. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 57.2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de: FRANÇA, Maria C. São Paulo: Ática, 1993.

ROSA, S. L. C. **Os Desafios do PRONAF**: os limites de sua implementação. Ed. Raízes, n. 17, 1998, p. 89-95.

RUCKERT. A. A. Reforma do estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **Espaço e Tempo**. São Paulo, GEOUSP, p. 79-94, 2005.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. 3. Ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-147.

SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L. Z. P.; CARRIJO, B. R.; ALVES, A. F. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 15-31.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Revista Geographia**, São Paulo, n. 01, p 07-13, 1999.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **SCIELO**, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan/jun 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf> >. Acesso em: 24/4/2009.

_____. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Revista de Geografia Agrária**, Rio Grande do Sul, v.4, n. 7, p. 24-62, 2009.

SCHNEIDER, S. e BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.109-135, 2005. Disponível em < http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/sergio_e_roni.pdf >. Acesso em: 28/9/2009.

SILVA, C. A. da. **Políticas Territoriais no Médio Sertão, PB** - Uma análise sobre o processo de execução dos Projetos de Infraestrutura (Investimentos) aprovados pelo colegiado territorial. 101 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural

Sustentável) – Setor de Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2007. 1 CD-ROM.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E, GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (ed.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003, p. 77-116.

TORRENS, J. C. S. Políticas Públicas no Território do Sudoeste do Paraná. **Boletim eletrônico DESER**, Curitiba, n. 161, Setembro 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/boletim.asp> >. Acesso em: 14/4/2009.

VALVERDE. R. R. H. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Espaço e Tempo**, São Paulo: Ed. GEOUSP, p. 119–126, 2004.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. In: **XXIX Encontro Nacional de Economia**, Salvador, 2001. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf> >. Acesso em: 20/3/2009.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Caderno Estatístico Município de Adrianópolis, 2010. Disponível em:
<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83490>>. Acesso em:
12/1/2010.

_____. **Caderno Estatístico Município de Bocaiúva do Sul**, 2010. Disponível em:
<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83450>>. Acesso em:
12/1/2010.

_____. **Caderno Estatístico Município de Cerro Azul**, 2010. Disponível em:
<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83570>>. Acesso em:
12/1/2010.

_____. **Caderno Estatístico Município de Doutor Ulysses**, 2010. Disponível em:
<<http://www.diaadia.pr.gov.br/hinos/arquivos/File/ipardes/doutorulysse.pdf>>.
Acesso em: 12/1/2010.

_____. **Caderno Estatístico Município de Itaperuçu**, 2010. Disponível em:
<<http://www.diaadia.pr.gov.br/hinos/arquivos/File/ipardes/itaperucu.pdf>>. Acesso
em: 12/1/2010.

_____. **Caderno Estatístico Município de Rio Branco do Sul**, 2010. Disponível
em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/hinos/arquivos/File/ipardes/riobrancodosul.pdf>>.
Acesso em: 12/1/2010.

_____. **Caderno Estatístico Município de Tunas do Paraná**, 2010. Disponível
em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/hinos/arquivos/File/ipardes/tunasdoparana.pdf>>.
Acesso em: 12/1/2010.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Questionário aplicado ao articulador do Vale do Ribeira (PR).....	122
APÊNDICE 2 - Questionário aplicado aos representantes da SEAB	124
APÊNDICE 3 - Questionário aplicado à Gerente Territorial do Vale do Ribeira (PR) da EMATER	126

QUESTIONÁRIO (1)

Nome do entrevistado:

Atividade exercida (função)

Formação acadêmica

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

1. De que forma é feito o repasse dos recursos públicos aos agricultores familiares?
2. Em sua opinião os recursos têm sido suficientes?

ATUAÇÃO DA EMATER

1. De que forma a EMATER auxilia aos agricultores familiares?
2. A assistência técnica fornecida aos agricultores familiares tem sido:
 1. Ruim 2. Razoável 3. Muito boa 4. Excelente

INFORMAÇÕES DO VALE DO RIBEIRA (PR)

1. Os territórios rurais têm sido alvo de benefícios satisfatórios pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva? sim não. Identificar o motivo
2. O desenvolvimento rural sustentável recomendado pelo governo ocorre na prática?
3. São diretrizes propostas pelo MDA (...) priorizar a redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando preferencialmente em espaços de elevada concentração de agricultores familiares. Esta redução vem ocorrendo de fato pelo Vale do Ribeira (PR)? sim não. Identificar o motivo.
4. O Vale do Ribeira (PR) vem sendo contemplado com quais dessas atividades:

- Financiamento da produção (recursos para custeio e investimento);
 - Financiamento de infra-estrutura e serviços municipais (realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos);
 - Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (promoção de cursos e treinamentos);
 - Pesquisa e extensão rural.
5. Com relação à comercialização dos agricultores familiares. De que forma é feita? (destino da produção)
6. Há ainda a produção de leite por parte dos agricultores familiares? (diagnosticar sobre a produção)

QUESTIONÁRIO (2)**Nome do entrevistado:**

Atividade exercida (função)

Formação acadêmica

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

1. Participa como membro de algum conselho? (especificar)
2. Como se deu a formação do conselho? (foram realizadas reuniões/de que forma/ municípios participaram)
3. Qual a finalidade do conselho?
4. Quantos são os membros que integram o conselho? (quem são os membros/atribuições de cada)
5. São realizadas oficinas/cursos para capacitação dos membros dos conselhos? (com que frequência)
6. São feitas reuniões? Com que frequência? (semanalmente/mensalmente)
7. As reuniões tem sido satisfatórias? Poderiam melhorar? (de que forma)
8. Como se dá a tomada de decisões do conselho?

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PROPOSTO PELO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

1. O senhor acha que o desenvolvimento que vem sendo proposto por este governo tem sido satisfatório? (abordagem territorial/ difere-se do proposto pelo mandato de Fernando Henrique Cardoso)
2. Em sua opinião, este desenvolvimento tem acarretado crescimento econômico para o país? (todas as localidades/ há dados que confirmam).
3. Esse desenvolvimento territorial que vem sendo proposto traz a incumbência de estabelecer uma sociedade afinada ao seu território rural. Ou seja, uma inexistência de conflitos sociais entre os diversos grupos que formam o território. Em sua opinião isto ocorre de fato?
4. Qual a sua opinião de se promover um desenvolvimento de forma descentralizada, dando atribuições ao nível municipal?
5. O senhor acha que a articulação entre as esferas municipais, estaduais e federais poderia ser melhor desempenhada? De que forma?

PRONAT

1. Tem informação de como é feita a fiscalização da distribuição dos recursos? (como tem sido aplicado o recurso/ tem sido bem aplicado em sua opinião/ poderia melhorar)
2. Em sua opinião, o PRONAT tem provocado um fortalecimento e uma dinamização da economia nos territórios rurais?
3. Qual a sua opinião sobre o PRONAT? (críticas e sugestões)

QUESTIONÁRIO (3)

Nome do entrevistado:

Atividade exercida (função)

Formação acadêmica:

INFORMAÇÕES DO VALE DO RIBEIRA (PR)

1. Quais tipos de atividades econômicas são desenvolvidas nos municípios?
2. Para onde os produtos são destinados? (como é feita a decisão dessa distribuição)
3. Há balcões (armazéns) comunitários onde os agricultores possam deixar sua produção armazenada? (qual município)
4. Como tem se estabelecido as ações dos sindicatos rurais/ organizações não governamentais (ONGs) ?

ATRIBUIÇÕES DA EMATER

1. De que forma é dada assistência técnica aos agricultores familiares?
2. Foram disponibilizados recentemente mais técnicos para o local?
3. De que forma as prefeituras têm auxiliado o trabalho da EMATER?

CAPACITAÇÃO DOS AGRICULTORES

1. Há trabalhos realizados de formação e profissionalização dos agricultores familiares? (quais)
2. Quais tipos de cursos os agricultores recebem? (capacitação/ educação/ de uso de tecnologias apropriadas)
3. Com que frequência são ofertados? (meio de divulgação)

RESULTADOS DOS PROJETOS TERRITORIAIS

(verificar concluídos, não efetivados, em andamento, projetos futuros)

Nutrivale despulpadora de frutas

1. O projeto destinado à despulpadora tem dado certo, ou corre o risco de devolução do recurso?
2. Aonde esta localizada? (verificar o funcionamento)
3. De que forma auxilia os agricultores?
4. Municípios que não tem a despulpadora estão integrados nesse projeto?

Quilombolas

1. Como se encontra o trabalho com as comunidades? Quais planos foram elaborados?
2. Há pontos críticos nas estradas de acesso a essas comunidades, a EMATER realizou algum mapeamento desses pontos para solucionar isso?

Telecentros e vídeos salas rurais

1. Os telecentros já foram instalados? Aonde se encontram?
2. De que forma auxilia as comunidades?
3. Tem informação se os prefeitos de cada município entraram num acordo e aderiram ao pacote mínimo para não perderem o projeto, para a CAIXA liberar o recurso?

Circuito I e o Circuito das trocas na comercialização solidária - complemento

1. O valor repassado desses dois projetos foi utilizado de que forma?
2. No caso do circuito II foram adquiridos quatro veículos, já ocorreu à distribuição dos mesmos?

3. De que forma esses circuitos auxiliam as comunidades?

Regularização Fundiária

1. Seminários previstos sobre a temática foram realizados?

2. Como se encontra o projeto?

RECURSOS DO PRONAT

1. São feitas reuniões para diagnosticar a evolução dos investimentos do programa?

2. Quais as maiores dificuldades para se adequar ao programa?

3. Houve melhora dos investimentos em comparação a antiga linha do PRONAF Infra-Estrutura e Serviços? (qual programa era melhor)

4. Em sua opinião, o PRONAT tem provocado um fortalecimento e uma dinamização da economia nos territórios rurais?

5. Há outros projetos destinados ao local que não do PRONAT? (quais/finalidades)

6. Quais obras foram construídas com o recurso do PRONAT? (alguma em andamento/concluída)

7. Qual a sua opinião sobre o PRONAT? (pontos negativos e positivos/sugestões para melhora do programa)